



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Instituto de Psicologia / Programa EICOS
Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

LUANA MARIA DE ARISTEU VILARIM MORAES

Contribuições da psicossociologia para a compreensão das relações de grupo sob
situação de conflito socioambiental em Trindade, Paraty, RJ.

Rio de Janeiro

2017

FICHA CATÁLOGRÁFICA:

M827 Moraes, Luana Maria de Aristeu Vilarim.

Contribuições da psicossociologia para a compreensão das relações de grupo sob situação de conflito socioambiental em Trindade, Paraty, RJ / Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes. 2017.
123f. : il.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social - EICOS, 2017.

1. Política ambiental – Vila Trindade (Parati, RJ). 2. Conflito social - Vila Trindade (Parati, RJ). 3. Conflito de interesses - Vila Trindade (Parati, RJ). I. Maciel, Tania Maria de Freitas. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.

CDD: 363.7

LUANA MARIA DE ARISTEU VILARIM MORAES

Contribuições da psicossociologia para a compreensão das relações de grupo sob situação de conflito socioambiental em Trindade, Paraty, RJ.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro como um dos requisitos necessários à obtenção de título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Tania Maria de Freitas Barros Maciel

Rio de Janeiro

2017

Ata da Reunião da Banca Examinadora da aluna Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes candidata ao grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Aos trinta e um dias do mês de maio de dois mil e dezessete, às doze horas, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós-Graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a Dissertação de Mestrado da aluna **Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes**, registro n.º 115003616. Fizeram parte da Banca os(as) Professores(as) Doutores(as) **Tania Maria de Freitas Barros Maciel** (orientadora), CPF n.º 129.740.307-00, **Gustavo Mendes de Melo**, CPF n.º 079.590.257-38 e **Emílio Nolasco de Carvalho**, CPF n.º 031.129.297-64. A professora Tania Maria de Freitas Barros Maciel, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo à aluna tempo para exposição oral de sua dissertação intitulada **“Contribuições da psicossociologia para a compreensão de conflitos socioambientais em Trindade, Paraty, RJ”**. Dando prosseguimento, a aluna foi argüida pelos(as) professores(as) examinadores(as). Ato contínuo passou a Banca a proceder à avaliação e julgamento da dissertação, concluindo pela aprovação. A aluna, portanto, foi declarada apta a receber o grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. Nada mais a declarar, eu, Maykow Fernandes, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e da aluna. Rio de Janeiro, trinta e um de maio de dois mil e dezessete.

Secretário: Maykow Fernandes

Banca:

Tania Maria de Freitas Barros Maciel
Presidente

Gustavo Mendes de Melo

Aluna: Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes

Observações: com as modificações sugeridas,
revisão no prazo

Apagaram a força do fogo,
escaparam do fio da espada, da
fraqueza tiraram forças, na batalha
se esforçaram, puseram em fuga os
exércitos dos estranhos.

Hebreus 11.34.

Dedico este trabalho a todos que
contribuíram para que ele viesse a
ser realidade.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Pai, que colocou graciosamente pessoas fantásticas em minha vida para me ajudarem a fazer essa caminhada, sem as quais nada disso seria possível ou faria sentido.

Aos meus pais Lucas e Andréa e meu irmão Luan, que por amor não me negaram a possibilidade dessa escolha e tudo que ela implicou em suas vidas.

Aos amigos de antes e aos que conheci por causa disso tudo, obrigada por me deixarem compartilhar não somente sorrisos, mas frustrações. Toda a turma de 2015 é muito querida! Cíntia, você sabe por que seu nome aparece aqui, não há palavras.

Aos professores do programa EICOS, que foram como anjos em todas as vezes que necessitei, e não foram poucas.

A Samira, Bia, que me ajudou e incentivou com sua calma e correções e... só de estar disponível. Muito obrigada!

A Tania, que em meio a tantas lutas pessoais não abriu mão de estar aqui. Muito obrigada!

Aos professores das bancas de qualificação e de defesa, por serem colaboradores diretos que tanto enriqueceram esse trabalho.

A Trindade, que posso dizer que mudou a minha vida. Ao seu povo em geral, aos que me concederam saber de suas trajetórias e suas percepções, ha muito de vocês aqui, por isso, muitíssimo obrigada!!!

Lista de siglas:

ABAT - Associação de barqueiros e pescadores tradicionais de Trindade
AMOT – Associação de moradores de Trindade
APA - Área de preservação ambiental
CENEF – Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos
CEP – Comitês de Ética em Pesquisa
CONAQ – Conselho Nacional de Quilombolas
CONEP – Conselho Nacional de Ética em Pesquisa
EICOS – Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRATUR – Instituto brasileiro de turismo
FUNAI – Fundação Nacional do Índio.
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação do Meio Ambiente
PDDI - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty
PNSB – Parque Nacional da Serra da Bocaina
RJ – Rio de Janeiro
SBDL – Sociedade Brasileira em Defesa do Litoral
SNUC – Sistema Nacional de Unidade de Conservação
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
ZUCEL - Zona de Uso Comunitário Esportivo e de Lazer

Figuras:

Figura 1: Esquema de sobreposição das instituições trindadeiras entrevistadas
Figura 2: Quadro de apresentação dos entrevistados
Figura 3: Mapa de localização da área de estudo.
Figura 4: Mapa de localização da vila e praias de Trindade.
Figura 5: Mapa de localização da vila e praias de Trindade.
Figura 6: Mapeamento das ruas da vila de Trindade
Figura 7: Áreas de moradia e lavoura.
Figura 8: Áreas de moradia e lavoura em relevo
Figura 9: Imagens de comparação da praia do meio sem e com a presença do ICMBIO
Figura 10: sobreposição das UC's em Trindade. Limites do PNSB e APA Cairuçu.
Figura 11: Network de pontos de conflito

Figura 12: Ilustração das variações dos limites do PNSB.

Figura 13: Quadro esquemático de impactos de uma unidade de conservação.

RESUMO:

A presente dissertação teve como foco as relações entre os grupos e o território onde vivem na região de Trindade, em Paraty, Rio de Janeiro, sob um recorte temático sobre comunidades, pertencimento e conflitos socioambientais a partir do embasamento teórico da psicologia social comunitária. Neste sentido, o questionamento motivador desta pesquisa foi a busca pela compreensão sobre quem é/são, hoje, o(s) grupo(s) que se reconhece(m) como pertencente(s) a Trindade e como se relacionam com os conflitos socioambientais que ali existem por quase meio século. Desta forma, o objetivo principal foi registrar e analisar como as pessoas que vivem em Trindade definem seu pertencimento local e analisar as diferentes formas de interação destes grupos sociais com os de fora e com os chamados conflitos socioambientais locais. Para tanto, lançou-se mão de uma abordagem qualitativa para a metodologia, que seguiu os passos de levantamento documental e bibliográfico, trabalhos de campo, aplicação de entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo por temas. Como principais resultados apresentou que a identidade local de caiçaras vincula-se, principalmente, ao uso do território e de seus recursos naturais, seja de forma direta, com a pesca, seja de forma indireta com os serviços ambientais que atraem turistas; também identificou que as relações de vínculo grupal caracterizam a identidade local. Grupos que conseguem estabelecer relações sociais com poucas diferenças para seus indivíduos, quanto a seus direitos e deveres, não só como tais, mas com o grupo, caracterizam o sentido de comunidade a partir de aspectos políticos; e que o conflito em si, não é uma característica negativa das relações humanas, mas são inerentes ao processo de socialização, e a partir dele vínculos grupais podem ser fortalecidos, como foi observado nas relações *trindadeiro* com atores externos.

PALAVRAS - CHAVE: Relações de grupo; Comunidade; Pertencimento; Conflitos socioambientais; Território.

ABSTRACT:

The present dissertation focused on the relationships between the groups and the territory where they live in the region of Trindade, in Paraty, Rio de Janeiro, under a thematic clipping about communities, belonging and socioenvironmental conflicts based on the theoretical basis of community social psychology. In this sense, the motivating questioning of this research was the search for the understanding about who is / are today the group (s) that recognize itself as belonging to the Trinity and how they relate to the socioenvironmental conflicts which have been there for nearly half a century. In this way, the main objective was to record and analyze how people living in Trindade define their local belonging and analyze the different forms of interaction of these social groups with those from outside and with the so-called local socio-environmental conflicts. For that, a qualitative approach was adopted for the methodology, which followed the steps of documentary and bibliographic survey, fieldwork, application of semi-structured interviews and analysis of content by themes. The main results showed that the local identity of caiçaras is mainly related to the use of the territory and its natural resources, either directly, with fishing, or indirectly with the environmental services that attract tourists; also identified that group bond relationships characterize local identity. Groups that can establish social relations with few differences for their individuals, as to their rights and duties, not only as such, but with the group, characterize the sense of community from political aspects; and that conflict itself is not a negative feature of human relations, but is inherent in the process of socialization, and from it group bonds can be strengthened, as observed in trinity relations with external actors.

KEY – WORDS: Group relations; Community; Belonging; Socio-environmental conflicts; Territory.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	12
1.2 Justificativa e relevância:.....	14
2. PERCURSO METODOLÓGICO:	17
2.1 Levantamento de dados:	17
2.1.1 Levantamento bibliográfico e documental:.....	18
2.1.2 O trabalho de campo:	19
2.2 Análise dos dados:	21
2.3 Ética na pesquisa: antes que os laços virem nós cegos.....	24
3. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-ESPACIAL DE TRINDADE.....	28
3.1 Contexto político-administrativo: a inserção de Trindade no município de Paraty, na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu) e no Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB).....	30
3.2 Caracterização socioeconômica:.....	36
3.2.1 Chegou a “conservação”.....	41
3.2.2 Economia, cultura e identidade cultural.	44
3.2.2.1 Pesca e Roça:.....	45
3.2.2.2 Turismo	47
3.2.4 A tradicionalidade no século XXI:	50
4. PSICOSSOCIOLOGIA E ESTUDOS DE COMUNIDADE	53
4.1 A psicossociologia: o ser humano e o outro	53
4.2 Comunidade: o conceito, o lugar e suas relações.	57
5. RELAÇÕES ENTRE SER HUMANO E NATUREZA	65
5.1 A ciência do ser humano e do meio, a ecologia social.	65
5.2 As relações em disputa, os conflitos socioambientais:.....	67
6. A TEORIA EM VIDA: É A VEZ DE OUVIR A SUA VOZ	71
6.1) Expressões de pertencimento à Trindade e as relações entre <i>trindadeiros</i>	71
6.2) Os <i>de fora</i> , quem são e por que estão aqui?	84
6.3) As instituições que atuam no território <i>trindadeiro</i> e as relações em conflito.....	87
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
8. BIBLIOGRAFIA	110
9. ANEXOS	119

1. INTRODUÇÃO

Na década de 1960 alguns grupos começaram a perceber mais nitidamente os reflexos críticos e apontamentos efetivos de crise ambiental após a grande expansão do industrialismo. A identificação dessa crise ambiental gerou inúmeros acordos, conferências e leis (internacionais e nacionais) em defesa e busca da diminuição da degradação ambiental aliada muitas vezes à diminuição das desigualdades sociais. Essa crise é hoje um objeto de estudo complexo, dando origem a um novo campo, o campo ambiental, que é entendido como:

o campo privilegiado das inter-relações sociedade-natureza, razão pela qual seu conhecimento demanda uma abordagem holística e um método interdisciplinar que permitam a integração das ciências da natureza e da sociedade; das esferas do ideal e do material, da economia, da tecnologia e da cultura (UNESCO in LEFF, 2011, p. 310).

Moscovici (2007) aponta que na verdade, está-se tratando de uma crise entre Ser Humano e Natureza. Entretanto, a crise não é da natureza, mas nossa, nas nossas formas de dominação da mesma (e também de outros seres humanos), na nossa cultura, na nossa forma até mesmo de fazer ciência. Assim, entende-se que o olhar psicossocial sobre os conflitos socioambientais seria um instrumento adequado para trabalhar com essa diversidade de realidades socioespaciais, devido ao seu caráter interdisciplinar (CASADORE, 2013).

Para tanto, é preciso especificar que se trata de uma psicossociologia que busca, essencialmente, o “resgate do sujeito enquanto ator social, ou seja, como responsável pelas próprias transformações – individuais, relacionais e coletivas – naquela sua rotina e contexto” (CASADORE, 2013; p. 170). Trata-se de uma análise que busca as interrogações, “a localização dos controles, a identificação dos mecanismos de alienação e de desalienação dos quais participam (mesmo que inconscientemente) os indivíduos, a tomada de consciência da coletividade e do ser histórico que cada um é” (NASCIUTTI, 1996; p. 4). Desta forma, como afirma Maisonneuve (1977), o domínio da psicossociologia é o da interação e, uma vez que estes contatos se estabelecem, ocorrem processos específicos de: atração, hostilidade, indiferença e ajustamento mútuos.

A pesquisa ora proposta teve como foco as relações entre as pessoas e o território onde vivem, na região de Trindade, em Paraty, Rio de Janeiro, tomando como

referencial temático o debate sobre comunidades, pertencimento e conflitos socioambientais.

Trindade foi escolhida devido aos processos de interação conflituosa na perspectiva socioambiental. Lá se encontra uma sobreposição de unidades de conservação de usos distintos, com datas de criação posteriores à presença de comunidades tradicionais, tornando peculiares os planos de manejo quanto aos diferentes modos de interação dos indivíduos de Trindade entre si e com o seu meio. Lino e Albuquerque (2007) afirmam que nessa região as feições da natureza determinaram o curso da sua história e o desenvolvimento da sua gente, desde os povos indígenas, os caiçaras, os tropeiros, os caipiras, até os migrantes, e por fim, os turistas.

Neste sentido, o questionamento motivador desta pesquisa foi a busca pela compreensão sobre quem *é/são*, hoje, o(s) grupo(s) que se reconhece(m) como pertencente(s) a Trindade e como se relacionam com os conflitos socioambientais que ali existem por quase meio século.

O crescimento do interesse pela região de Trindade, principalmente devido a suas belezas naturais, fez com que ao longo das últimas décadas os moradores locais passassem a conviver cada vez mais com outras pessoas, outros valores, outras culturas, outros modos de organização socioespacial. Os grupos de interação e suas formas de manifestação material e simbólica sobre o espaço se alteraram, tanto com a saída dos nativos para trabalharem, também com a chegada de moradores de fora e com o aumento permanente do fluxo turístico.

O território e seu uso também mudaram, seja pela iniciativa privada através da especulação imobiliária, seja pelo poder público com a conservação da natureza e delimitação de áreas de Unidade de Conservação. Desta forma, o(s) grupo(s) local (is) passara(m) a vivenciar diferentes modificações em suas vidas, possibilitando a observação do aumento de conflitos socioambientais junto ao crescimento não planejado da vila e do turismo.

1.1 Objetivos

O presente estudo objetivou registrar e analisar como as pessoas que vivem em Trindade definem seu pertencimento local e analisar as diferentes formas de interação

destes grupos sociais com os *de fora* e com os chamados conflitos socioambientais locais.

Para tanto, foram objetivos específicos deste estudo:

- Identificar junto aos movimentos e organizações sociais locais de que forma seus participantes identificam sua relação de pertencimento com Trindade.

- Verificar como caracterizam as relações entre si, com as demais instituições locais (prefeitura, Parque, etc.) e como definem *os de fora*.

- Destacar e discutir os diferentes modos como compreendem e se relacionam com os chamado *conflitos socioambientais* existentes no local.

1.2 Justificativa e relevância:

Em Trindade, os conflitos socioambientais existem há mais de meio século. Torna-se, portanto, relevante buscar leituras e possíveis análises a cerca dos modos como convivem com o fenômeno do conflito socioambiental por tanto tempo. Toma-se como perspectiva a psicossociologia e o estudo de comunidades, que levam a considerar que, ao compreender as trajetórias de relação entre sujeitos, instituições e o próprio conflito, torna-se possível evidenciar a complexidade do problema e seus possíveis caminhos, favorecendo a possibilidade de criação de soluções mais adequadas a cada situação.

É preciso olhar para essa questão sob a ótica do “ecologismo dos pobres”, proposta por MARTINEZ-ALIER (2012 *apud* MADEIRA E OLIVEIRA, 2013, p. 10):

... nesse prisma de análise, as relações entre sociedade e natureza evidenciam assimetrias de ordem política, social e econômica, estas, sendo específicas de um dado momento histórico e de uma dada configuração espacial. Onde se constata que as várias formas de degradação ambiental ocorrem preponderantemente em locais onde vivem as populações vulneráveis.

Assim como para Madeira e Oliveira (*op. cit.*), também para esta pesquisa é preciso evidenciar que a degradação ambiental é entendida como degradação socioambiental, onde as quedas de qualidade não se restringem ao ambiental/ecológico, mas se estendem às características ambientais/sociais, culturais e psicossociais conforme o campo da ecologia social. E para *populações vulneráveis* segue-se o

entendimento de Katzman (1999, 2001) de que a vulnerabilidade de grupos sociais trata da capacidade de controlar o que influenciaria na qualidade de sua própria vida.

Desta forma, a vulnerabilidade observada sobre a população de Trindade está relacionada às limitações quanto a tomada de decisão sobre o território tradicionalmente ocupado pela comunidade. Tais limitações acarretam conflitos entre os diversos atores atuantes no território, sendo o Estado o ator com maior capacidade de influenciar na qualidade de vida local, devido a estrutura legal e política de gestão que o mesmo faz de “seus” territórios.

Muito das questões que pensamos diz respeito a quem somos e ao mundo que conhecemos. A ideia de um pesquisador neutro e afastado de seu objeto, como proposto na base das ciências sociais pelo positivismo não é adequada a essa proposta de pesquisa. A ascensão dos movimentos sociais e das ciências políticas trouxe consigo os debates sobre a implicação do pesquisador, que não é apenas sujeito epistêmico, mas também sujeito ideológico, cultural e interessado, que dá valor a certas coisas e a outras não (MERHY, 2004).

Desta forma, o encontro com Trindade se deu pelo encaminhamento de outro projeto de pesquisa relacionado à preservação ambiental de unidades de conservação do Sul-Fluminense por meio das lentes da geografia física, do qual participei em minha graduação. À época, a pesquisa proposta não abarcava questões referentes a conflitos socioambientais. Estas, porém, se apresentavam e se impunham durante o trabalho de campo, levando à formulação de novas perguntas, que não dialogavam com o campo da geografia física. Tais questões, inicialmente desordenadas, anunciavam a complexidade das relações socioambientais da região; foram, portanto, desenhadas com intuito de nova investigação, desta vez em campos mais amplos e interdisciplinares. A intrincada rede de relações sociais que se apresentava e a tensão com o campo das ciências ambientais levaram à escolha de fazer o estudo a partir do campo da psicossociologia e da ecologia social.

A pesquisa bibliográfica sobre conflitos ambientais em unidades de conservação realizada para o trabalho citado indicou uma dissertação defendida no programa de pós-graduação EICOS, de título: “Proteção da natureza e qualidade de vida em trindade (Paraty - RJ): Para Entender o Ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina” por

Bruna Ranção Conti, 2009. Além de um curso de extensão que participei ministrado por uma pessoa doutorada pelo mesmo programa. A partir disso, percebi que a abordagem interdisciplinar do programa seria adequada à busca de soluções àqueles questionamentos e impressões iniciais sobre Trindade e os grupos sociais ali atuantes. E a junção da psicossociologia a ecologia social seriam ideais ao entendimento mais aprofundado das bases dos conflitos.

Sendo assim, a relevância desta pesquisa se assenta na intenção de desnaturalizar o fenômeno e trazer à tona a complexa e intrincada rede de relações entre sujeitos, instituições e determinações legais, inerente à dinâmica do conflito. Da mesma forma, entende-se que seja relevante não apenas evidenciar tais relações, mas também analisá-las à luz das ciências sociais. Espera-se com isso que a pesquisa possa contribuir para a ampliação da qualidade de vida e a redução da degradação socioambiental, favorecendo uma gestão coletiva e sustentável do território, seguindo as bases propostas por Sachs (2009) para a sustentabilidade.

2. PERCURSO METODOLÓGICO:

Este capítulo dedica-se a apresentação do método escolhido para alcançar os objetivos propostos, sendo ele composto pela combinação de técnicas para o levantamento e análise de dados. O levantamento de dados foi realizado por pesquisa documental e bibliográfica, trabalhos de campo e aplicação de entrevistas semiestruturadas. E depois foram analisados segundo a análise de conteúdo.

2.1 Levantamento de dados:

O presente trabalho se caracteriza como de abordagem qualitativa, consistindo na triangulação de técnicas de levantamento bibliográfico, trabalhos de campo para a coleta de dados primários por meio de notas do caderno de campo, diálogos informais e realização de entrevistas semiestruturadas, seguindo o caminho já percorrido por outros autores que também se relacionavam com seus campos com a psicossociologia (MUSSI, 2007; MORAES, 2009; HACON, 2011; CASTOR, 2012; SOUZA, 2014).

Caracteriza-se por um estudo focado em conhecer fatos sobre determinada realidade, que em primeiro momento é rico de particularidades observáveis somente naquele contexto específico de complexidade. Esse tipo de estudo permite a extrapolação para outros grupos após as análises que identificaram características, regras e normas socioculturais, não se limitando àquele grupo, mas sendo relacionáveis com outros grupos e suas respectivas particularidades, abrindo a possibilidade a novas pesquisas.

Hoje (2017), o caso de Trindade apresenta o efeito das questões e conflitos que sua população viveu ao longo das últimas cinco décadas. A complexidade dos fenômenos envolvidos na história da região demanda uma mirada com os olhos da interdisciplinaridade, que é capaz de absorver o adensamento e complexificação das relações descritas há quase meio século atrás¹. Para Leff (2011),

a produção “interdisciplinar” de conhecimentos se insere, dessa maneira, no marco das lutas por certa autonomia cultural, pela autogestão dos recursos das comunidades, pela propriedade das terras de uma população; pela produção e pela aplicação de certos conhecimentos que permitam uma apropriação coletiva dos recursos naturais, uma produção sustentável e uma divisão mais equitativa da riqueza, para satisfazer as necessidades básicas

¹ O leitor pode verificar essa evolução na sessão de Contextualização

das comunidades e para melhorar sua qualidade de vida (LEFF, 2011, p. 317).

A partir dos métodos podem-se fazer leituras quantitativas ou qualitativas dos dados. A abordagem qualitativa foi entendida como a mais adequada aos fins desejados. Para Minayo (1994):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa [...] com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Acrescenta-se a proposição de García Ballesteros (1998, p. 24), “empleamos una metodología cualitativa cuando queremos responder a la pregunta de por qué nuestra relación en y con el espacio es de una determinada manera y por qué no es de otra?”. E para responder tal questionamento entende-se que os passos seguintes foram fundamentais.

2.1.1 Levantamento bibliográfico e documental:

Esta etapa da pesquisa foi iniciada em março de 2015 junto com as disciplinas do mestrado, seguindo ao longo de todo o ano de 2016. Em termos mais objetivos, a pesquisa bibliográfica se dedicou ao levantamento teórico e leitura de materiais sobre as características físicas, sociais, econômicas e culturais sobre Trindade.

Buscou-se, principalmente, referencial teórico a partir das palavras chaves Psicossociologia, Ecologia Social, Estudos de Comunidades e Conflito Socioambiental, tomando-os como descritores na busca sistemática nos periódicos indexados no Sistema Scielo, bem como reunindo leituras apontadas ao longo das disciplinas do programa de mestrado.

O levantamento documental também foi feito nas instituições que atuam em Trindade, sendo o ICMBio, por causa do Parque Nacional da Serra da Bocaina e da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu; a Prefeitura Municipal de Paraty; o IBGE, como concentrador de dados quantitativos sobre o território brasileiro; e ONGs e associações que têm ou tiveram atuação junto à população local.

Apesar de ser colocado como primeiro passo, o levantamento bibliográfico e documental não se encerra com o início da próxima etapa. Ao contrário, foi sempre necessário voltar a ele e revisar, ajustar, incluir, recuperar noções, temas, conceitos que vão se mostrando mais adequados à medida que a pesquisa foi sendo costurada.

2.1.2 O trabalho de campo:

Para Neto (1994), o campo representa uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação. Além disso, é fundamental estabelecer uma programação bem definida das fases do campo exploratório e o campo propriamente dito.

O campo exploratório serviu para estabelecer o primeiro contato relativo a esta pesquisa e permitiu identificar a presença de diferentes instituições locais de Trindade, como a Associação de Moradores, a Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade, a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras, o Fórum de comunidade Tradicionais de Angra, Paraty e Ubatuba, a Associação Caixa d'Aço Bocaina Mar, a Associação de surf de Trindade, e a Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade. A partir deste primeiro desenho local, traçou-se como método de abordagem o convite para participação na pesquisa. Entende-se que o momento do convite precisa ser presencial e bastante cuidadoso. É o momento de possibilitar o desenvolvimento da confiança dos sujeitos, desenvolver diálogos informais, informando e esclarecendo tudo o que for apresentado como dúvida, acerca da pesquisa.

Em seguida, àqueles que estiveram de acordo em participar foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo seguido da realização da entrevista semiestruturada. Apenas em um caso, foi necessário agendamento um melhor horário para os entrevistados.

A entrevista semiestruturada, para Boni e Quaresma (2005), é imprescindível na pesquisa em ciências sociais. Esse método de levantamento de dados consiste em um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (*op. cit.* p. 72) Estas informações podem ser de cunho objetivo ou subjetivo. No primeiro caso, também podem ser adquiridas em forma de dados secundários, mas a subjetividade das

respostas do entrevistado é que trazem riqueza e relevância a este método. O modelo semiestruturado das entrevistas baseia-se em um roteiro de perguntas pré-estabelecidas, mas não rígidas, de modo que, conforme a necessidade e/ou desenrolar da entrevista, mais perguntas e comentários podem ser feitos pelo entrevistador, se parecendo mais com uma conversa informal (BONI; QUARESMA, 2005), mas não despreziosa nem neutra (MINAYO, 1994).

Foram entrevistadas as lideranças da Associação de Moradores – AMOT, da Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade – ABAT, da Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade, e o responsável pela representação de Trindade na Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (Figura 1).

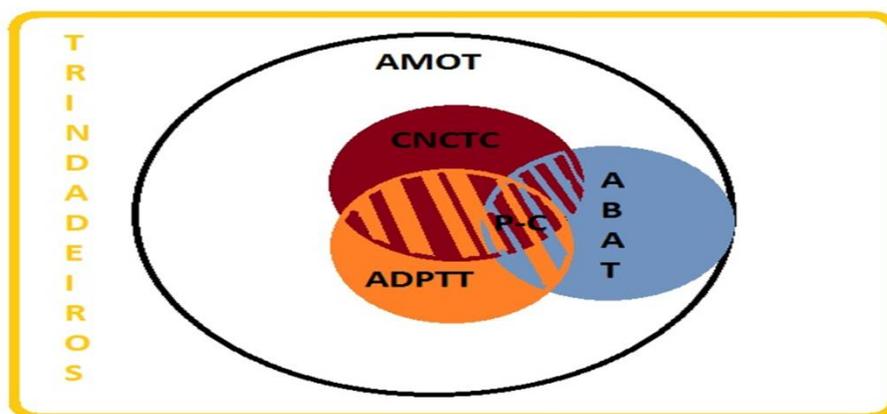


Figura 1: Esquema de sobreposição das instituições trindadeiras entrevistadas

Além desses, foram também entrevistados três pessoas indicadas pelos entrevistados como sendo da geração dos antigos moradores da região. Pretende-se assim reunir informações históricas entre os mais antigos e conhecer os novos movimentos a partir da geração mais jovem e que está mais atuante, envolvidos diretamente com as questões socioambientais, nos diferentes grupos locais organizados (Figura2).

Sobre a divisão entre gerações, registra-se que foi assim que o próprio grupo fez menção ao outro. Ao entrevistar os atuais presidentes das instituições locais eles recomendaram conversar também com trindadeiros da “antiga geração”, que se expressou em um grupo de faixa etária entre 70 e 87 anos. E a antiga geração também fez referência a “nova geração”, sendo essa composta de líderes com faixa etária entre 30 e 40 anos.

Para Minayo (1994, p. 43) a pergunta adequada para orientar o pesquisador é “Quais indivíduos sociais tem uma vinculação mais significativa para o problema a ser investigado?”. A partir desta pergunta compreende-se que existem pessoas que contribuirão mais do que outras na investigação, mesmo “todos” estando vinculados ao problema investigado.

Entrevistas	codinome	Geração	Gênero	Vinculação a pesquisa	Local da entrevista	Possui algum tipo de renda com o turismo
1	João	Nova geração	masculino	Presidente da Coordenação Nacional de Comunidades Caiçaras	Dentro de seu barco, enquanto aguardava para trazer turistas da piscina natural do Caixa d'Áço. E continuação no rancho da ABAT	Sim
2	José	Nova geração	masculino	Presidente da Associação de Moradores de Trindade - AMOT	Em sua casa	Sim
3	Antonio	Nova geração	masculino	Presidente da Associação de Barqueiros e pescadores Tradicionais de Trindade - ABAT	Rancho da ABAT	Sim
4	Pedro	Antiga geração	masculino	Trindadeiro que lutou para permanecer em Trindade na década de 1970, indicado de outro entrevistado	Na varanda de sua casa	Sim
5	Roberto	Antiga geração	masculino	Antiga liderança comunitária	Na cozinha de sua casa	Sim
6	Maria e Alice	Nova e antiga gerações	feminino	Antiga liderança comunitária e Presidente da Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade	Na cozinha de sua casa. Após seu esposo terminar a entrevista 5 ela pede para também dar entrevista e sua filha chega um pouco depois de começarmos e a entrevista passa a acontecer com as duas.	Sim

Figura 2: Quadro de apresentação dos entrevistados

Na fase das entrevistas, além das gravações das conversas, também se fez o registro de observação direta, que objetivou registrar falas, impressões, sensações próprias da autora em relação às falas.

2.2 Análise dos dados

Esta fase de análise de dados teve por finalidade estabelecer uma compreensão sobre os dados coletados e ampliar o conhecimento sobre a psicossociologia articulando-a ao contexto cultural de Trindade (MINAYO, 1994). Mantêm-se aqui a abordagem qualitativa de análise de conteúdo, definida por Bardin (2011) como:

... conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Ainda para Bardin (2011, p. 50) “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça” usando especialmente a indução e a intuição. Neste sentido, para Moraes (1999), é importante evidenciar que a interpretação do pesquisador não é neutra, pois está baseada nas suas percepções sobre os dados. Para o mesmo autor,

a ênfase na subjetividade não é inconciliável com o rigor científico. Este não exclui nem substitui sentidos latentes e intuições não quantificáveis. A análise de conteúdo, numa abordagem qualitativa, ultrapassa o nível manifesto, articulando o texto com o contexto psicossocial e cultural (MORAES, 1999, p. 9).

As etapas propostas por Bardin (2011) para a análise de conteúdo dos dados levantados em campo a partir das entrevistas semiestruturadas foram seguidas. Nesta fase, foi fundamental manter a clareza dos objetivos na análise, além de conseguir estabelecer uma ligação explícita com o levantamento bibliográfico e documental na hora da categorização.

A análise foi feita em etapas, de acordo com sugestão de Bardin (2011):

- a) A pré-análise: teve por objetivo a organização. Esta etapa teve por função agrupar e ordenar as informações, de acordo com os objetivos da pesquisa.
- b) A exploração do material: “consiste essencialmente em operações de codificação, decomposição ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (*op. cit.*, p. 131). A operação de codificação é uma transformação dos dados brutos em unidades de registro.

Foi usada a categorização, que permitiu uma descrição clara e objetiva do conteúdo dos dados. Seguindo Minayo (1994), as categorias foram identificadas após a coleta de dados com a finalidade de serem mais específicas e concretas. E para Moraes (1999, p. 6), “a categorização é um procedimento de agrupar dados considerando a parte comum existente entre eles. Classifica-se por semelhança ou analogia, segundo critérios previamente estabelecidos ou definidos no processo”.

As categorias foram criadas a partir das entrevistas semiestruturadas sob os temas de pertencimento e dos conflitos socioambientais, considerando sempre a relação do entrevistado com a pesquisa, isto é, qual a relevância desta fala para o tema do pertencimento e dos conflitos socioambientais.

O tema pertencimento foi organizado em quatro grupos de categorias para responderem o primeiro e segundo objetivos específicos deste trabalho. Um grupo das instituições locais trindadeiras e as demais categorias relacionadas; um grupo dos de fora, que incluem as instituições que atuam localmente, mas não estabelecem ligação com a comunidade, e os turistas; outro grupo das relações familiares; e um último que agrupa as categorias relacionadas ao ser de Trindade.

A categoria *trindadeiro* surgiu com força nas entrevistas identificando quais sujeitos poderiam ser assim adjetivados ou não. A partir da exclusão de pertencimento a esse grupo emergiu a categoria *os de fora*. Essas duas categorias são marcadas pela identidade cultural de cada grupo associado e pelas relações sociais que estabelecem dentro do grupo e intergrupos, sendo trabalhadas junto a categorias como: auto identificação, caiçara, comunidade tradicional, comunidade, conhecimento e defesa do território, defesa do modo de vida, nova geração, antiga geração, casamento, nativo, não nativo, hábitos e cultura, turistas, os de fora, desunião, problemas pessoais dos comunitários, luta, ausência, interesse apenas nos benefícios.

O tema dos conflitos socioambientais foi organizado em grupos de tipos de relação entre os trindadeiros, via instituições locais trindadeiras; e tipos de relação entre as instituições trindadeiras e as instituições de fora; e quais os pontos de conflito. Dessa análise surgiram categorias referentes a visão de gestão do território, top-down ou participativa, conservacionista ou socioambiental, sobreposição de terras, limites do parque, interesses econômicos privados.

As duas análises temáticas geraram categorias que estão, em sua maioria, amplamente associadas teoricamente, demonstrando a complexidade dos assuntos e como estão profundamente ligados empiricamente. Mesmo com a separação temática, categorias relacionadas, inicialmente, as relações de pertencimento apareceram como categorias relevantes na compreensão dos conflitos socioambientais. Exemplos disso

são as categorias: visão da relação homem-natureza, a defesa do território tradicional caiçara, a defesa dos modos de vidas tradicionais de Trindade.

c) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: “Os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos.”... “O analista, tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos – ou que digam respeito a outras descobertas inesperadas” (BARDIN, 2011, p. 131).

A validade das escolhas metodológicas desta pesquisa pode-se encontrar na afirmação de Moraes (1999, p. 10), para quem “a abordagem indutivo-construtiva toma como ponto de partida os dados, construindo a partir deles as categorias e a partir destas a teoria. É, portanto, essencialmente indutiva. Sua finalidade não é generalizar ou testar hipóteses, mas construir uma compreensão dos fenômenos investigados.”.

2.3 Ética na pesquisa: antes que os laços virem nós cegos

Esta pesquisa, submetida e aprovada pelo Comitê de Ética do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAAE: 65261717.7.0000.5582), foi realizada em conformidade com os princípios éticos e condições para pesquisas envolvendo seres humanos estabelecidos nas resoluções brasileiras.

Pode-se dizer que a ética da pesquisa se demonstra nos cuidados técnicos, salvaguardando a moral dos participantes, resguardando-os de entrar, devido à pesquisa, em situação vulnerabilizante. E se esta não for, previamente, bem costurada junto aos métodos e técnicas de pesquisa, acaba tornando-se um empecilho à sua divulgação, após a conclusão da mesma.

Um dos cuidados que é necessário tomar é evidenciar a implicação do pesquisador com o seu objeto de pesquisa. Nasciutti (2000) afirma que para os pesquisadores sociais as suas questões de pesquisa estão vinculadas aos seus próprios compromissos sociais. Barbier (1977) acrescenta que a implicação do pesquisador ocorre em três níveis: psicoafetivo, histórico-existencial e estrutural-profissional.

Tais implicações, em todos os níveis, precisam ser marcadas por um rigor ético, isto é, uma preocupação de que os sujeitos dos grupos estudados estejam cientes das posições de pesquisador e pesquisados, não como a hierarquia de poderes ou saberes, mas, partindo da transparência no processo da pesquisa, explicitando os objetivos da pesquisa, como ocorrerão, com quem, quais as vantagens e possíveis prejuízos para aqueles sujeitos estudados ou colaboradores do estudo.

Como já descrito, a implicação desta autora com o objeto pesquisado advém de um questionamento originado em uma pesquisa anterior desenvolvida no mesmo campo, mas com outro objeto e objetivos que não contemplavam as possíveis respostas para o próprio grupo local estudado.

E dentro desta complexidade deve ser dada atenção à exposição desses sujeitos/indivíduos ao participarem da pesquisa, e até mesmo a possível exposição dos que não participaram diretamente, mas são integrantes dos grupos sociais locais. Neste sentido, fala-se, principalmente, da possibilidade de agravar os conflitos de forma irreconciliável. No que tange os possíveis acordos, reconciliações e mediações, cabe dizer que só serão efetivados na medida em que o interesse dos atores locais em uma resolução de aproximação seja manifestado.

Como benefícios diretos desta pesquisa ao grupo observado, ficam os registros documentais, que possuem responsabilidade de manter a existência de suas histórias, vivências, modos de vida e produção econômica e social. É o olhar dos “especialistas” sobre o grupo, e é a este olhar que se recorre, antes de editarem políticas públicas ou planos de manejo, como é de interesse para a área.

Além disso, será feito também o retorno do estudo finalizado aos que participaram diretamente de sua realização. Neste sentido, tem crescido o termo do uso “popularização da ciência”, que é a fase de tradução da linguagem e moldes acadêmicos para uma forma mais inteligível a população em geral e principalmente a estudada.

Neste aspecto, uma apresentação oral e expositiva ocorreu na sede da Associação de Moradores de Trindade, com convite direto a todos os participantes e boca-a-boca a comunidade. O encontro aconteceu em 19 de junho de 2017, às 18 horas contando com a presença dos presidentes da AMOT e ABAT. O representante da Coordenação Nacional Caiçara ficou a par dos resultados da pesquisa, mas não esteve

presente na apresentação, por estar envolvido com a pesca da tainha, momento singular para a comunidade nos meses de junho e julho. A Associação de defesa do povo tradicional não esteve presente.

3. CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO-ESPACIAL DE TRINDADE.

Este capítulo dedica-se à apresentação da evolução socioespacial ao longo dos séculos de ocupação e crescimento demográfico da ponta sul do município de Paraty, no Estado do Rio de Janeiro, onde Trindade se encontra (Figura 3), e sua comunidade se desenvolve e interage com as mudanças no território (Figura 4).

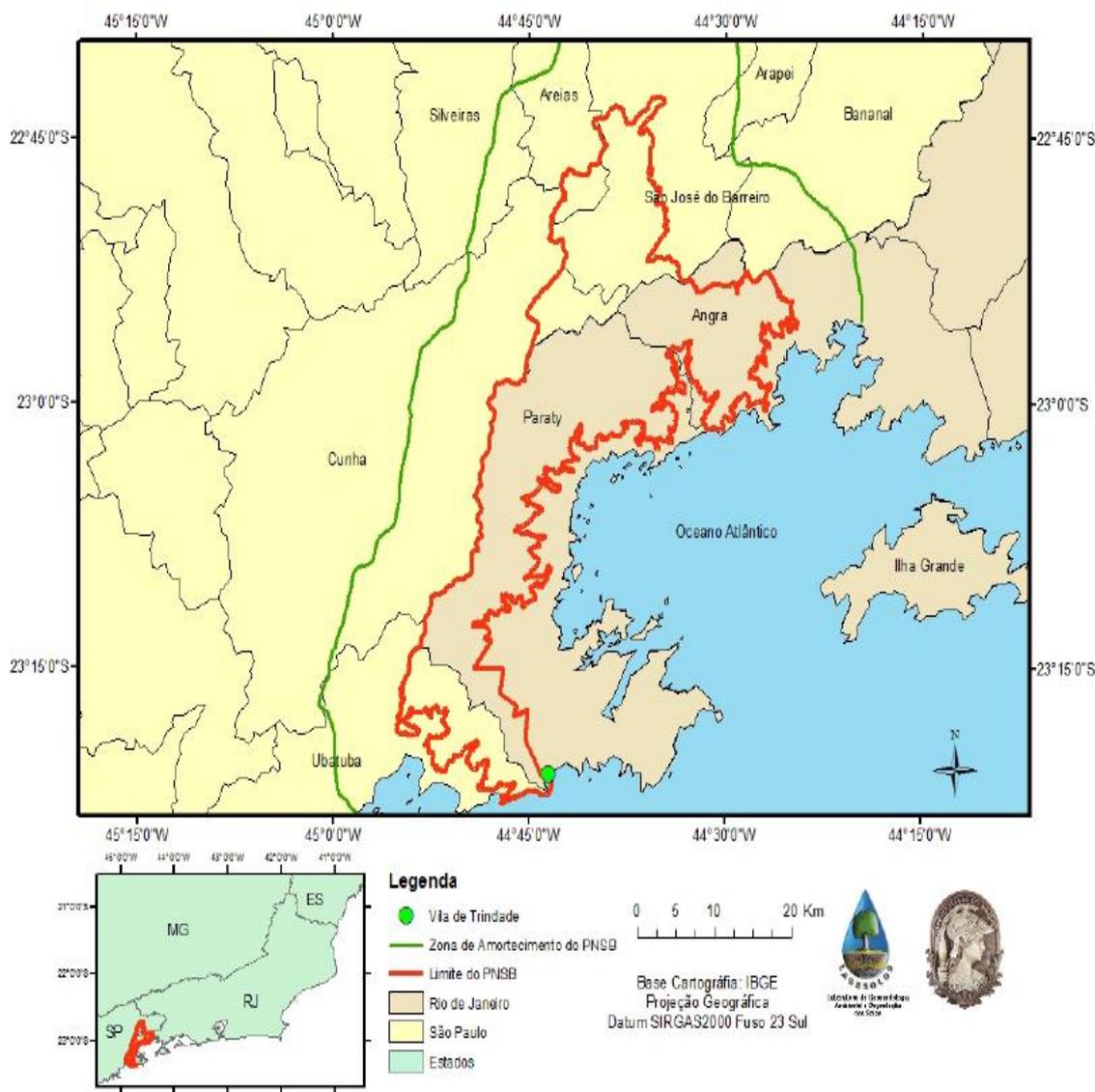


Figura 3: Mapa de localização da área de estudo. Fonte: SANTOS, 2016.



Figura 4: Mapa de localização da vila e praias de Trindade. Fonte: SANTOS, 2016.

O subcapítulo a seguir apresenta as diversas fontes documentais que servirão de base para a compreensão dos registros oficiais desse crescimento demográfico. Apresenta-se desde já uma tabela (Figura 5) de comparação entre os dados obtidos, a qual evidencia a difícil missão de conhecimento do território para um posterior planejamento e ordenamento.

Instituições	Ano de publicação dos dados	característica da área	Aspectos da tradicionalidade	Endereços e edificações
IBGE	2010	Rural		429
Prefeitura de Paraty	2010			16
PDDI	2002			
PDDT	2003			
APA	2004	Urbana	quase inexistente	210
PNSB	2002		Reconhece uma pesca tradicional em declínio	151 + imóveis rurais

Figura 5: Mapa de localização da vila e praias de Trindade.

3.1 Contexto político-administrativo: a inserção de Trindade no município de Paraty, na Área de Proteção Ambiental do Cairuçu (APA Cairuçu) e no Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB).

A vila de Trindade pertence ao distrito de Paraty-Mirim, município de Paraty, no sul-fluminense. A lei municipal N° 1750, ano 2010, dispõe sobre a denominação de logradouros públicos em Trindade, sendo estes: 1 - Rua Dr. Sobral Pinto; 2 - Rua Américo Rosa/ Flores; 3 - Travessa Manoel Sebastião; 4 - Rua Benedito Inácio; 5 - Rua Pastor Nenê/ Ezonir; 6 - Rua Pedro Rosa; 7 - Rua João Possidônio, 8 - Rua do Horto; 9 - Rua Aristides Moreira; 10 - Travessa Manoel Rosa; 11 - Rua Eufrásio do Carmo; 12 - Travessa João Ingrácio; Rua Benedito Leandro; Travessa Paulino Justo; Travessa João Leandro; Rua Pedro Xefa.

Já o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos (CENEF) do IBGE, a partir do censo 2010, indica a existência de endereços em localidades de Trindade não registradas no documento a cima. São: Estrada Laranjeiras; Praia do Cepilho; Praia do Rancho; Rua da Praia do Meio; Rua das Flores; Rua entrada da Praia do Meio;; Trevo Patrimônio; Trevo Trindade. Além de acrescentar esses registros, o CENEF não indica a existência de endereços em alguns logradouros registrados na lei municipal, como a Rua Pedro Xefa, por exemplo. O cadastro soma um total de 429 endereços em 2010 na localidade de Trindade, variando entre domicílios particulares ou coletivos; em construção; estabelecimentos agropecuários; de ensino; de outras finalidades; de saúde; e todos são considerados endereços rurais.



Figura 6: Mapeamento das ruas da vila de Trindade.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do município de Paraty (PDDI) seria o “instrumento de planejamento capaz de orientar o desenvolvimento sócio-político-econômico do município de Paraty – Monumento Nacional, considerando prioritariamente as ações de preservação cultural e natural, e atendendo à construção de uma ordem social justa que tenha no direito à vida e no reconhecimento dos direitos sociais o seu compromisso fundamental.” (Lei 1352/2002) não está disponível para acesso remoto atualmente por estar sendo reformulada. O último registro encontrado sobre o Plano estar disponível para acesso foi em 2010, quando seus quatro volumes, elaborados pela UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), podiam ser acessados, segundo site da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente de Paraty.

Os registros da APA Cairuçu² indicam que Trindade é um bairro urbano, que em 2000, contava com 120 famílias e cerca de 210 edificações. Este documento sugere a implantação de uma área de preservação permanente na Enseada da Trindade, onde

² Criação e localização da APA Cairuçu no tópico “Chegou a conservação”.

ocorre a maior riqueza da flora, presença de espécies raras, além de espécies de alto valor econômico (BRASIL, 2004).

Trindade possuía um traçado original para o parcelamento do solo, que foi obedecido, apenas parcialmente, gerando um fracionamento das terras e consequente ocupação desordenada. “... chegando ao extremo da existência de propriedades com praticamente toda a área construída, edificações coladas entre si, cuja testada ou fachada não passa dos 3 m de comprimento...” (BRASIL, 2004, p. 207). Há o princípio de obras de canalização de água e captação e tratamento de efluentes domésticos; além de um ônibus da Colitur. Atualmente (2017), os ônibus oferecidos à população funcionam em estado precário, haja vista o acidente que matou 15 pessoas no trajeto Paraty – Trindade, em setembro de 2015³ e a estação de tratamento de esgoto está embargada⁴.

O plano de manejo da APA registra insistentemente o não enquadramento de Trindade junto às demais comunidades tradicionais que existem em seu interior. Como exceção, encontra-se um parágrafo como este:

A nova geração caiçara se orgulha da terra em que nasceu, valoriza o meio ambiente e não é porque faz surf e pesca com bote de alumínio que deixou de ser caiçara. A chave da sobrevivência da sua cultura é justamente acreditar em si próprio como membro ativo de uma comunidade, aprender com seus pais ou adaptar sua vocação de artesão, festeiro, construtor, pescador, mateiro e companheiro de aventuras para ganhar com o turismo ecológico, cujo capital cultural é o próprio modo de saber, conhecer a terra e ser caiçara. É muito difícil. Mas é o único caminho para a sustentabilidade e para o futuro (BRASIL, 2004, p. 105).

Já no relatório de gestão da APA dos anos 2010 e 2011, está registrada a contribuição de seu conselho consultivo que elaborou, aprovou e encaminhou moção

Solicitando à prefeitura a desapropriação por interesse público dos terrenos situados na Zona de Uso Comunitário Esportivo e de Lazer (ZUCEL) do bairro Trindade. O Conselho reforçou as diretrizes do plano de manejo para essa área que prevê a implantação de praça, escola, espaço para eventos,

³ Notícia obtida do site <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/09/acidente-com-onibus-deixa-feridos-em-paraty-na-costa-verde-do-rio.html>. Acessado em 09/11/2016.

⁴ Cabe uma contextualização sobre a luta da comunidade para instalação e funcionamento dessa estação de tratamento. Segundo as entrevistas a ETE foi uma iniciativa da comunidade, após anos de descaso do poder público com essa questão. A própria comunidade se organizou e conseguiu arrecadar fundos e promoveu articulações com empresas atuantes em Trindade que prestassem essa compensação a vila. Após essa mobilização comunitária a Prefeitura assume a responsabilidade da obra mas não a conclui. Esse processo aconteceu por mais uma vez. A ação mais recente referente a esse assunto, ocorreu em 19 de julho de 2017, quando o Ministério Público Federal em Angra dos Reis recomendou que o ICMBio se manifestasse quanto a possibilidade de celebração de um acordo junto a comunidade para a implantação da ETE.

entre outros aparelhos (entre outras estruturas) de interesse da comunidade (BRASIL, 2011, p.18).

Em relatório de monitoramento do plano de manejo a APA Cairuçu, em 2011, a área conhecida como “morrão” em Trindade, é entendida como área não pertencente à vila e possui regras de ocupação específicas (BRASIL, 2011). A seguir as delimitações e finalidades de Trindade e Alto da Trindade (Figura 7 e 8), respectivamente, segundo o mesmo documento.

Abrange toda a faixa compreendida entre o Morro do Sapê, a Praia do Meio e o rio, bem como as vias de acesso que se dirigem para as praias de Fora e dos Ranchos, a partir do Posto de Saúde e do final da Av. Sobral Pinto que leva à Praia dos Ranchos, incluindo a faixa compreendida entre a Praia de Fora, a Rua do Posto de Saúde e as vielas que marcam a divisa entre esta área e o polígono urbano, excetuando-se a faixa ocupada pelos ranchos. (...)

Área com raio de 50 m ao redor do entroncamento das vias de acesso a Trindade e Laranjeiras. Esta área fica destinada à instalação de estruturas de apoio, controle, proteção e segurança à visitação pública e ao meio ambiente, respeitado o estabelecimento comercial existente, que poderá ser reformado para melhor atendimento (BRASIL, 2011, p. 31).

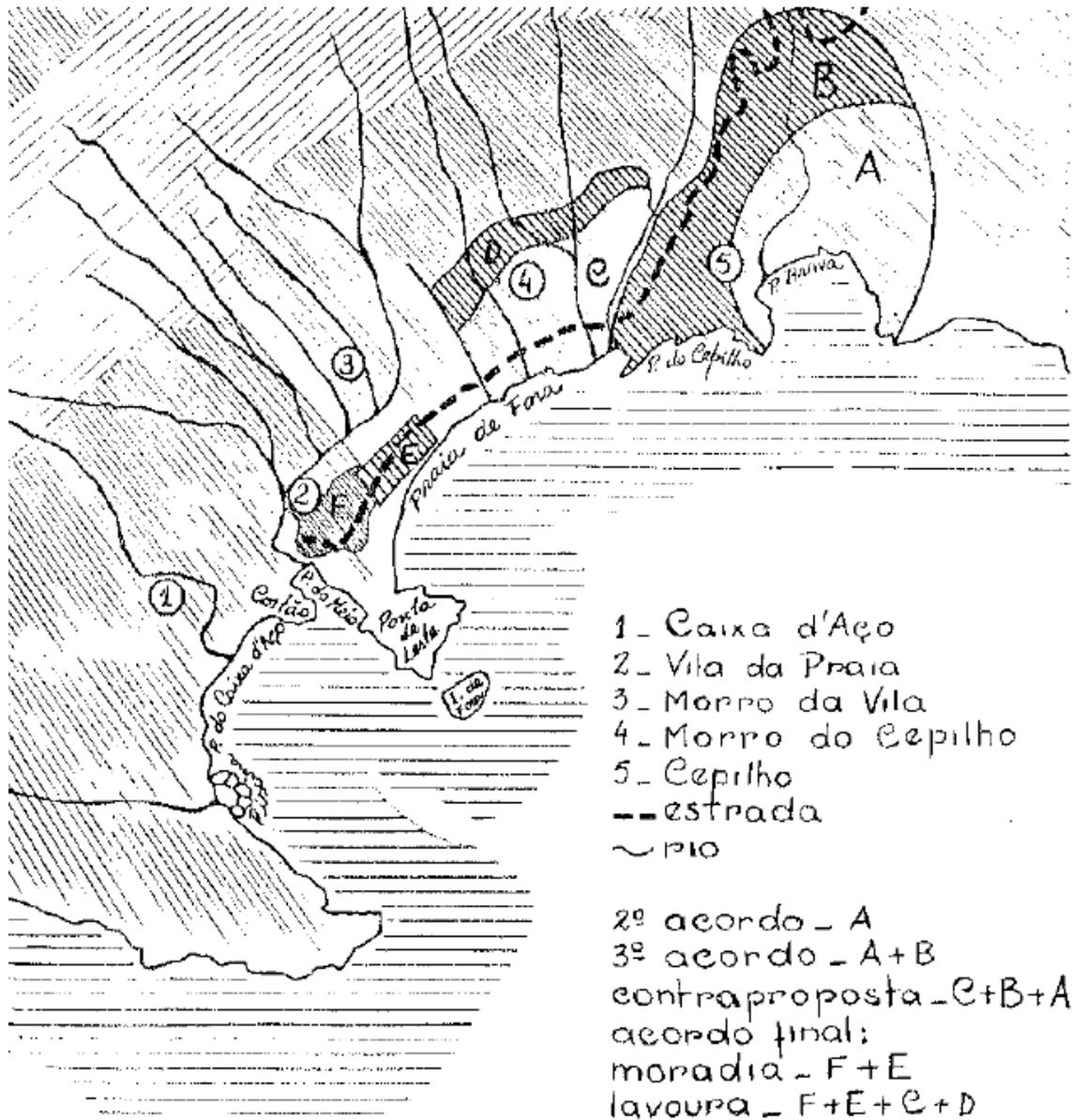


Figura 7: áreas de moradia e lavoura planejado. Fonte: LHOTTE (1982, p. 166)



Figura 8: áreas de moradia e lavoura em relevo.

Para o PNSB, A Ponta de Trindade é o ponto mais ao sul de seus limites, exatamente na divisa de SP/RJ. A partir de uma redelimitação da Unidade em 1972, a vila de caiçaras teve suas terras sobrepostas por uma unidade de proteção integral.

A nova delimitação da Unidade incluiu ainda a área costeira de marinha da região de Trindade e o costão rochoso do Camburi, na região da divisa dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, abrangendo as praias do Caixa d' aço e do Meio, e uma ilha costeira denominada Ilha do Tesouro, Ilha da Trindade, ou Ilha da Casca (IBAMA, 2002, p. 1.11-12).

O Plano de Manejo do Parque (2002) informa que a antiga vila de pescadores contava, em época, com 151 imóveis registrados na prefeitura de Paraty, além de outros registrados como imóveis rurais. Destes, 44 são bares e restaurantes e 25 são pousadas, que chegam a recepcionar até 10.000 turistas em feriados prolongados. E esse número vem aumentando, afirma o plano de manejo (IBAMA, 2002).

O parque é uma unidade de conservação de proteção integral, isto é, que não prevê a permanência de residências e moradores em seus limites, demandando a remoção e possível indenização destes, caso comprovem que ali estavam antes do decreto de criação do Parque. Entretanto, os criadores do plano de manejo desta unidade reconhecem a difícil missão em fazer valer essa obrigação imposta pelo SNUC (2000).

Os moradores viveram um conflito de terras por mais de trinta e cinco anos com a empresa BRASCAN (que até hoje se mantém na área), resistindo durante todo esse tempo e conseguindo manter suas posses. Pelas atuais características da comunidade e por esse histórico de resistência dos moradores pela manutenção das posses, pode-se considerar praticamente

inviável qualquer processo de desapropriação que envolva a retirada daquela população (IBAMA, 2002, p. 5. 101).

O plano do Parque também reconhece a existência da pesca artesanal dentro dos limites do PNSB. Mas afirma que a pesca tem perdido importância na economia local devido à migração de mão de obra para o turismo e, aos atravessadores de pescado da região, que fazem o preço de seus pescados perderem mercado. Outro registro do parque a respeito de Trindade e seus moradores são de que as restrições impostas pelo uso indireto dos recursos naturais, referente à categoria de Parque, não fazem sentido para a população, tendo em vista que o Parque só passou a atuar na localidade a partir de 2008, e ainda assim, encontraram a tão desejada natureza que dizem ser necessário preservar por meio de restrições de uso.

Destaca-se que esta foi uma busca de dados secundários e que ha extrema cautela em não afirmar precipitadamente quais são os limites de Trindade, quantos são os seus moradores, se é uma área urbana, rururbana, tradicional e etc., por estar relacionado diretamente à questão que esta pesquisa busca responder e a ética com a população, que é tantas vezes usada como informantes de pesquisa e nada ou pouco recebe como benefício disso, ou mesmo contribuiu para pesquisas que lhes servem de armadilhas. “Eles veem aqui, tiram fotos e nada muda!” Frase de um trindadeiro sobre a passagem de diversos pesquisadores (LHOTTE, 1982). Tendo a consciência de que esta pesquisa ao ser publicada se torna um documento oficial, é necessário que se tenha o devido respeito ao grupo social, participante deste estudo, e seus posicionamentos. Acredita-se que é necessário conhecer também os limites de Trindade para seus moradores, de geração em geração, que habita aquela área antes de ter que encaixotá-la nos limites de um mapa legislativo. Não se quer incorrer no erro de reprodução de hierarquia dos conhecimentos.

3.2 Caracterização socioeconômica:

Entende-se que seja relevante começar essa contextualização falando da principal barreira física desta região, a Serra da Bocaina, usada desde os índios como caminho de ligação entre o interior e o mar muito antes dos tropeiros e dos portos. Em tupi “bocaina” significa: abertura ou depressão na serra.

O mais antigo e importante registro da extensão do território tupinambá foi feito pelo náufrago alemão Hans Staden, capturado em Cananéia pelos tupinambás em 1554 e transportado pelo chefe Cunhambebe até as aldeias indígenas de Mambukabe e Tickquarippe (atuais Mambucaba e Taquari, ao norte de Paraty),

ficando prisioneiro desses índios por quase um ano. Nessa época as duas principais aldeias tupinambás eram Ariró (em Angra dos Reis) e Iperoig (Ubatuba). Paraty situava-se no meio dessas aldeias.⁵

Em meado do século XVI, após o extermínio dos tupinambás pelos portugueses aliados aos tupiniquins, estes começaram a fixar algumas hospedarias para pernoite daqueles que chegavam pelo mar ou estavam voltando de suas buscas e expedições em meio à mata. Começa então a miscigenação entre índios e portugueses. Após a proibição da caça aos indígenas, os escravos começam a chegar nesta região para suprir a necessidade de mão de obra nas lavouras de cana, depois, como resquício da busca por ouro nas Minas Gerais, e por “fim” nos cafezais, possibilitando a miscigenação também com os negros.

Vale ressaltar que nos momentos em que a economia hegemônica de Paraty, ou seja, a economia voltada para o mercado externo à cidade (cana, ouro, café, banana) apresentou decadências, houve um afrouxamento na concentração das relações socioespaciais e maior dispersão na ocupação do município (GOMES JR, 2009, p. 21).

Gomes e colaboradores (2004) afirmam que após a expansão das frentes cafeeiras para o vale do Paraíba a região de Paraty entrou em franco decréscimo, acentuado pela construção da ferrovia que ligava o vale à capital e isolava cada vez mais a recém-fundada (1846) cidade de Paraty, que teve o número de habitantes de 12.000 em 1856 para 4.000 ao final do século XIX. Tal fato confirma o que Lhotte transcreveu do jornal Correio de Parati, nº 3, em 1972 “é sempre pelos caminhos que Parati se salva ou se perde” (LHOTTE, 1982, p. 16). Mais adiante, vê-se novamente a importância de um novo caminho aberto para a evolução desta região.

Gomes Jr. (2009), relata que o primeiro motivo para ocupação deste litoral, como em todo o país, foi por causa da extração do pau-brasil. Entretanto, a intensificação da fixação dos europeus se deu já na fase das sesmarias e do desenvolvimento do cultivo de cana-de-açúcar como economia local, em meados do século XVII, mas nada comparado ao que acontecia no nordeste do país.

De certa forma a economia de Paraty ainda contava com a agricultura de subsistência e com a venda de alguns produtos cobiçados pela metrópole. No final do

⁵ Trecho retirado da sessão “Índios em Parati” no site paraty.tur.br

século XVII a descoberta de ouro nas Minas Gerais traz novos ventos à economia local. O caminho do ouro para escoamento era o mesmo traçado pelos indígenas que antes saíam do interior do vale do Paraíba para o litoral. Agora, o ouro encontraria na baía de Paraty o segundo porto mais importante do país, sendo levado à metrópole.

A primeira década do século XVIII viveu extremos, onde em 1702 o ouro que saía de Minas Gerais era obrigado a passar pelo porto de Paraty, mas já em 1710 uma nova rota Juiz de Fora – Capital passa a ser obrigatória e relega o caminho velho a decadência e outros usos menos relevantes e geralmente ilegais.

No início do século XIX, com a chegada da família Real ao Rio de Janeiro, Paraty ficou responsável por boa parte do abastecimento de alimentos da nova população “carioca”. A abolição da escravatura foi determinante para o declínio da produção dos engenhos de cana-de-açúcar acometendo Paraty a um ostracismo de décadas. No início do século XX, a pesca e o cultivo da banana impediram que a estagnação comercial fosse total.

Começam a entrar na cena econômica os elementos fundamentais à subsistência dos pequenos núcleos familiares que permaneceram em Paraty. Adams (2000, p. 147) indica que “historicamente, a formação das comunidades caiçaras só pode ser entendida no contexto da ocupação do litoral brasileiro e dos ciclos econômicos vividos pela região sul/sudeste”. Através da decadência dos ciclos econômicos de cada época os moradores de Trindade voltavam a ficar isolados e a ter sua dinâmica de vida no mar (praias Brava a Ponta da Cabeça do índio no Caixa d’ação) e nos roçados, que se estendiam do Patrimônio até a o Caixa d’ação.

Nesta época, cada dono de uma posse de moradia em Trindade possuía também uma posse de lavoura, configurando um arranjo espacial desconcentrado com moradias esparsas, entre o Caixa d’ação e a praia do Meio, e os espaços de roçado que se alternavam e se estendiam conforme a necessidade do cultivo.

Eram terras pouco valorizadas, devido à dificuldade de acesso, onde “viviam 157 famílias com cerca de 500 pessoas que habitavam em casas de pau-a-pique, telhados de sapês de duas águas, algumas vezes caiadas, o chão era de terra batida, sem luz elétrica, móveis escassos e com utensílios, em sua maioria, produzidos artesanalmente” (UFRRJ, 2015, p. 330). Apesar da posse das terras caracterizarem

aquele terreno como propriedade privada, não havia muros que dividissem os terrenos, todos os espaços caiçaras eram acessíveis através das trilhas (ADAMS, 2000).

Dentro das posses dos trindadeiros ainda podiam ser encontrados alguns ranchos de pesca nas praias, que eram, por vezes, usados como residência temporária no tempo de pesca de algumas espécies. Na realidade, a praia é muito simbólica para o caiçara, sendo ele diferenciado por sua praia de origem e fator contribuinte a solidariedade de seus semelhantes. A praia é o centro de articulação do caiçara, seu contato com o mundo exterior e espaço de socialização. Opõe-se ao Sertão, espaço de trabalho, das roças, das florestas, onde se retirava a lenha e a caça (ADAMS, 2000).

Mas após décadas de reclusão e pouca alteração no modo de vida dos trindadeiros, como se vê em registros de jornais, relatos dos moradores em memórias pessoais e bibliografias sobre o tema, a década de 1970 chega com diferentes impactos sobre a pequena vila de pescadores tradicionais:

1) O movimento hippie cresce no Brasil e as classes alta e média alta de São Paulo e Rio de Janeiro passam a buscar refúgios naturais distantes dos centros urbanos, sendo Trindade um desses destinos que passa a receber a influência cultural tão distinta da local. Cristina Lhotte (1982) tem registro do primeiro comprador de fora de uma posse no Caixa d'áço, ele relata que chegou a Trindade em 1967 seguindo uma picada na mata pelo morro do Papagaio, ligação entre Camburi – Trindade, e que comprou umas terras de uma família que há tempos já havia se deslocado mais para praia. Comprou por Cr\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta cruzeiros), dinheiro que para ele representava muito pouco frente à maravilha de lugar, e para os parâmetros monetários de Trindade era muito dinheiro, permitindo que o vendedor comprasse mais duas posses dentro de Trindade, além da que já tinha. Ele comenta que os primeiros trindadeiros que viu foram “crianças indiazinhas” que o cercavam enquanto dormia na praia do Caixa d'áço.

Mas nem só de apaixonados pela natureza e pela calma da vila deram-se as vendas das posses. Apareceu uma corretora de imóveis de nome Ivete, que comprava as posses dos residentes mais velhos, por em média, Cr\$ 1.000 (mil cruzeiros) e depois revendia a preços supervalorizados a compradores do Rio de Janeiro e São Paulo (LHOTTE, 1982). Mas ainda assim, até 1974, pode-se dizer que predominantemente, os

turistas vinham com a ideia da aproximação da natureza, tinha um grupo que fazia questão de se aproximar dos Trindadeiros e cuidar da preservação da vila.

Após essa data, observa-se outro tipo de “venda” para outro grupo, a Adela-Brascan, aqui no Brasil apresentada como “Parati Desenvolvimento Turístico Ltda”. Essa impulsão de Trindade no cenário turístico da classe média urbana paulistana e carioca foi favorecida pela abertura da rodovia Rio-Santos e a pavimentação da estrada do Deus me livre, atual PRT-101.

2) Como legados do regime militar e suas obras faraônicas no país foram construídas a BR-101 - rodovia Rio-Santos, a instalação do terminal portuário da Petrobrás em São Sebastião e as usinas nucleares de Furnas Centrais Elétricas em Angra dos Reis. “Foram obras monumentais de um governo autoritário que provocaram grandes modificações sociais e econômicas na região, construídas sem nenhuma preocupação com os impactos paisagísticos, ambientais nem sociais que causaram.”⁶.

Os autores Garcia e Dedeca (2012) afirmam que a abertura da estrada iniciou o processo de urbanização no município de Paraty consolidando sua vocação turística, mas agregando também a especulação imobiliária. A cidade que sofrera com o decréscimo populacional no último século, agora vive um adensamento demográfico e de circulação de pessoas, mercadorias e serviços. Lhotte (1982) acrescenta que toda a zona litorânea que acompanha a estrada era considerada zona prioritária de desenvolvimento turístico pela EMBRATUR em 1972. No início desse mesmo ano, o Presidente Médici havia determinado que Paraty fosse área prioritária para reforma agrária.

3) A entrada da Multinacional Adela-Brascan em 1973, com nome de Companhia Parati Desenvolvimento Turístico Ltda, que posteriormente passou-se a chamar Trindade Desenvolvimento Territorial S/A, atingiu 120 famílias de Trindade, as quais as posses remetiam a seus bisavôs. A forma que a “Companhia⁷” chegou à vila não tinha apenas o objetivo de tomada das terras, mas também de massacre da cultura caiçara. “Braga (1983) chama a atenção para a “pressa” que a multinacional tinha para

⁶ Trecho retirado da sessão “nossa história” da APA Cairucu do site do ICMBio. < <http://www.icmbio.gov.br/cairucu/quem-somos/nossa-historia.html?showall=1> >

⁷ Forma que a companhia é referenciada pelos Trindadeiros na maioria dos relatos encontrados em diversas bibliografias.

desconfigurar a vila: tratores foram utilizados para destruir as benfeitorias, além do leito do principal rio da localidade ter sido desviado.” (UFRRJ, 2015, p. 339). Em 1979 a luta ainda perdurava e mais 23 famílias foram expulsas de Trindade indo morar em casas de parentes e até mesmo em cavernas. Em 1980 a Adela-Brascan paralisou a expulsão das terras e começou a propor acordos, ainda que muito precários, aos trindadeiros. Logo eram recusados, mas conseguiam dividir a organização dos moradores. Em junho de 1981 as posses adquiridas pela multinacional foram vendidas por 3 milhões de dólares a Cobra-cinco, empresa paulista do capital de construções, que propôs um último acordo aos trindadeiros. “A notícia de que haveria um acordo trouxe de volta ao local diversos trabalhadores que haviam abandonado a vila, atraídos pela perspectiva de retornar ao seu pedaço de terra.” (*op. cit.*, p. 350). E a resolução do acordo após oito anos de opressão e resistência pela nova proprietária das terras foi realizada através da concessão de 62 hectares para lavoura e 14,7 para moradia, 300 hectares ficaram para desenvolvimento de um projeto da própria empresa⁸ e o restante das terras para o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Posteriormente ficou decidido pelos caiçaras que 76 chefes de família teriam o direito a posse de moradia e 40 a posse de lavoura, pois as terras concedidas não eram suficientes (UFRRJ, 2015).

4) Paraty na década de 1970 ainda foi marcada pela criação de um parque nacional (1971) de mais 100 hectares, estendendo-se a Angra dos Reis e partes do estado de São Paulo, junto ao tombamento do município de Paraty como Monumento Nacional. Em época, não provocou grandes repercussões em Trindade, de modo diferente ao que acontece atualmente.

3.2.1 Chegou a “conservação”:

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) foi criado em 1971 num contexto de tombamento da cidade de Paraty em Monumento Nacional, onde houve diversas tentativas de preservar não somente o patrimônio histórico, mas também o natural. Todavia, o desmatamento era contínuo. Então a Agência de Recursos Naturais Renováveis do Rio de Janeiro sugeriu como solução ao Conselho Florestal que a região fosse transformada em um Parque Nacional (GOMES et. al., 2004).

⁸ Aparentemente nenhum projeto foi implantado até hoje.

No entanto, o PNSB era como muitos chamam um “parque de papel” sem delimitações claras, fiscalizações ou mesmo remoção/indenização das famílias ali residentes. Prova disso, foi sua omissão na defesa de Trindade quando houve a disputa por aquelas terras entre trindadeiros e a Adela-Brascan, anos após ser criado. Em 2002, pra se enquadrar nas diretrizes dos SNUC, mais papel foi produzido para a institucionalização do parque: o plano de manejo (PM), que diante do tamanho do parque, a pequena quantidade de funcionários e equipamentos, o baixo orçamento reservado ao parque, não consolidou o funcionamento pleno do mesmo. (descrições do quadro técnico e orçamentário no PM).

Somente com o início da atual gestão, através do Projeto Nova Imagem em 2008, foi que as medidas necessárias para a consolidação do parque começaram a ser tomadas e por consequência os conflitos começaram a aparecer. Em 2010 o conselho gestor do parque foi fundado em caráter consultivo, constituído por 30 instituições titulares e 14 suplentes com a função de “ser um fórum democrático de valorização, controle social, discussão, negociação e gestão da unidade de conservação, incluída a sua zona de amortecimento ou área circundante.” (ICMBio, online) . E este conselho aprovou que três áreas estratégicas de atuação focalizassem os esforços da gestão. Uma delas é Trindade, mais especificamente, a ponta de Trindade. O conselho assumiu nova composição em novembro de 2015 com 26 cadeiras representadas por 28 instituições. As instituições que são relevantes para este trabalho e integram o conselho são: Associação de Moradores de Trindade – AMOT, Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade, Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade – ABAT, Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras⁹.

As tentativas da nova gestão em tirar o parque do papel vêm acompanhadas de intensos conflitos. As iniciativas de ordenamento turístico de Trindade foram vivenciadas através de processos de:

... proibição do uso de uma área de camping no interior do PNSB por parte da AMOT; o embargo das obras na rede de tratamento de esgoto na vila (em andamento há 12 anos), por inexistência de licença ambiental; a possibilidade de proibição da pesca local (CONTI, 2012: 219).

⁹ A lista de conselheiros do PNSB apresenta a ABAT com um nome diferente do qual a própria instituição se intitula, Associação de Barqueiros e Pequenos Pescadores de Trindade. A CNCTC também está com outro nome, Coordenação Nacional Caiçara.

E atualizando essas ações que Conti, faz menção, as edificações que ainda estão de pé na Praia do Meio são os dois antigos ranchos de pesca da D. Dolores (nativa) que foram adaptados para bares, mas tiveram suas atividades suspensas. E o rancho de pesca da ABAT que ainda serve para guardar os barcos e apetrechos de pesca daqueles que fazem parte da associação. Na parte do Caixa d'áço ha algumas posses que tem liberação para lá estarem e funcionarem com atividades turísticas através de termos de ajustamento de conduta até serem indenizadas e reassentadas.¹⁰

Dentro do parque foi instalada, não uma única vez devido à depredação, placas informativas sobre a entrada em parque nacional e quais os usos indicados para aquele espaço. Além das placas de sinalização e indicação dos atrativos e caminhos. Fortalecendo o uso desses instrumentos fixos, em épocas de pico de visitas ha o programa de voluntariado para monitorar e auxiliar os turistas durante a passagem pelo PNSB. Entretanto, o programa de voluntariado estava paralisado desde julho de 2015 e retornando nos feriados prolongados de carnaval e semana santa de 2017.

Em 1981 ocorre a institucionalização de outra unidade de conservação sobre as terras de Trindade, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, com extensão da Reserva ecológica da Juatinga até a Ponta de Trindade. Esta é uma unidade de conservação de uso direto que prevê a proteção da diversidade biológica, o disciplinamento do processo de ocupação e manutenção da sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000). Mas pelo que relata o plano de manejo de 2004, pode-se dizer que os objetivos da unidade de conservação, pelo menos na região da Trindade, não foram bem sucedidas, evidenciando as transformações socioespaciais. “Fora a vila, os muros e feriadões, em alguns recantos e momentos ainda lembra a incrível Vila Caiçara que foi antes da sua destruição pela Companhia (Paraty Desenvolvimento Territorial) na década de setenta.” (BRASIL, 2004, p. 212).

Trindade em todo o plano de manejo da APA é trabalhada sob a ótica do urbano com alto grau de impacto ambiental, provocado sucessivamente pelo turismo de massa, que descaracteriza a organização social e as ações no território tradicional, segundo o plano de manejo.

¹⁰ Registros pessoais de vivência em voluntariado à serviço do PNSB no Carnaval de 2014.

O plano possui diretrizes interessantes como alternativas à situação descrita. No entanto, como a execução dos projetos da APA estão, geralmente, ligadas à Associação Caiçu muitos trindadeiros veem com desconfiança a atuação desse ator, que foi fundado por moradores do condomínio Laranjeiras. O condomínio Laranjeiras, é um empreendimento imobiliário semelhante ao que a Adela-Brascan não conseguiu realizar ao enfrentar a resistência dos trindadeiros para implementar seu balneário turístico classe A.

Assim Trindade cresceu, decresceu, estabilizou, mudou, preservou e novos atores e aspectos foram interiorizados no processo de ocupação/transformação da vila caiçara. Mas pode-se dizer que os dois fatos marcantes desses processos estão relacionados à disputa pelos direitos de permanecer em suas terras tradicionalmente ocupadas. Primeiro, a luta (física e simbólica) foi travada contra o grande empreendimento turístico que queria fechar as praias de Trindade e expulsar a comunidade local para a construção de um grande condomínio de luxo, que posteriormente veio a ocupar as terras vizinhas. E a luta mais recente, que provocou esse estudo, o conflito entre os moradores que resistiram à primeira tentativa de expulsão e suas gerações e o Parque Nacional da Serra da Bocaina, que apesar de instituído desde 1971 só veio a começar a ser implementado em 2008, reavivando as tensões locais.

3.2.2 Economia, cultura e identidade cultural.

Adams (2000) revela a necessidade de se resguardar do mito do bom selvagem já reproduzido em diversos estudos sobre comunidades tradicionais. A autora também indica a necessidade de interdisciplinaridade nestes estudos que ora se atêm aos aspectos ecológicos ora a aspectos socioculturais sob um olhar antropológico.

A autora faz uma análise sobre as características das comunidades tradicionais que não é deslocada cronologicamente, colocando o isolamento geográfico dessas comunidades como relativo e temporário, e que nem sempre é acompanhado de um isolamento cultural. A suposta homogeneidade destas comunidades traz uma caracterização essencialista de seus costumes e modos de vida.

Ela ainda explana o vínculo entre os ciclos econômicos do país e a evolução das práticas tradicionais caiçaras. Quando havia alternativa econômica, essas práticas

tradicionais eram abandonadas, entretanto, em períodos de estagnação econômica as atividades de subsistência eram retomadas.

Desta forma, faz-se necessário um panorama sobre as práticas econômicas e os modos de vida históricos locais.

3.2.2.1 Pesca e Roça:

A pesca e o roçado foram bases imprescindíveis à subsistência desta população enquanto o seu isolamento físico perdurou. O trabalho etnográfico de Lhotte (1982) possui diversas narrativas que registram a dificuldade em sair da aldeia antiga com seus produtos para a revenda, fazendo com que o foco de sua produção fosse efetivamente o consumo local. A autora também registra que inicialmente, a pesca não possuía muita importância, mas quando realizada era capaz de garantir boa parte da alimentação.

As roças possuíam em média um alqueire de área e eram dispersas no território, que apesar de ter diferentes donos para as posses de lavoura, não necessitavam de cercas para delimitar os terrenos. Nestes espaços havia comumente a prática do mutirão, quando se ajuntavam os homens das famílias, geralmente com laços de parentesco e de vizinhança, para ajudarem nas atividades do roçado de um deles. Estas atividades se davam entre as seis e 11 da manhã e podiam incluir desde a parte da derrubada da mata virgem, queimada para preparar o terreno, plantio ou colheita, seguindo o sistema de coivara ou pousio. Este sistema implica no uso do terreno até o esgotamento físico-químico do solo, seguido de seu abandono para regeneração e abertura de novas áreas, até que a área abandona se reestabeleça e possa ser usada novamente.

As roças caiçaras possuíam diversas culturas, dentre elas a mandioca, o milho, feijão, batata doce, cana de açúcar e algumas frutas como, banana, mamão, abacate, laranja. A mandioca era usada também para fazer a farinha ao longo de 18 passos descritos por Dona Dolores, trindadeira. As mulheres começaram a ocupar os trabalhos do roçado após uma mudança socioeconômica significativa na economia de Santos, mas este assunto será abordado posteriormente. Voltando aos hábitos em terra para posteriormente passar à pesca, ainda cabe indicar que a criação de galinhas, patos e perus era praticada para consumo próprio e havia um criador de porcos para comércio local. Soma-se também o consumo das caças.

Outra atividade que deve ser comentada é o artesanato, que era praticado exclusivamente por homens em caráter estritamente funcional, na fabricação dos apetrechos de caça, pesca, agricultura e construção das casas. Aos homens cabiam as funções de administração das roças e de suas casas, e prover as condições de vida à mesma. Às mulheres, em fase inicial, cabiam os cuidados domésticos e com a família.

Adams (2000) traz a discussão sobre a prevalência da atividade agrícola em detrimento da pesca e vice-versa em comunidades caiçaras em geral. Observando os trabalhos de Lhotte (1982), Begossi (2011), Oliveira (2004), entende-se que a pesca foi sim, uma atividade relevante em Trindade, e que no correr dos anos ocupou espaços diferenciados na economia local. A pesca era feita segundo costumes indígenas, vara e canoa. Na década de 20 estima-se a chegada da influência da pesca japonesa com os cercos de pesca, alternando com as redes de arrasto. Adams (2000) diz que nessa mesma época há a prevalência da pesca em detrimento da agricultura, mas esta pesca já era referente a uma pesca embarcada. O que é confrontado pelo estudo de Lhotte que dá a entender que essa alteração drástica se deu anos mais tarde.

Os nativos que por muito tempo viam a economia externa como complementos de produtos que não produziam localmente, como sal e tecidos, migraram para a pesca embarcada em busca de melhores remunerações. No entanto, esse novo modo de vida traz consigo uma mudança drástica no perfil da aldeia que passa a ser habitada predominantemente por mulheres, crianças e velhos. Estes que ficaram principalmente as mulheres passaram a desempenhar as funções que os homens deixaram quando saíram em busca de salários nas empresas de pesca de Santos e do Rio de Janeiro.

O plano de manejo da APA Caiçu registra que a partir 1999 antigos pescadores começam a remontar os cercos flutuantes (BRASIL, 2004). Atualmente, a pesca ainda ocupa lugar na economia. Em relatório de 2010 do projeto “Community-based resource management and food security in coastal Brazil” foram levantados dados de Trindade e características dos modos de vida locais:

- entre as 70 unidades domiciliares entrevistadas, a pesca está presente em 46% delas (32 unidades domiciliares).

-Foram recolhidas informações específicas sobre a pesca para até três pescadores residentes em cada unidade familiar, totalizando 37 pessoas que praticam a pesca, sendo

34 homens e três mulheres. Entre essas 32 unidades domiciliares que praticam atividades pesqueiras, 19 delas (59%) possuem barco e 14 (44%) possuem motor.

- A maioria dos pescadores em Trindade começou a pescar durante sua infância ou adolescência, e a sua frequência na atividade de pesca varia de diariamente a raramente.

-A maioria dos pescadores considera-se pescador artesanal e é pescador em tempo parcial.

-Muitos pescadores decidem pescar devido à tradição familiar ou à experiência e conhecimento pessoal.

-O pescado capturado nas unidades domiciliares que praticam a pesca, é destinado, principalmente, para o consumo local (UNICAMP, 2010).

3.2.2.2 Turismo

O turismo é atualmente a principal atividade econômica de Trindade (UNICAMP, 2010). E apesar do alto potencial para o desenvolvimento de um turismo diferenciado, seja na vertente do ecoturismo ou no turismo de base comunitária, o que prevalece é turismo de massa focalizado nos feriados, gerando diversos impactos (OLIVEIRA, 2004, 2005; UFRJ, 2006; CONTI, 2009, 2012; MORAES, 2015; SANTOS, 2016).

O turismo começou a crescer na década de 1970 com a facilitação de acesso à vila através da abertura da BR-101, mas a segunda via de acesso não pavimentada e altamente sinuosa e enlameada selecionava naturalmente os frequentadores. Em 1999 com o asfaltamento da PRT – 101, a serrinha de Trindade, e a chegada de luz elétrica à vila aumentou consideravelmente o número de visitantes mas permitiu que os interessados naquele refúgio fizessem uma visita rápida de um dia e retornassem a suas pousadas no centro de Paraty e arredores (OLIVEIRA, 2004). Para os trindadeiros a chegada do asfalto é determinante nesse processo de crescimento turístico. É a partir disso que Trindade começa a ser, o que pode ser comparado, a “Serra Pelada” do turismo.

Mas, ainda na década de 1970 o turismo tem relevância, por outro aspecto que não o econômico, mas o da luta e resistência cultural. Com a chegada da multinacional na vila e a tentativa de compra das posses e mesmo expulsão dos trindadeiros para a construção de um megaempreendimento turístico para um novo público, repercutiu uma movimentação entre os turistas de longa data de classe média paulistana e fluminense que visitavam a vila, e estes tiveram papel primordial orientando os moradores e moradoras quanto às devidas providências jurídicas e inserindo atores decisivos ao processo, o advogado Sobral Pinto, a mídia e a Sociedade em Defesa do Litoral Brasileiro - SDLB (LHOTTE, 1982).

Enfim, em 1979 a disputa jurídica foi suspensa por acordo mútuo entre trindadeiros e multinacional. Mas o processo de graves disputas deixou marcas profundas e irreparáveis na comunidade. Até os laços familiares mais fortes foram rompidos. Após este acordo deu-se início a um “processo de recuperação do lugar, da moradia, modo de vida e cultura local, que não logrou êxito” (OLIVEIRA, 2005, p. 160) justamente porque junto a este processo intensificava-se o desenvolvimento turístico, que com o afastamento do poder público adquirira características potencialmente degradantes da cultura e da natureza locais.

O Relatório final emitido pela COPPE-UFRJ em 2006 sobre as iniciativas de turismo com bases comunitárias também relata por meio da voz do ICMBio e de moradores de Trindade o afastamento do poder público. Os trindadeiros chegam a afirmar que a participação dos governos municipais é não só omissa como prejudicial, impedindo que as iniciativas locais sejam efetivadas. Moraes (2015) traz um assunto que reflete tal impedimento, a instalação de uma estação de tratamento de esgoto que perdura por mais de 10 anos e enquanto isso Trindade segue com o esgotamento por fossas ou o despejo do esgoto in natura no rio que corre por trás da vila.

O despejo aumenta consideravelmente durante os picos de visitação a Trindade, sendo um dos fatores que faz com que as opiniões sobre as vantagens ou desvantagens quanto à vinda dos turistas sejam diversas. Diante dos vários estudos citados acima, a grande vantagem, corrente nos depoimentos dos locais, é o aumento do poder econômico e o conseqüente aumento de conforto dentro de casa e acesso aos bens de consumo desejados. Em campo, um trindadeiro comenta ao ver a seguinte foto em um banner do ICMBio (Figura 9): “tempo bom era esse aqui – apontando a primeira

imagem.- pergunto-lhe porquê e ele me responde – por que a gente tirava por dia uns 500 reais, fácil!



Figura 9: imagens de comparação da praia do meio sem e com a presença do ICMBIO respectivamente.

Crê-se importante mencionar que esse desejo não deve ser visto de modo naturalizado, mas entendido como um processo inerente à cultura de uma sociedade urbano-industrial-capitalista e globalizante que cada vez mais se mescla às culturas locais, como a de tradição caiçara.

Os malefícios que o turismo de massa ao qual Trindade tem sido submetida, segundo seus moradores, já é mais detalhado e inclui aspectos variados, como expôs Conti (2009): Superlotação da Vila em regimes sazonais; Choque cultural, refletindo na mudança de hábitos; Enfraquecimento das atividades tradicionais como pesca, roça, artesanato; Inadequação de infraestrutura básica (rede de esgoto, estradas de acesso em boas condições de uso, meios de transporte, serviços de saúde) e turística (meios de hospedagem, trilhas interpretativas, centro de informações) para receber os turistas gerando insatisfação dos clientes; Ausência de planejamento participativo; Degradação da natureza; Aumento da violência e problemas relacionados ao lixo.

Mas a mais grave mudança ocorrida, segundo os trindadeiros, foi nas relações do grupo com o enriquecimento de algumas famílias pela exploração de áreas comunitárias. Os valores arrecadados deveriam ser repassados a administração da AMOT, a área deveria poder ser usada pela comunidade, mas sofreu um processo de ocupação e uso que beneficiava apenas alguns núcleos familiares. Dessa forma, o enriquecimento ocorrido graças ao *boon* turístico em Trindade favoreceu a falta de êxito comentada por Oliveira (2005) na recuperação total das relações tradicionais de grupo.

Logo, se os interesses financeiros externos, expressos na grilagem de terras para a multinacional, esvaziaram fisicamente a vila de pescadores, os interesses financeiros internos corroboram o esvaziamento cultural no aspecto da unidade comunitária.

Para a equipe institucional do PNSB, o parque deveria ser o foco do desenvolvimento turístico da Vila, provocando mudanças quantitativas e qualitativas. Em vez de procurar praia e sol, o turista que eles buscam para Trindade seria o que está mais focado no contato com a natureza, disposto a investir nesse tipo de trabalho, mais orientado ao ecoturismo. Como medidas intencionais do parque, cita-se: elaboração de estudo de capacidade de suporte para a região da Trindade e a proposição de ações de ordenamento do turismo - como a retirada de todos os quiosques da praia do Meio, a construção de infraestrutura (centro de visitantes) de recepção aos turistas e, a cobrança de ingresso para entrada no Parque.

Aos poucos, estas medidas vêm sendo tomadas. O estudo de capacidade de suporte em Trindade, segundo o Relatório de gestão da APA Cairuçu em 2011 foi executado pelo ICMBio e EcoBrasil e possuía previsão de término em julho de 2012, mas o resultado final não foi encontrado em nenhum dos sites institucionais. A retirada dos quiosques vem sendo realizada mediante mandados do Ministério Público Federal e dos 21 que existiam na praia do Meio restam apenas 3, dos quais 2 estão embargados por possuírem alvará de funcionamento como ranchos de pesca e não como setor alimentício. E sobre a infraestrutura de recepção aos turistas há previsão de que até o final do ano de 2017, a empresa que terá o direito de concessão de bilheteria do Parque caso já tenha começado as obras. Entretanto, em reunião com as associações locais o chefe do parque assegurou que, enquanto as questões do limite da unidade de conservação não estiverem resolvidas, não haverá concessão.

3.2.4 A tradicionalidade no século XXI:

Lhotte já em 1982 faz afirmações sobre o caso de Trindade, que se mostram bastante atuais:

O caso de trindade apresenta algumas características específicas: caso típico em que se encontram e se inter-relacionam diversos grupos sociais: os trindadeiros e seus aliados, os turistas e a multinacional. Os acontecimentos em Trindade podem se encaixar tanto na luta ecológica, quanto nos movimentos sociais e nas lutas políticas, propriamente ditas. Por outro lado, também são consequência do

avanço do capitalismo e da política de "abertura" iniciada pelo governo brasileiro (LHOTTE, 1982, p. 27).

Com o processo de globalização a diversidade cultural tem se reduzido e há a tendência de homogeneização cultural, onde os modos de vida hegemônicos dos países, predominantemente, do norte sobrepujam os demais. Para Guimarães (2003), o engano do desenvolvimento social, cultural e sobre o poder de consumo contribuem nesse processo por concordar que os países mais desenvolvidos são os que estão no centro da hegemonia capitalista. Logo, a lógica da acumulação e da crescente concentração de bens e capitais é o que dita a taxa de desenvolvimento, segundo o modelo capitalista atual.

O desenvolvimento cultural é tratado como o alcance de culturas menos desenvolvidas a uma cultura melhor do que todas as outras, uma massificação cultural facilitada pela globalização. Somando-se a falsa ideologia de que qualidade de vida está relacionada a poder de consumo. Isso motiva as sociedades, individual e coletivamente a produzirem e consumirem tudo quanto desejarem ou acharem necessário para se chegar ao padrão de vida idealizado. E isso não exclui o meio ambiente, pelo contrário, é dele que os recursos naturais são extraídos exaustivamente para suprir essas “necessidades impostas”.

Assim, indivíduos, comunidade e/ou sociedades tradicionais pelo desejo/necessidade de não exclusão, passam a integrar a rede recebendo cada vez mais influências externas e tendo características internas pouco atraentes ao modelo hegemônico da sociedade.

A cultura tradicional não deixa de ser influenciada pela cultura do consumo. O “eu” independente ganha força e é apresentado como o efetivo modo de vida a muitos dos visitantes de Trindade. O “eu” interdependente fica reservado para as baixas temporadas e interior de suas casas, onde em dia de festa o azul-marinho cozido com a banana da terra¹¹ ainda é feito. Mas para os turistas, principalmente, aqueles que aproveitam apenas um dia na vila por estarem hospedados no centro de Paraty, nada além das belas paisagens, que por si só se desvelam aos olhos de quem lá chega. E o

¹¹ Prato típico de Trindade. Fragmento do relato de um Trindadeiro em entrevista cedida à pesquisa “A Educação Ambiental como mediadora de conflitos socioambientais, junto aos moradores de Trindade, no Parque Nacional da Serra da Bocaina”. Encontra-se na documentação pessoal da autora.

encontro cultural entre locais e turistas, que poderia ser explorado de forma positiva, não ocorre ou ocorre com baixa frequência e intensidade.

A troca de gerações é outro problema à tradicionalidade. Os jovens, não somente eles, mas predominantemente, veem no turismo a oportunidade de lucrar com esses turistas que lhes “despertaram” para outra realidade. Ao observar em campo¹² a maioria dos donos de empreendimentos do turismo aparentavam entre 25 e 40 anos de idade. E as casas em contínua expansão para receber mais hóspedes, poucos quintais com árvores frutíferas que possibilitariam ao turista o prazer de comer direto do pé ou tirar no galinheiro o ovo do café da manhã, ao contrário, seguem o sistema, compram o ovo e as frutas importadas que chegam de caminhão aos mercadinhos da vila.

Intermediando os mais “radicais” caiçaras e aqueles que já não reconhecem mais Trindade como uma vila tradicional de pescadores há aqueles que trabalham com o que Tavares (2014) chama de sustentabilidade líquida, onde a natureza é vista como produto até em seu estado mais conservado, trata-se de um know-how próprio dos trindadeiros, facilitado pela manutenção da tradição do conhecer o território. A possibilidade de cobrar financeiramente pela oportunidade de estar em um lugar de beleza cênica e retornar aos seus afazeres do dia-a-dia com registros fotográficos apenas possibilitados pelo alto grau de conservação. Os moradores locais que estão buscando se aperfeiçoar no ramo do ecoturismo têm maior probabilidade de trabalharem alinhados com o Parque, por esse possuir em sua gestão o objetivo de uso indireto da natureza.

Aqueles que não se adaptaram a “nova” economia do turismo e aqueles que venderam suas terras na época da disputa com a multinacional, em sua maioria migraram para as favelas devido à especulação imobiliária e o alto valor do metro quadrado em Trindade e Paraty. Essa hipervalorização não se deve aos aparatos urbanos, senão ao valor econômico que a natureza passou a ter como exposto anteriormente. A infraestrutura urbana de Trindade não acompanhou a multiplicação do fluxo de pessoas e serviços. Hoje, apesar dos esforços das associações locais, os serviços que são de responsabilidade do Estado, como escola, posto de saúde, transporte público, transmissão de energia elétrica, esgotamento sanitário, etc. continuam a deixar muitos moradores insatisfeitos.

¹² Campo também referente à pesquisa citada acima.

4. PSICOSSOCIOLOGIA E ESTUDOS DE COMUNIDADE

Este capítulo dedica-se a explanação das correntes de pensamento e autores que foram escolhidos para embasar teoricamente essa dissertação, a partir dos campos da psicossociologia e da ecologia social.

4.1 A psicossociologia: o ser humano e o outro

É consenso entre diversas obras que trabalham nesta temática que a missão de definir o objeto e o campo de abordagem da psicossociologia não é simples (CASADORE, 2013). Desde a sua formação, o campo da psicossociologia está em disputa, sendo objeto de discordância entre dois autores clássicos como Maisonneuve e Moscovici.

A primeira vista, a definição de Maisonneuve de uma ciência intermediária que se ocupa com as respostas não encontradas pela psicologia ou sociologia quando trabalhadas isoladamente é questionada por Moscovici, principalmente, quanto a sua autonomia como ciência, possuidora de um objeto de estudo próprio. Mas, para o primeiro autor uma afirmação não exclui a outra.

Estes debates entre os psicossociólogos podem ser entendidos pelas diversas linhas de contribuição da sociologia e psicologia, como a etnologia, a psicanálise e a fenomenologia (MAISONNEUVE, 1977).

Outra diferença marcante é referente às escolas de formação da psicossociologia norte-americana ou da escola francesa. Na primeira, predominam as técnicas e metodologias “modernas” de gestão empresarial e o “escopo, por fim, eram justamente os planos de incremento da produtividade e da ascensão econômica.” (CASADORE, 2013, p. 165). Traz-se o psicossociólogo como um especialista externo à demanda e com atuação pontual sobre a mesma.

No caso da escola francesa, apesar de ter recebido influências da primeira, foi ressignificada com base na política de esquerda e mesclou os fundamentos da psicanálise buscando fazer uma análise multifatorial das organizações e dos indivíduos, sob influência do *Tavistock Institute*, de Londres e de Kurt Lewin e sua pesquisa-ação. Para esta linha, a atuação de seus profissionais antecede a intervenção direta, partindo de um

levantamento histórico e situacional da organização utilizando, dentre outros instrumentos, a observação e entrevistas – individuais e coletivas – realizadas com todos os sujeitos envolvidos, para só depois propor os espaços adequados para debates e discussões inseridos num contexto agora esboçado (CASADORE, 2013, p. 168).

Além desses eixos que se abriram logo na fase de expansão do campo da psicossociologia, nas últimas décadas do século XX, López (1988), Lane (1995) e Kim (1999) fazem críticas ao caminho e resultados que a psicossociologia trouxera em seu histórico até então.

Bomfim (2003) afirma que a crise internacional do lugar e função deste campo, apesar das autocríticas feitas pelos psicossociólogos, teve pouca repercussão no Brasil. Dentro dessas autocríticas, Levy (1994), sob a influência da psicossociologia francesa, começa a indicar um caminho de renovação, onde a psicossociologia deveria reorientar-se no sentido do aprofundamento das demandas sociais que lhe chegam, para além do funcionalismo e das respostas rápidas e superficiais que o sentido de urgência desta sociedade moderna lhe impusera.

Campos (2007) apresenta a evolução teórica de um eixo específico da psicossociologia, a psicologia social comunitária (assunto que será retomado posteriormente).

Souza (2005) apresenta que para Moscovici a psicologia social é trabalhada a partir de três vertentes simultâneas por seus diversos autores: taxonômica, diferencial e sistemática, a última se adequando a este trabalho, pois é entendida como os modelos de psicologia social que “se concentram nos fenômenos globais que resultam da interdependência de diversos sujeitos em sua relação com um ambiente comum, físico ou social. A relação entre sujeito e objeto é mediada pela intervenção de outro sujeito” (SOUZA, 2005, p. 9).

O mesmo autor ainda recorre a Doise (1982), para quem ha quatro níveis das relações humanas em que a psicologia social pode contribuir: o intraindividual, o interindividual e situacional, o posicional e o ideológico. Nesse sentido, este estudo se delineará no nível interindividual, sendo seu objeto de estudo a dinâmica das relações que podem se instaurar em um dado momento, entre dados indivíduos, dentro de uma situação dada (SOUZA, 2005).

Todas essas colocações corroboram a afirmação de Naciutti (1996, p. 53), de que “as relações que o indivíduo mantém com o social, os determinismos sociais e psíquicos

que atuam nessas relações, o modo como estas se estruturam e os efeitos da interação desses determinantes sobre o indivíduo” definem o lugar da psicossociologia.

Sobre os determinismos sociais e psíquicos, Nasciutti (1996) coloca que eles se fundem e nos confundem, e explica que: a compreensão do que significa o “social”, isto é, tudo aquilo que é do coletivo, atravessa todas as instâncias dos indivíduos ressignificando as suas representações de si mesmo e do que lhe é exterior. Quanto ao fator psicológico, é o que se refere aos níveis consciente (manifestações conscientes, atitudes, comportamento real do indivíduo como ator responsável pelo que faz e diz) e inconsciente da vida psíquica do indivíduo (inclui o subjetivo, as estruturas psíquicas profundas, as representações inconscientes, mecanismos de defesa, projeções, afetos). Esses dois fatores atuam concomitantemente, à medida que o “Eu” é formado a partir de identificações com um “outro” exterior. E a partir disso é possível observar como as interações sociais são estabelecidas, como a identidade coletiva da comunidade forma e as identidades de seus indivíduos.

Casadore (2013) coloca que essa dialética entre individual e social é o cerne da intervenção psicossociológica na clínica, nas instituições, nas comunidades. E que o objetivo desta ciência deve ser possibilitar que os próprios sujeitos atuem e busquem as transformações sociais. Carreteiro (1994) acrescenta que essas transformações não se darão no âmbito da sociedade global, mas pode auxiliar os pesquisadores ou atores sociais, ou sujeitos que querem inovar e criar novas modalidades sociais.

Essas inovações, ou pode-se dizer mudanças, tem seu início no mental: lá é o lugar por excelência das possibilidades de desligamento e de novas combinações. A mudança passa pela decisão, que é “ao mesmo tempo, a enunciação de uma escolha e o começo de uma realização” e é “um ato eminentemente individual e um ato coletivo”. (LEVY, 1994, p. 119) A decisão pela mudança deve ser um processo contínuo e de resistência, tendo em vista o tempo de amadurecimento necessário para serem preparadas, para serem entendidas como necessárias e para chegarem a se traduzir concretamente em novas condutas (LEVY, 1994).

Essas características expostas até aqui da psicossociologia, principalmente da escola francesa, se assemelham às características de um de seus ramos específicos, a

psicologia social comunitária, desenvolvida na América Latina, que promoveu grandes mudanças teóricas e metodológicas na psicossociologia (SAWAIA, 2007).

Os posicionamentos epistemológico, teórico e metodológico adotados pela psicologia social comunitária foram adotados nesta pesquisa. O sujeito e o objeto passam a serem trabalhados a partir da ótica da abordagem sócio-interacionista, onde a interação deles resulta na geração de conhecimento. Ou seja, as respostas que esta pesquisa busca só poderá ser apreendida a partir da interação entre o pesquisador-sujeito e o objeto-as interações sociais do grupo estudado.

Tem-se por premissa que o saber científico em nada é superior ao saber popular e vice-versa. E a busca por diálogos, principalmente, entre grupos culturalmente diferentes traz a possibilidade de emergência de novos significados sobre o fenômeno observado. Essas diferenças podem ser identificadas nas categorias discursivas da linguagem e isso traz à tona a necessidade de métodos de pesquisa que sejam aptos a participar dessa dinâmica de interação e a apreender os dados necessários que estarão “surgindo” em campo, isto é, a partir das trocas socioculturais entre os seres humanos e o meio natural (CAMPOS, 2007).

Cabe ainda falar das relações de poder que essa pesquisa busca epistemologicamente evitar e teoricamente identificar. Segundo Elias e Scotson (2000), o poder não deve ser algo analisado apenas em questões concretas como “posses monopolistas de objetos não humanos” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20), mas fundamentalmente, através do grau de organização dos grupos em questão, observando a coesão e o controle comunitário exercido pelo e sobre os indivíduos implicados. Os autores entendem que quanto maior o grau de coesão de um grupo em relação a outro ha também o aumento de possibilidade de dominação sobre o grupo menos coeso.

Mas estes grupos não estão deslocados espacialmente, ao contrário, expressam e materializam tais relações de poder sobre o espaço, transformando-o assim em um território que é definido por e a partir dessas relações de poder nele estabelecidas. Para Muzzi (2015), “tanto as relações sociais quanto as relações sociedade-natureza são relações de poder, na medida em que os atores sociais agem com a intenção de modificá-las”.

Reforça-se a ideia de produção de conhecimento junto ao grupo estudado e que esta pesquisa busca a identificação das relações sociais de pertencimento na configuração do conflito socioambiental histórico, sem perder de vista o tipo de relação social que foi exposta.

Apresenta-se agora a discussão sobre as comunidades, que em termos práticos, seria “o elemento catalisador da relação entre os indivíduos, ela é capaz de colocar os indivíduos em relação” (MACHADO, 2000, p. 27).

4.2 Comunidade: o conceito, o lugar e suas relações.

Sawaia (2007) coloca que este é um conceito tão antigo quanto à humanidade e, retomando a clássica obra de Tonnies (1887, apud SAWAIA, 2007) “*On Gemeinschaft and Gesellschaft*”, a comunidade, torna-se uma realidade onde todos os sentimentos nobres como o amor, a lealdade, a honra e a amizade estão presentes nas relações sociais, enquanto que na sociedade “não ha nada de positivo do ponto moral (...) a sua base é o mercado, a troca e o dinheiro” (SAWAIA, 2007, p. 33).

Mas além desse ideal nostálgico que Tonnies apresenta sobre as comunidades, existe hoje uma busca pelo *Eldorado*, um tipo de visão de futuro idealizado em comunidades, que, como Nasciutti (2000) aponta, muitas vezes custam caro a jovens pesquisadores que acabam por produzir um conhecimento científico que se encerra nos bancos de dados acadêmicos sem provocar a tão almejada transformação social, por ser utópico em demasia.

George Simmel em 1909, apresenta dois conceitos chaves para a superação da dicotomia comunidade-sociedade, sendo a “ponte” e a “porta”, que mais recentemente foram resgatados por D’Avila Neto (2003) e trabalhados junto à ideia de redes. Explica-se que a ponte é mais relacionada à ideia de reunião dos membros de um grupo, enquanto que a porta ilustra que separação e ligação dos membros de uma comunidade são as duas faces de uma mesma moeda, abrindo a possibilidade para que a comunidade possa ser o lugar das pontes, e também das portas.

Maciel e Costa (2009, p. 6) a partir disso, afirmam que “seja qual for o grupo, sua relação com a “sociedade” é tão íntima e indissociável quanto limitada e fragmentada”. Ou seja, a ideia de uma sociedade homogênea onde não há nada de

positivo do ponto moral ou uma comunidade harmônica onde não há conflitos é superada pela ideia da heterogeneidade dos membros e seus respectivos interesses sejam na sociedade ou em comunidade, na verdade, esses próprios conceitos são divididos teoricamente, mas, empiricamente ligados, na medida em que cada sujeito ora pode estar em relações comunitárias, ora buscando seus interesses egocêntricos.

Outro autor que supera tal dicotomia é Edgard Morin, a partir da ideia de uma Terra-Pátria, onde esse afastamento entre comunidade e sociedade é transformado em unidade através da conservação, resistência e revolução de todas as relações humanas,

desde as relações consigo mesmo, com o outro e com os próximos, até as relações entre nações e Estados e as relações entre os homens e a tecnoburocracia, entre os homens e a sociedade, entre os homens e o conhecimento, entre os homens e a natureza (MORIN; KERN, 2003, p.100).

Conforme esses processos ocorrem, o enraizamento do homem a Terra altera a noção de sociedade de indivíduos e amplia a noção de comunidade para todo o Planeta. “A sociedade/comunidade planetária seria a própria realização da unidade/diversidade humana” (MORIN; KERN, 2003, p. 121).

Faz-se apenas uma pequena ressalva, quanto ao possível argumento de desvalorização do enraizamento das culturas locais, o que seria contraditório a toda a construção teórica que vem sendo desenvolvida nesta dissertação. Na realidade Morin e Kern assumem que essa nova identidade é construída em graus concêntricos de pertencimento e que não se invalidam na medida em que “evoluem”, primeiro uma identidade familiar, depois local, regional, nacional... planetária.

É necessária uma mudança de paradigmas para que tais processos venham a ocorrer. Mudança na disciplinaridade com que olhamos para nossos objetos e objetivos. Sob esse aspecto, Machado (2000) apresenta que para a Psicologia o fundamental a comunidade são as relações sociais com a presença de sentimentos de identificação, união, altruísmo e solidariedade. Na Filosofia e na política a relação social comunitária é definida para além dos sentimentos, mas está relacionada à possibilidade de participação na tomada de decisão por um grupo. Para a ecologia, o determinante na definição de comunidade é o vínculo com seu território.

Apesar de reconhecer que existem correntes teóricas que trabalham com a efemeridade e desterritorialização das comunidades, para este trabalho, a tradição e o

território são fundamentais na compreensão da dinâmica das relações sociais do grupo estudado. Entretanto, quanto às relações harmoniosas que caracterizariam a comunidade em uma definição psicológica, acredita-se que a comunidade é o lugar por excelência da heterogeneidade e, por consequência, de possíveis conflitos. Daí emerge a definição política de comunidade, onde as diferenças e anseios individuais são retrabalhados por causa da busca por demandas sociais.

Com os novos processos de globalização e com a aceleração das comunicações, que diminuem ou relativizam distâncias, é preciso rever esse conceito, que retoma os primórdios no sentido de se compreender enquanto inerentemente paradoxal, uma vez que se trata, ao mesmo tempo, de categoria de integração e de autonomia (MACIEL E COSTA, 2009, p. 7).

Uma característica que é considerada fundamental na identificação de uma comunidade é a das relações igualitárias, onde os atores podem expressar sua singularidade de forma respeitosa. A igualdade está, não nas características pessoais de cada ator, mas nas sociais, onde todos têm os mesmo deveres e direitos.

A comunidade surge na convergência dos elementos que compõem a ideia da formação de tribos ou grupos. É por força das circunstâncias, da partilha do mesmo território (real ou simbólico) que nasce a ideia comunitária. Esta união é celebrada, confirmada e renovada na trivialidade, nas repetições, nos rituais, nos costumes. São estes usos comuns que permitem o reconhecimento; o costume faz a comunidade existir como tal. Nestas ações o grupo reafirma o sentimento que tem de si mesmo (MACHADO, 2000, p. 31).

Desta forma, este subitem buscou ampliar a compreensão sobre a contribuição da temática comunitária à pesquisa, pois se acredita que é nas relações cotidianas que existe a possibilidade de estabelecimento das relações comunitárias e por consequência, a comunidade em si. A seguir serão apresentadas as características que foram consideradas essenciais na configuração do que é entendido por comunidade nesse estudo, que são as relações de pertencimento e o vínculo ao território.

O estudo do território interessa às ciências sociais pelo uso que a sociedade faz dele e como o transforma ao longo da história, transformando o espaço em expressão concreta de um processo que vem construindo e materializando as disputas de poder imaterial. “É um lugar compartilhado no cotidiano, criador de raízes, laços de pertencimento e símbolos” (RIBEIRO, 2009, p. 26). É também definido por e partir de relações de poder em um campo de forças que são expressas nas relações econômicas, políticas e simbólico-culturais que estabelece o que pertence ou não ao território, o que é seu interior e do seu entorno.

Bonnal *et al* (2012) falam de duas formas de construção e uso do território e há coexistência destas, a local e a *top-down*, atendendo a interesses e grupos diferenciados. Zaoual (2006) aprofunda a análise sob o aspecto econômico e diz que a gestão local traz uma construção contra hegemônica de uso do território, e a *top-down* traz a construção de uso de mercado para os território. Em sua linguagem, esse pertencimento do grupo ao território é identificado pela formação de um sítio simbólico de pertencimento.

Sobre essa dualidade de gestões, leia-se interesses e usos diferentes, é importante entender que “não há neutralidade no espaço em que a sociedade participa ou naqueles que cria, pois nestes há a reprodução das relações de poder já estabelecidas previamente” (MUZZI, 2015, p. 51).

Essas relações espacialmente mediadas, territorializadas, são produtoras de identidade dos grupos que as mediam, pois exercem controle, distinções e separações. E ao fazer isto, de alguma forma nomeiam e classificam os indivíduos e grupos sociais. “O território é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence” (SANTOS, 2002 *apud* RIBEIRO, 2006).

Para a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007) em seu artigo terceiro, parágrafo 2, a definição de território tradicional diz que são

os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações.

Little (2002) e Callai (2004) falam sobre o desenvolvimento das relações de pertencimento com o território, as quais tem início a partir da tradição e da cultura dos grupos que se originaram em determinado local, independente de terem sido os primeiros a ocupa-lo; ocorre a partir do compartilhamento de crenças e visões de mundo. Tal compartilhamento contribui também para formação da identidade social, e consequente pertencimento, dos indivíduos e grupos, segundo Velho (1986).

O conceito de tradição e de cultura são interligados a partir do processo de tradição cultural, colocando tradição em um núcleo duro da cultura. Tal processo é identificado quando determinado grupo transmite de geração em geração “as

linguagens, as crenças, as ideias, os gostos estéticos, os conhecimentos, as capacidades, os vários tipos de uso” (RADCLIFFE-BROWN apud SATRIANI, 1986, p. 42). Mas não estão, obrigatoriamente, ligados a imutabilidade, ao engessamento de tais características de identidade dos grupos no tempo.

Essa ligação tradição-cultura-imutabilidade surge na antropologia clássica, mas já foi contestada por estudos antropológicos modernos, que veem a identidade cultural como uma construção histórica e fundamentalmente política não eximida de contradições, desigualdades e conflitos. É, de forma mais aprofundada, um processo de construção da identidade étnica (indígena, quilombola, caiçara) que cada grupo usa para definir os que são pertencentes ou são de fora do seu grupo (TURATTI, 2012).

Para que haja um vínculo grupal Henriquez (2001) indica que é necessário um projeto comum, uma ação a ser realizada, uma tarefa a cumprir. Em primeiro momento, isso significa que tal grupo compartilha de um sistema de valores suficientemente interiorizados por seus membros e que garante que esse projeto tem características dinâmicas, mas muito peculiares e que não ameaçarão sua unidade.

Para além deste projeto comum, soma-se o amor mútuo, amor ao grupo enquanto grupo, sentimento de serem irmãos e de formarem uma comunidade de iguais, sentimento de serem minoritários e portadores da verdade e o ódio ao exterior. A respeito dessa última condição, o ódio ao exterior, Henriquez (2001) entende que uma minoria, isto é, um grupo que tem uma nova visão de mundo a proclamar, para obter sucesso, “deve imperativamente, acreditar que está com a razão. Do contrário, sua luta não terá alma, nem razão de ser” (HENRIQUEZ, 2001, p. 64).

O autor segue falando da ideia de transgressão do sistema vigente, qualquer que se queira transgredir. Afirma que não há ataque à antiga ordem com um debate cortês, mas pela luta, pois

Todo dispositivo contra o qual se luta é percebido como fortemente hierarquizado. E na maior parte das vezes ele o é, pois se funda em instituições sólidas, na cristalização de desejos passados e de poderes estabelecidos. Toda instituição, enquanto elemento da regulação social, visando à repetição, ao idêntico e à reprodução das relações sociais é, sob certos aspectos, sintoma do trabalho da pulsão de morte (compulsão à repetição, vista como pulsão agressiva). Ela é o que impede a tomada de consciência das relações sociais reais e das relações humanas autênticas; ela é, enfim, a sedimentação das relações de poder e das estratégias que, no passado, deram certo (HENRIQUEZ, 2001, p. 65).

Elias e Scotson, falam de uma violência simbólica¹³ exercida entre os grupos por meio do estigma, onde os grupos estabelecidos, coesos e com mais poder nas relações sociais, usam da fofoca como ferramenta de reafirmação de sua autodenominada superioridade e para subjugar os outros grupos. “O estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 24).

Associa-se, muitas vezes, a inferioridade de poder a uma inferioridade humana, onde os outsiders¹⁴ são classificados como desordeiros e que desrespeitam as leis e as normas (definidas pelos estabelecidos), passando a não ter nenhuma função para os grupos estabelecidos, sendo com frequência, exterminados ou postos de lado até perecerem. Quando essa relação de poder se altera em favor dos outsiders ha o aparecimento de conflitos contínuos.

Antes de prosseguir, é importante evidenciar que esta pesquisa não busca fazer uma análise da “bondade” ou “maldade” relativas às interdependências do(s) grupo(s). Mas visa analisar as diferentes formas de interação destes grupos sociais com “os de fora” e com os chamados conflitos socioambientais locais, de modo que não poderiam ser o que são independentes das relações que estabeleceram com os outros grupos (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Ainda a respeito dessa dinâmica de formação do vínculo grupal, é necessário considerar não somente a relação com os outsiders, ou esse exterior tido como um inimigo comum. Mas faz-se necessário olhar para a dinâmica interna do grupo que girará em torno do reconhecimento do desejo individual e o desejo do reconhecimento grupal. Nos grupos em que ha a prevalência do reconhecimento do desejo grupal, de uma identidade única, caminha para a formação de grupo em massa. Já quando existe o reconhecimento do desejo individual o grupo caminha para a diferenciação.

¹³ “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou a sofrer” (Bourdieu, 1996: 16). O autor complementa mais recentemente: “O que denomino de violência simbólica ou dominação simbólica, ou seja, formas de coerção que se baseiam em acordos não conscientes entre as estruturas objetivas e as estruturas mentais” (Bourdieu, 2012: 239). Trechos de Bourdieu extraídos de Santos (2015).

¹⁴ Expressão usada por Elias e Scotson para denominar aqueles que não pertencem ao grupo de estabelecidos de Winston Parva, cidadela da Inglaterra, onde desenvolveu seu estudo de caso, o qual deu origem a obra “Estabelecidos e outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade”, 1965.

Outro aspecto trabalhado a partir dessa desses três movimentos de (re)existência (*sic*), a luta contra o inimigo comum, e a busca do equilíbrio entre massificação ou identificação é a paranoia do grupo. Ela é observável na medida em que o grupo perde o seu projeto comum, enquanto vai existindo. E em vez de serem capazes de refletir sobre as verdadeiras causas do seu fracasso, rapidamente culpam os “inimigos exteriores que fecharam as portas para a vitória e são os inimigos internos que sabotaram seus esforços comuns” (HENRIQUEZ, 2001, p. 72).

Não ha nenhum grupo que se exima de tal aspecto paranoico, trata-se de uma tentação constante que age com intensidades diferentes em cada grupo. Para amenizá-lo

“É preciso não querer ir muito longe; um grupo deve reconhecer e trabalhar suas clivagens, seus antagonismos, suas relações de poder, suas angústias, e ao mesmo tempo, se dar conta de que tal tarefa é limitada, pois aquilo que ele trabalha é a própria razão de sua existência” (HENRIQUEZ, 2001, p. 74).

Para Levy (2001), o processo de criação da própria identidade, em tempos atuais, tem passado quase que por uma obsessão em relação ao território, demarcando a diferença, a identidade própria, separada. Ha um correlato direto entre interior e exterior do indivíduo, do grupo e do território, onde o interior corresponde a certeza de si próprio, de aceitação ainda que para isso haja repressões sociais de pulsões naturais, enquanto o exterior, é o outro diferente do que está dentro. “As relações de parentesco e a territorialidade são fatores acessados amiúde na construção dessas identidades” (TURATTI, 2012, p. 72).

Falou-se até agora do sentimento de pertencer a determinado território e grupo social que o ocupa. E até o ano de 1850, isso era suficiente para determinar a posse daquele território por seus ocupantes, mas a partir daquele ano, a Lei de terras passou a definir que a aquisição de terras públicas só poderia acontecer por meio da compra. Com a necessidade de registro em cartório, muitas populações à margem desses processos legais perderam suas terras.

Com o advento do registro de propriedades em cartório, grupos sociais como indígenas, quilombolas, pequenos sítiantes, geralmente analfabetos e desconhecedores das leis, tornaram-se vítimas de toda sorte de ladinos. Para registrar a terra ocupada por outras populações por dezenas ou mesmo centenas de anos, grandes fazendeiros e advogados finórios valiam-se de determinados expedientes como a violência, a intimidação, a sedução, o embuste e o “grilo”¹⁷, não raro associados (TURATTI, 2012, p.37).

Nesse sentido, o território de Trindade não é exceção e possui diversas sobreposições de títulos de terras que dificultam a burocracia da gestão do território, principalmente, às instituições mais afeitas aos mecanismos burocráticos.

A compreensão e respeito da necessidade destes povos tradicionais em relação ao seu vínculo com aquela terra e o que nela dá são fundamentais para a tomada de decisão sobre a remoção destes povos e culturas em favor da implantação de qualquer outro uso que esteja sendo proposto, mas principalmente quando se trata de Unidades de Conservação. Sobre essa temática, Diegues (1996) discorre:

A criação de parques nacionais, com conseqüente afastamento forçado das populações tradicionais, em benefício de uma conservação ambiental que privilegia os “visitantes urbanos”, é eticamente questionável. Na maioria das vezes, é uma usurpação de espaços coletivos, habitados por populações com grande tradição de saber e fazeres patrimoniais, em benefício do mito moderno que favorece as populações urbanas que usam o parque para passear e se divertir. A situação está se tornando mais grave ainda quando sob o pretexto de um turismo ecológico, as áreas que seriam “protegidas” e “intocadas” passam a ser um local de um turismo de aventura. É tanto mais inaceitável quando se trata de populações, na sua grande maioria, iletradas, geograficamente isoladas, sem poder político, mas que por séculos, através de seu modo de vida são responsáveis pela conservação do chamado “mundo natural”. Isso é mais grave quando se sabe que a permanência dessa população tradicional em seus habitats, podem levar, de forma mais adequada, à conservação da biodiversidade. Trata-se, no final, de uma questão ética, de direitos humanos e da construção de uma democracia real no Brasil (DIEGUES,1996, p.68).

A partir do que foi exposto sobre o campo da psicossociologia e suas contribuições para análise de um conflito socioambiental, compreende-se que a ecologia social é um campo que se encontra com a psicossociologia de comunidades e se apresenta como um movimento subversivo que busca mudança nas relações humanas em todos os níveis, e se mostra como um caminho de possível transformação no quadro de conflitos socioambientais. No próximo capítulo serão expostas as contribuições de tal campo para esta pesquisa.

5. RELAÇÕES ENTRE SER HUMANO E NATUREZA

5.1 A ciência do ser humano e do meio, a ecologia social.

A ecologia social, que pode ser entendido como um naturalismo subversivo¹⁵ teve seu início em um processo entendido como a ambientalização das questões sociais na década de 1970 (FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA, 2014), e foram guiados na academia pela sociologia ambiental. No entanto, também foi muito alimentado pelos movimentos sociais. Na verdade, a academia entra nesse debate como resposta a uma demanda de “corpo teórico ou investigação para guiá-los no sentido de uma interpretação particularizada entre sociedade e natureza” (HANNIGAN, 1997 in FLEURY; ALMEIDA; PREMEBIDA 2014, p. 37). A força de transformação que esse movimento busca vem das ruas, dos movimentos sociais.

Hannigan (1997) aponta que o marco inicial desse processo de ambientalização é o Earth Day em 1970, mas foi na conferência da ONU em Estocolmo, 1972, que houve uma dispersão global dessas questões. A sociedade já vinha questionando os rumos do desenvolvimento desde o final da II Guerra Mundial, que teve o seu desfecho com a máxima potencialidade técnica que a ciência deu ao homem, o domínio sobre a menor partícula da matéria, o átomo... a bomba atômica. Os milhares de civis mortos nesse desfecho provocaram grande reviravolta.

Outro fator marcante dessa efervescência da temática ambiental era o uso demasiado de pesticidas nas lavouras que fora denunciado na marcante obra de Rachel Carson “Silent Spring” de 1962, onde a autora relata os efeitos do envenenamento não só das lavouras, mas também da fauna, em especial a redução na taxa de reprodução das aves devido ao afinamento da casca dos ovos. Chega-se a outubro de 1968 e sua explosão de movimentos sociais que deram lugar a uma série de transformações políticas, éticas, sexuais e comportamentais, que efervesciam as ruas e passavam a colocar novos questionamentos às ciências. Irving, D’Avila Neto, Maciel e Beyssac (2014) resumem que, entre as décadas de 1960 e 1990, o ecofeminismo, o ecossocialismo, a ecologia política e a ecologia profunda trouxeram importantes contribuições à ecologia social. Para estas:

¹⁵ Referência feita ao alinhamento crítico à forma como as relações sociais na modernidade determinaram um caminho de caos e esgotamento dos recursos naturais. “Se o movimento ecológico existe, é para criar uma nova máquina social, uma forma de viver social e politicamente.” (MOSCOVICI, 2007, p. 238).

...a ecologia social pode ser concebida como uma ecologia política crítica, que reúne o domínio de conhecimentos em constante transformação, com teorias e aplicações à biologia, às ciências ambientais, sociologia, antropologia, geografia, economia ecológica, à política e à psicologia social. Para citar apenas as disciplinas mais evidentes (IRVING; D'AVILA NETO; MACIEL; BEYSSAC, 2014, p. 93).

Moscovici (2007) coloca que o objetivo dos ecologistas¹⁶ é desenvolver uma visão de sociedade que tende a se tornar global e deve ser desenvolvida junto às ações culturais e políticas, buscando questionar a díade sociedade – natureza trabalhada até então como polos opostos e distantes. Para prosseguir em sua discussão o autor grifa seu posicionamento quanto ao entendimento de que a natureza é um elemento histórico culturalmente construído: “Nós fazemos a natureza. Ela é uma parte de nossa história, e nós uma parte dela” (MOSCOVICI, 2007, p. 32). Desta forma, fica claro o vínculo entre o grupo estudado e o território que habitam historicamente.

Escobar (2005) fala sobre a construção social da natureza real a partir da coletividade e do discurso, que deve ser desconstruída buscando uma transformação ontológica e epistemológica sem precedentes que vise responder quais novas combinações entre natureza e cultura são aceitáveis e praticáveis. Essa transformação pode ser feita via ecologia social.

Para Carvalho (2005) o raio de atuação da ecologia social é abrangente, devido a sua complexidade intrínseca, e tem por objeto de estudo:

O conjunto de relações entre o mundo humano e o mundo natural, concedendo prioridade não a uma questão particular, mas sim a uma multidimensionalidade de tensões de diferentes ordens – socioculturais político-econômicas e psicossubjetivas – provenientes do insustentável modelo civilizatório adotado pela humanidade, buscando formas de enfrenta-lo de modo consciente, crítico e participativo (CARVALHO, 2005, p. 48).

Assim, fica clara a adequação da base teórica da ecologia social até aqui apresentada para auxiliar a compreensão de como as dinâmicas das interações sociais do grupo estudado repercutiram sobre o meio em que vivem e como o meio em que vivem influencia estes processos. Grifa-se que o meio em questão é de relevância ecológica com um alto grau de diversidade biológica, tanto em ambiente terrestre, quanto marinho. O território de Trindade tem sido alvo de sucessivas disputas para contemplação de diferentes usos, por diferentes atores e grupos sociais culminando em um quadro de conflito socioambiental histórico.

¹⁶ Aqueles que participam no movimento político da ecologia social.

5.2 As relações em disputa, os conflitos socioambientais:

Os conflitos socioambientais têm sido o enfoque mais comum dos estudos sobre conflitos sociais no Brasil (BIS DOS SANTOS, 2014). Acredita-se que a maior manifestação dos estudos socioambientais em relação aos conflitos sociais deve-se ao contexto nacional latente das discórdias que envolvem o campo socioambiental. A partir da década de 1960 houve ampla importação para a América Latina de modelos norte-americanos de preservação ambiental que não se adequam, em sua grande maioria, às características de ocupação demográfica do território latino-americano (MEDEIROS; PEREIRA, 2011).

Medeiros (2006), diz que estes modelos de unidades de conservação eram pautados a partir de uma concepção de preservação *wilderness*, isto é, de natureza intacta ainda não destruída pelo desenvolvimento humano. Tais modelos não só importam a ideia dos tipos de unidades de conservação da natureza como também um padrão de relação entre homem e natureza, onde o homem precisaria ser afastado para não destruí-la. Entretanto, para Maciel e D'Ávila Neto (1995) não são possíveis ações ditas de desenvolvimento, sejam de preservação ou modificações sobre o meio ambiente, dissociadas do homem que o habita e, por conseguinte, de sua dinâmica cultural. Daí os conflitos socioambientais no Brasil, país repleto de comunidades que habitam historicamente suas florestas e litorais.

O caráter sociológico da questão ambiental passa a ser mais claramente aceito a partir do momento em que se torna uma questão global. O reconhecimento de que os problemas ambientais extravasavam os limites político-administrativos das nações elevou-os a categoria de geradores de uma crise ambiental global. Esclarece-se a diferença entre problema e conflito: o problema ambiental é algo mais objetivo, como a perda de qualidade da água de um corpo hídrico devido à emissão direta de esgoto não tratado. O conflito surgirá a partir das diferenças de interesse de uso e percepção ambiental dos diferentes atores sociais que interajam com o problema ambiental (MORAES, 2015).

Na década de 1960, enquanto a América Latina importava modelos conservacionistas para seu território, na Europa e nos Estados Unidos os movimentos sociais já se articulavam para responder aos novos desafios apresentados às ciências sociais, como a superação das dicotomias objetividade-subjetividade, indivíduo-sociedade, natureza-cultura. Esta última é trabalhada, principalmente, pelo movimento

político e acadêmico de crítica ambientalista às sociedades industriais, conhecido posteriormente como Ecologia Política. Nela passou-se a colocar em pauta novas formas de pensar o desenvolvimento (MUNIZ, 2010). Lembra-se que para Moscovici (2007) a Ecologia Social é essencialmente política, não cabendo divisão entre ecologia política e ecologia social.

Maciel e Moreira (2004) identificaram algumas propostas para além do crescimento econômico e do esgotamento dos recursos naturais: o ecodesenvolvimento; o desenvolvimento sustentável; o desenvolvimento local e o desenvolvimento humano durável. E afirmam que o importante é a retomada de “certos temas que foram e são, até hoje, os pilares da Cultura Ocidental, entre eles o da tolerância entre os homens, da solidariedade, da busca de harmonia, reforçando os valores e relações afetivas, expressos e vividos em cada família, cada grupo de bairro, cada comunidade local.” (MACIEL & MOREIRA, 2004, p. 7).

A retomada de tais valores não é proposta de forma inocente, tratando-se meramente de um querer sentimental. Mas passa pela solidariedade do humano para consigo, para com os outros (de sua espécie ou não) para com a Terra, conforme o apelo à fraternidade, trabalhado por Morin (2003).

Entretanto, para que tais medidas solidárias sejam efetivas, é necessário compreender anteriormente os pontos de conflito. Nesse sentido, concorda-se com Little (2004 apud MELO, 2007) que define três causas para a geração de um conflito socioambiental:

Há conflitos que giram em torno do controle sobre os recursos naturais, conflitos que estão relacionados ao impacto das ações humanas sobre o ambiente natural, e os conflitos provenientes do modo de vida de populações que utilizam, de forma direta, os recursos naturais. No caso dos parques nacionais e das populações que habitam seus interiores, estes três tipos de conflito podem ser identificados em relação à gestão (LITTLE 2004 apud MELO, 2007, p.28).

Atualmente, os grupos que estão frequentemente em conflito em Trindade são os órgãos ambientais, os empresários do turismo e as comunidades locais, que em algumas vezes tem seus sujeitos atuando em mais de um desses grupos. O caso de Trindade não é o único. Em Melo (2007) observa-se a excelente explanação sobre os conflitos entre os Parques Nacionais e as populações locais e Oliveira (2004) registrou as relações entre os turistas e os moradores de trindade.

Entretanto, deve-se ultrapassar o senso comum do aspecto negativo do conflito. Retomando a Simmel: os conflitos são inerentes às sociedades, reproduzindo-se junto às ações interativas e relacionais sociais, ou seja, em todas aquelas produzidas no seu interior (ALCANTARA JR, 2005). Isto quer dizer que o fato de haver conflitos sucessivos na sociedade não é sinônimo de caos, mas de possibilidades de transformação e coesão social (SIMMEL, 1983) e que uma real democracia está intimamente relacionada a capacidade de trabalharmos com o agonismo e o antagonismo político comunitário (MOUFFE, 1999). Observa-se que este viés positivo do conflito é vivenciado em um contexto de luta onde os grupos que estão “disputando” se colocam em um mesmo plano situacional. Quando uma das partes é incapaz de se defender, descompassa a luta, transformando-a em opressão.

Além disso,

outra característica positiva atribuída, residiria no fato de superar os hiatos e os limites socialmente estabelecidos pelos intervalos dicotomizados, ou mesmo, as desigualdades sociais produzidas e estruturadas pelos resultados dos entrelaçamentos ocorridos na sociedade (ALCANTARA JR, 2005, p. 9).

Seguindo este caminho, Simmel também acrescenta que em meio ao conflito existe a associação e estreitamento dos grupos que lutam com um mesmo interesse. Pode ser tomado, por exemplo, o próprio caso de Trindade, relatado em Lhotte (1982), onde, no momento em que o rio da antiga aldeia foi represado por funcionários da empresa que disputava as terras dali, os moradores se juntaram e colocaram a barragem abaixo.

Os aspectos negativos estão, principalmente, relacionados ao não reconhecimento dos grupos envolvidos no conflito e não relacionados ao conflito em si (MACIEL, 2016). Aspectos pessoais e psicológicos também podem ser decisivos na caracterização de seu aspecto negativo, por exemplo:

Os impulsos geradores, como inimizade, egoísmo, inveja, desejo e suas consequências como, em último grau, o aniquilamento de uma das partes, é o que confere conotação negativa ao conflito. (...) Ressalva que seus aspectos positivos e negativos estão integrados; podem ser separados conceitualmente, mas não empiricamente (BIS DOS SANTOS, 2014, p. 547).

Os aspectos negativos do conflito estão próximos às causas que impedem a sua resolução. Maciel (2016) diz que motivadores como ódio, vingança ou disputa por bens

indivisíveis são algumas das opções. No entanto, quando um bem ainda que indivisível, seja fungível¹⁷ é passível de haver acordo substituindo um bem por outro.

Para que a substituição por meio do acordo ser possível, é necessário, ainda, que os valores e interesses respectivos sejam dotados de um caráter objetivo, ou seja, o valor do objeto deve ser reconhecido da mesma forma por ambas as partes. O acordo representa, nesse contexto, a possibilidade de se evitar a disputa, ou terminá-la antes de se decidir pela utilização da força. Em contraponto ao acordo, que tem um caráter objetivo, Simmel apresenta a reconciliação como um modo puramente subjetivo de resolução dos conflitos, já que o desejo de reconciliação seria um sentimento primário que prescindiria toda a razão objetiva (MACIEL, 2016, p. 1-2).

A necessidade de que para haver acordo, o bem em disputa deve partilhar de uma mesma valoração para ambas as partes envolvidas, torna-se complexa à medida que o objeto em disputa é observado a partir de óticas culturais diferenciadas. Em palavras mais claras, se a natureza é o objeto em disputa e, como dito anteriormente, possui um significado atribuído socialmente, ou seja, condizente com a sociedade que a significou, resta a pergunta: qual construção social para o significado de natureza tem mais valor, o da comunidade tradicional ou da unidade de conservação?

Ainda resta falar que o conflito pode originar-se de aspectos psicológicos, sendo necessário investigar a natureza subjetiva do mesmo (ALCANTARA JR, 2005) Esta natureza só pode ser entendida a partir de um conhecimento aprofundado dos atores envolvidos no processo. A partir dessa indicação confirma-se a necessidade de uso de metodologias participativas no processo de análise psicossocial do grupo estudado.

O próximo capítulo exporá os resultados das seis entrevistas feitas em campo, sendo três delas, realizadas individualmente (com as novas lideranças que estão à frente de instituições locais) uma com três entrevistados, duas lideranças antigas e uma atual, e uma, indicação de quem vivenciou Trindade antes das transformações da década de 1970. O capítulo foi organizado em subcapítulos que correspondem à análise dos resultados dos objetivos desta pesquisa.

¹⁷ Diz-se dos bens móveis que, por acordo mútuo entre as partes, podem ser substituídos por outros de mesma natureza. Que se gasta desde a primeira utilização, mas pode ser substituído por outro de mesma espécie: o dinheiro é fungível.

6. A TEORIA EM VIDA: É A VEZ DE OUVIR A SUA VOZ

Esse capítulo busca apresentar a análise dos resultados em campo embasada na discussão teórica feita anteriormente. É aqui que os sujeitos tornam-se protagonistas desta ação ao cooperarem com a explanação e compreensão das relações sociais em Trindade, em específico as relações de pertencimento expressas via instituições locais e as relações entre as instituições no que tange o conflito socioambiental vivenciado por essa comunidade, sem perder de vista as comparações intergeracionais.

Desta forma, o capítulo está organizado em dois subcapítulos que trabalham com o tema do pertencimento e do não pertencimento a Trindade, a partir das falas da nova e antiga geração. O terceiro subcapítulo trata do tema do conflito socioambiental, também partindo da visão dos mesmos entrevistados. Através dessas entrevistas é possível colocar em destaque o significado das ações dos atores locais para o grupo estudado.

Isso se torna relevante para o grupo na medida em que passa a conhecer e se apropriar melhor de sua história documentada. Isso se torna relevante para essa pesquisa quando encontra apoio teórico que dê conta de compreender tal realidade complexa, e em movimento dialético por trazer materialidade e vida as teorias da psicossociologia de comunidades e da ecologia social. A seguir, a voz deles.

6.1) Expressões de pertencimento à Trindade e as relações entre *trindadeiros*.

Todos os entrevistados se auto-reconheceram como pertencentes à Trindade. Quando perguntados sobre as características desse pertencimento as respostas giraram em torno da tradicionalidade das práticas, da ocupação e conhecimento do território, da presença por longo tempo (séculos) de gerações familiares também em Trindade e pelos laços comunitários.

O fato de serem nativos e caiçaras faz deles trindadeiros, mas a implicação com a comunidade também é característica relevante na inclusão de pessoas não nativas a categoria *trindadeiros*.

Para os entrevistados da antiga geração:

“trindadeiro”, essa palavra tem um peso muito forte para nós! (...) o que nós entendemos que é ser trindadeiro é: uma comunidade de pessoas, igual a Trindade, de 400, 500 anos atrás como é essa comunidade trindadeira,

avós, bisavós, os trisavós nossos já nasceram em Trindade, se criaram em Trindade, trabalharam em Trindade, cultivaram a Trindade, tiveram seus filhos...os meus avós se foram e vieram os meus pais e já morreram com oitenta e tantos anos e a [?] continua... trabalhadores da lavoura e da pesca é como vivíamos em Trindade (Maria e Alice).

O trindadeiro é o pescador, é o caiçara (Pedro).

Agora, sabe, como trindadeiro, nós somos uma comunidade tradicional caiçara que a gente vem de lá dos índios, de muito longe.(...) Pode até considerar como trindadeiro, apesar de não nascer aqui, não ser aqui da terra, mas a gente considera trindadeiro porque defendeu com amor, ele sabia que amanhã os filhos e netos dele poderiam disfrutar disso aqui, então defendeu como um trindadeiro. (Roberto).

Para as lideranças da nova geração:

Eu tenho entendimento de que caiçaras são aqueles que nasceram aqui e tem um vínculo com a natureza com o mar muito forte e que, de certa forma, tem essa parte da cultura do plantio, do pescar, do feitiço dos artesanatos, da casa... e ao longo do tempo eu tenho visto que têm pessoas que nascem em um lugar, assim, por um acaso e pertencem a outro lugar né. Eu vejo hoje que pessoas que nasceram aqui e que não se identificam tanto com a cultura ou com o lugar enquanto outras pessoas que vem para cá e arrancam suas raízes de onde nasceram e plantam aqui. Lógico que tem uma diferença, mas eu considero trindadeiro. Caiçara são aqueles que nasceram aqui (João).

Primeiro, os nativos daqui. Mas tem muita gente hoje que dá para se caracterizar como trindadeiro já. Não só aquele que nasceu aqui, mas aquele que já tem muito tempo aqui, além de viver no lugar, além de ajudar a gente a estar aqui em Trindade. Eles também têm os mesmo hábitos que a gente, então tem toda essa característica, até a parte cultural eles já adquiriram. E na comunidade tem “trocentos” exemplos que eu posso dar de pessoas que não são nativas daqui, pessoas que são caiçaras de outras regiões e vem pra cá, tem outros que nem caiçara são e a gente já considera como trindadeiros (José).

Eu consideraria as pessoas que nasceram aqui, que viveram a época da luta, meus avós, meus pais. (...) Eu acho que tem variações. Você vê que tem pessoas que realmente lutam pela comunidade, que vem de fora, mas para somar. Mas tem pessoas que vem, mas só para o tempo de bonança que é a temporada e vão embora sem deixar nada de bom para a comunidade. Agora, tem vários exemplos de pessoas que vem de fora e soma a comunidade, e aí sim, tem direito de ser chamado de trindadeiro, e são muitos (Antônio).

Dessa forma, observa-se uma coocorrência da categoria “trindadeiro (a) (s)” em todas as entrevistas. Isso demonstra que para todas as instituições ouvidas há correspondência nas formas de expressão do *ser de Trindade*, ou seja, de pertencimento a essa comunidade.

Os que são nascidos e se identificam com os hábitos e cultura tradicional, são *trindadeiros* por que nasceram e assim se reconhecem, com toda a carga de significados dessa categoria que foi exposta acima. Trata-se de uma relação de pertencimento por via da tradição cultural, que se expressa nas transmissões de saberes e modos de viver de geração em geração, conforme indicaram Radcliffe-Brown em Satriani (1986) e Velho (1986).

Mas também está ligado diretamente ao vínculo com o território, pois essa passagem da tradição cultural se dá profundamente vinculada ao espaço em que ocorrem; aos recursos naturais que demandam e que são, geralmente, captados nas proximidades. Em primeiro momento, a coleta, caça e pesca, agricultura familiar, ou seja, os modos de subsistência da comunidade os ligou ao território.

Esse elemento de tradição como característica do pertencimento ao grupo *trindadeiros* é bem marcado nas entrevistas, principalmente nas da *antiga geração*. A primeira fala deles é relacionada ao modo de viver, provavelmente, de como eles viveram por longo tempo de suas vidas, tendo em vista que alteração da matriz econômica da comunidade só se concretizou, efetivamente, a partir da década de 1990.

Dessa forma, é natural que a primeira característica que expressem em suas falas seja o reflexo do que suas próprias vidas expressaram ao longo dos anos. Para um, é clara e limitante a relação da prática tradicional da pesca ao ser trindadeiro, para os outros a presença de suas famílias ao longo das gerações. E quando um deles foi perguntado se o Dr. Sobral Pinto, advogado do Rio de Janeiro que ajudou a comunidade “gratuitamente”¹⁸ nos processos judiciais contra a TDT na década de 1970, poderia ser considerado como da comunidade, surge a concordância de que ha muitas pessoas que não nasceram em Trindade, mas que por defenderem a comunidade como os trindadeiros defenderiam podem ser consideradas como *trindadeiras*.

Ainda na linha de comparações entre as gerações observou-se apenas uma distinção quanto à significação do que é ser *caiçara* e *trindadeiro*. Para o entrevistado de maior idade, ser trindadeiro é ser caiçara, enquanto um dos entrevistados da nova

¹⁸ “gratuitamente” : o termo fica entre aspas porque em entrevista foi relado que quando tinham dinheiro, os trindadeiros pagavam alimentação, ou gasolina, ajudavam nos custos para o advogado estar lá. Mas não era sempre que havia dinheiro, de modo que os honorários pelos serviços não foram cobrados e, por vezes, o advogado ainda custeava seu deslocamento à Paraty.

geração fez essa distinção, onde os trindadeiros nativos são os caiçaras, aqueles que não nasceram em Trindade, não são caiçaras, mas podem ser *trindadeiros*. Já outro entrevistado da nova geração foi mais específico quanto à prática tradicional da pesca, afirmando que se há, por exemplo, mil moradores, os mil seriam pescadores artesanais, já que na época da lula toda a comunidade, crianças, mulheres e idosos participam da pesca.

Após a severa luta pelo direito de permanecer em Trindade esse vínculo com o território é aprofundado, talvez de forma irreversível. Àqueles que tiveram suas vidas ameaçadas por estarem onde “sempre” estiveram e queriam que seus filhos tivessem o direito de também permanecerem ali conseguem um êxito parcial em sua luta. Passam a crer que poucas coisas mais na vida conseguiriam expulsá-los de lá.

Eu levei, vou falar para você, três despejos de polícia e um do mar. Sabe por que eu levei o do mar? Por que morei na praia do Cepilho seis anos, pousei seis dias embaixo dum pé de manga, isso há 50 anos atrás (Pedro).

até hoje eu creio que o nosso Deus não vai deixa nós sairmos daqui. Nós não temos dez anos, fomos despejados, ficamos pelas praias, pelos morros, ficamos sem nada, isso aqui ficou devastado, não ficou casa, não ficou nada, mas Deus não permitiu que nós saíssemos daqui, e dessa vez vai ser a mesma coisa, Deus não vai permitir que nós fiquemos sem aquilo que Ele deu para nós como herança, por que a Trindade, eu creio que Deus nos deu por herança (Maria e Alice).

Hoje a ligação com o território retoma o aspecto da luta pelo direito de permanência, mas toma caminhos mais politizados e simbólicos, onde a luta concreta aparece em momentos específicos, como o assassinato de Jaison Caíque Sampaio em 2016. Além da temática ambiental que hoje entra na pauta da luta, seja pelas instituições ambientais, seja pela mudança de visão dos caiçaras de como usar os recursos naturais locais. Território continua a ser identidade como indicou Santos (2002).

Após essa entrada na diferença temporal de interpretação entre as gerações, retomam-se os aspectos do pertencimento via instituições locais. Os entrevistados relatam que existem aqueles que nasceram, mas não se identificam como os outros, são *trindadeiros* por que ali nasceram e possuem, portanto, uma identidade ligada legalmente ao território, são trindadeiros, paratienses, fluminenses, brasileiros... etc. Mas não há o sentimento de pertencer como o que foi exposto acima, isso não define um vínculo grupal forte o suficiente, pela inexistência do que Henriquez (2001) indicou como necessário para tal.

Existem ainda os que vêm de fora, sejam caiçaras ou não, casam-se, fazem amizades, estabelecem laços com a comunidade, são *trindadeiros* pela ligação que estabelecem com as questões da comunidade. Nas palavras ainda dos entrevistados, não são só *passageiros* (João), mas *deixam uma marca* (Antônio). Há ainda, os que apesar do afastamento físico, operam em rede à distância, como D'Ávila Neto (2003) apontou ser possível, são *trindadeiros* por causa da mesma luta.

Nesses dois casos, ha a presença marcada do que Henriquez (2001) chamou de projeto-comum como elemento fundamental para cada indivíduo que busca ou entende já pertencer ao grupo *trindadeiros*. Esse projeto-comum é a defesa do direito dos *trindadeiros* a permanecerem no território tradicionalmente ocupado por eles, acrescentando o direito a dignidade de vida e a defesa da cultura caiçara.

É observável a presença dos outros elementos que vinculam o grupo, mas em intensidades diferentes. O amor mútuo, o amor ao grupo enquanto grupo, sentimento de serem irmãos, aparecem mais diluídos nas entrevistas, onde o que é preponderante são a ligação comunitária, e o sentimento de serem minoritários e portadores da verdade. Mas isso está bem de acordo com a sua (re)existência (*sic*). Em um ambiente, em que o grupo marcado por violências tão intensas desde a década de 1970, é de se esperar que as características de luta sejam mais aparentes do que as de amor e harmonia.

Além dessa característica marcada no tempo, ha também uma característica da organização social do grupo *trindadeiros*, a da diferenciação e da massificação. Esta é identificada por meio do projeto-comum, e aquela através do surgimento de instituições com objetivos menores que o projeto-comum ou com entendimentos diferentes de como alcançá-lo.

Henriquez (2001) apresenta as características da massificação e da diferenciação. Onde a primeira é observada por meio do desejo de reconhecimento do grupo *trindadeiros* pelos demais atores locais. Tem seu início no momento em que a comunidade entende a necessidade de se organizar para defender não só as terras de suas famílias, mas a sua identidade étnica de caiçaras: é quando a Associação de Moradores Nativos e Originários de Trindade é fundada, permitindo que apenas os nascidos em Trindade participassem da gestão local via associação de moradores. Esse histórico será visto mais a frente.

Essa massificação gera algumas características ao grupo, sendo uma delas percebida pela Associação. Com o passar dos anos, o grupo não representava mais a pluralidade de ações que os diversos sujeitos de Trindade idealizavam para o território, então foi decidido abrir a associação para todos os moradores. Abre-se espaço para a diferenciação.

Desde que o projeto-comum não seja “atacado” ha espaço para expressão de diferentes pensamentos e desejos dentro do grupo. O argumento para abertura pode ser comparado ao que Henriquez apresenta: “um projeto tem tanto mais chance de ser pertinente, eficaz e de suscitar adesão ou mesmo entusiasmos, quanto mais ele se apresentar como resultado de discussões finas de negociações rigorosas, de argumentos contraditórios” (HENRIQUEZ, 2001, p. 69).

Entretanto essa liberdade de diferenciação dentro do grupo pode levar a momentos de conflitos irreconciliáveis gerando a desagregação do grupo maior em subgrupos. As visões passam a ser tão diferentes de como alcançar o projeto-comum, ou o próprio projeto-comum é alterado que surgem outras instituições para atuar no território. Isso traz seus prós e contras para a gestão e defesa do mesmo.

A última característica que Henriquez traz sobre o vínculo grupal é sobre o ódio ao exterior e é corroborado pelo que Elias e Scotson chamaram de estigma dos aldeões pelos outsiders e é observada, de forma menos pessoal e intensa do que a palavra ódio pode aparentar, tanto no grupo massificado, quanto no processo de diferenciação em subgrupos em Trindade.

No grupo massificado, os *trindadeiros*, são observados os constantes conflitos com os *de fora*, o que será apresentado nos próximos subcapítulos. Quanto as relações entre os subgrupos, chega-se ao ponto de cisão entre a associação de moradores em uma nova associação de defesa do povo tradicional que considerou não ver mais essa característica no projeto-comum da primeira instituição.

Partindo para uma análise entre as instituições, Associação de Moradores de Trindade – AMOT, Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade – ABAT, Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade e a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras em esfera local, observa-se o reconhecimento de que a AMOT seria a instituição de representação ampla de todos os

moradores de Trindade. Entretanto, a partir das distinções de interesses e métodos de como a comunidade deve ser organizada surgem as demais instituições.

A gente pediu uma reunião no final do ano agora, a gente conversou e eu vejo que está com uma proposta de como administrar a Trindade de forma que todas as associações tenham a sua parcela, a associação de moradores, eu acho que é a principal, mas onde que cada associação consiga representar aquele grupo ali dentro e que as decisões sejam tomadas entre nós (...) o que falta agora é nós alinharmos, esse momento que é crucial e que pode passar e pode ser que as associações não estejam todas em nossas mãos como estão hoje. Só que o que a gente entende, hoje, é que essas lideranças têm que alinhar os pensamentos, alinhar o discurso, até frente ao parque, porque têm vezes que a gente está falando uma coisa, a ABAT está falando outra, e a associação de moradores outra, e a gente perde muito nesse sentido (Maria e Alice).

E a Trindade sempre teve seu histórico de luta, sempre correu atrás para defender seu território, e ao longo do tempo, isso vai passando e as pessoas vão criando a sua visão, que é um pouco diferente do outro, mas o principal de tudo é a defesa do seu território. Mas de que forma? Será que você tem que dialogar com a prefeitura? Será que você tem que dialogar com o ICMBio? Será que você tem que pedir permissão pra um órgão? Então esses são os vários entendimentos que fez com que várias associações surgissem aqui em Trindade (João).

Hoje a AMOT depois desses problemas que teve lá no passado, ela é bem atuante! Mas a comunidade de Trindade é muito dividida. Ela é dividida, inclusive, em várias associações! Em tese, você teria que ter na associação de moradores todas as parcelas representadas e a participação de todo mundo nas reuniões e ações da comunidade, mas não funciona bem assim... Hoje uma parte dos moradores já entende a importância da participação, mas existem também outras associações e vários grupos que algumas vezes colocam os interesses particulares a frente do coletivo. Isso não deixa a comunidade coesa como deveria ser. A comunidade de Trindade toda vez que se organizou de forma coesa conseguiu o que queria. Então esse é um ponto que enfraquece muito (José).

Retomando a comparação que Simmel (1909) fez da porta e da ponte, em que a comunidade é tanto o lugar da união quanto da separação como observado nos trechos acima se entende que as disputas sob diferentes perspectivas não descaracterizam a comunidade. Os conflitos são processos naturais de socialização e que acompanham a comunidade desde os tempos idealizados como de paz, união e harmonia. A seguir será apresentada a história de algumas instituições locais, a partir de seus próprios protagonistas para a melhor compreensão desses processos de aproximação e separação:

- 1) Organização não formal com objetivo de defender a propriedade das terras dos trindadeiros que contribuiu para a formação da AMAT¹⁹.

Em nível de comunidade, nós, já na década de 70, tivemos uma organização que nem era associação, mas foi obrigada a lutar pelos seus direitos, pelo seu território e daí houve essa organização e surgiu a associação de moradores, que é a AMAT, a mais antiga, que foi basicamente organizada por mulheres, porque os homens estavam retirados daqui, estavam na pesca (João).

- 2) Associação de Moradores Nativos e Originários da Trindade (1993):

O que eu tenho para te falar é o seguinte, a primeira associação, AMOT, foi a primeira instituição que foi fundada (...) quando terminou a luta Trindade a gente fundou a associação, por que a gente via que tinha que ter alguém para representar a gente dentro da comunidade. Elas (a diretoria das mulheres) administraram, me parece que três anos e fizeram um trabalho ótimo (Roberto).

Daí o entrevistado relata a história de sucessivos investimentos na comunidade via associação de moradores, a aquisição de uma Kombi para transportar as crianças da vila no período escolar; a pavimentação do trecho do “Deus me livre” na estrada para Trindade; aquisição de uma ambulância para o posto de saúde; ônibus para o transporte escolar; pavimentação da vila; reforço na rede elétrica; até o momento de trocar a diretoria da Associação.

Ai minha filha, antes de conseguirmos as outras coisas a diretoria chegou no final, e a coisa não foi acontecendo como ia indo, eu ia nas reuniões e falava “pessoal”... só que ai chegou uma hora que ela perdeu o rumo. (...) e começou-se a dizer que talvez fosse melhor abrir, e ai eu disse que tinha que abrir mesmo, tem tanto jovem ai que mora na Trindade, que casou e veio para cá e pode ajudar e eu acho que tem que abrir, e ai abriram. Só que, eu particularmente, não vi melhora nenhuma depois que abriu. (...) a gente passou a não acreditar mais na associação (Roberto).

Eu não lembro a data específica, mas há um bom tempo, talvez um seis anos ou um pouquinho mais, que nós resolvemos abrir a associação para os que não nasceram de fato no lugar. A associação de moradores era fechada, era só para os nativos de Trindade. Isso era uma forma de proteção para a própria comunidade, para a entidade. Porém ao longo do tempo ela veio perdendo muito força porque fomos ficando muito limitados nos que nasceram aqui. Era um momento de grande crescimento de Trindade, de muita gente “de fora” convivendo há anos com a gente, todo mundo vindo para cá e se instalando e virando amigo, familiar, casando com as pessoas daqui e não tendo, a meu ver, a principal característica que era aquela coisa do “eu tenho obrigação de participar, do eu tenho o dever e o direito”. Meio que muitas pessoas eram excluídas da associação de

¹⁹ AMAT - primeira Associação de Moradores e Amigos de Trindade, com fundação em 1989.

moradores por que elas não podiam ter voz na associação de moradores. E daí, se você não tem voz, você pode fazer aquela coisa “já que eu não posso dar o meu palpite para associação de moradores eu também não ajudo”. Então, dentro desse contexto, há umas duas gestões atrás, depois de uma crise muito grande, que enfraqueceu o corpo da associação e a participação dos moradores na instituição, foi necessário abrir a associação para todos os moradores e não só para os nativos e originários de Trindade. É lógico que você ganha força de um lado e perde força de outro (...) Você perde força, justamente, porque você perde essa característica de só os caiçaras. Sabe essa coisa de “índio, quilombola, caiçara” você tem uma coisa. Hoje a associação de moradores não é só feita de quem nasceu aqui, ela é feita de moradores de Trindade, mas nem todos eles são nativos e originários daqui, então se perde um pouco nisso (José).

3) Associação de Moradores da Trindade (2006):

Segundo informação da própria associação, após a indicação do Censo 2006 de que 38% dos residentes de Trindade eram advindos de outras localidades, a instituição foi aberta aos demais moradores além dos nativos. Em parte, abrindo mão da aparente força que a homogeneidade trazia e apostando na força de novos pensamentos a partir da heterogeneidade do novo grupo que se formaria.

Em determinada gestão, o alinhamento a proposta de ordenamento do território de Trindade feita por um ator *de fora* de Trindade, o ICMBio, desagradou uma parte dos integrantes da associação de moradores, que passaram a não se ver mais representados pelas decisões da associação.

Nós não estávamos mais nos sentido representadas por essa associação que existi, até um tempo lutou pela comunidade, trabalhou-se pela comunidade, mas chegou um tempo que quando esse ICMBio chegou começou a dispersar o povo, cada um foi para um lado (Roberto).

Nós, em nível de comunidade passamos um momento de muita desconfiança um com o outro e ai tinha, ainda têm alguns rachas, mas com aquilo que te falei, a base é todo mundo a mesma, e que hoje está mudando de novo. Antes muito organizado, meio que quando o parque chegou deu uma, ou ele mesmo ajudou essa desunião (João).

Esses órgãos que estão como atores aqui, eles também fazem questão de ... – Uma manutenção dessa quebra? – É exatamente. É muito importante para mim político, que a associação de moradores do lugar não seja a que comande a comunidade toda ou que a comunidade toda seja representada por ela, então para mim é muito melhor ter três ou quatro grupos, por que dai eu consigo balançar essas cadeiras, em vez desses caras conseguirem ter uma força para me cutucar, e isso eu acho que todos os órgãos que estão aqui, a própria empresa TDT, eles minam tudo isso e dai a comunidade bate

cabeça quando tinha que se unir “agente quer isso, a gente vai fazer isso a gente vai fazer aquilo”. Eu acho que um dos problemas da Trindade, grave, é esse (José).

Junto a essas divergências soma-se a problemática pessoal, os interesses individuais:

Daí você tem as coisas pessoais de Trindade, minha, sua, de todo mundo que aqui está (José).

Mas nem só de divisões se faz a AMOT, a atual gestão tem trabalhado com a comunicação e participação da comunidade. Pela rede social da associação é possível acompanhar uma série de movimentos que tem sido feitos dentro da instituição buscando melhorias comunitárias, como informações sobre a coleta de lixo, denúncias sobre o estado de conservação da estrada que liga a BR101 a Trindade, denúncias sobre a superlotação dos ônibus que chegam à vila, reuniões para traçar um plano de ação no feriado de carnaval, reuniões com o ICMBio e com os associados, contratação de funcionário para a manutenção do sistema de captação de água, garis para limpeza, ordenamento de veículos, etc. Isso tem refletido em uma grande credibilidade junto a outras lideranças.

Hoje a situação é essa de vamos unir forças e se agora a gente tem 10 associações ou 3 ou 1 vamos juntar todo mundo e vamos para as nossas ações! O que que a gente quer? Então isso tem retomado e é bom de falar! (João).

Eu ainda faço parte da associação, mas eu disse para ele (atual presidente da AMOT) que se ele quiser, no que vocês dependerem de mim eu estou pronto a ajudar a associação. Agora, a coisa tem que ser... tem que trabalhar da forma correta para acreditar nas diretorias... (Roberto).

A gente tem uma boa conversa com eles. A gente, hoje, que até mudou a diretoria a gente tá falando com eles, mas como ainda não começou nada, ainda está meio no ar por causa da passagem, resolvendo alguns problemas deles... mas, hoje, a gente tem uma boa relação. Agora a diretoria que passou por aí, as duas que passaram por aí, a gente era muito contra (Maria e Alice).

Antonio: *“a associação de moradores, a AMOT é parceira da ABAT”.*

4) Associação de Defesa do Povo Tradicional (2013):

Associação criada no momento de máxima crise de representação da AMOT. Surgiu no intuito de defender as questões relacionadas à cultura e ao território tradicional de Trindade. Novamente aparece uma diretoria de mulheres.

A associação do povo tradicional vem também para isso, para mostrar que aqui tem um povo tradicional. Dar voz a que a gente queria continuar nossas práticas tradicionais ali, então uma das faces da gente ter criado a associação foi de defender essa cultura (...) E eu vejo que depois que o nosso advogado pediu para entrar... saiu o laudo antropológico²⁰, mesmo que as outras associações não quisessem ouvir o que a gente tinha e o que a gente estava visionando para Trindade, a gente continuou trabalhando paralelo a isso... então, quando saiu o laudo antropológico as outras associações falaram “perai, esse pessoal é sério e está fazendo alguma coisa para o povo local” veio as autoridades procurar e mostrar o que a gente estava fazendo, então, acho que a partir dali as pessoas tiveram uma outra visão da nossa associação, que não era um grupo político (Roberto).

5) Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (2011/2015):

Criada em 2011 e oficializada em 2015 em festejo da cultura caiçara. Nas palavras do entrevistado:

A Coordenação surgiu até por que não tinha um órgão como a FUNAI, como a CONAQ e ai a gente criou a coordenação para que esses caiçaras, do sul ao norte, se conectassem e criassem uma força. Hoje, temos representação em Brasília, temos representações nos Estados e que conversam entre si, mas elas são basicamente associações que tem esse link com, no caso, com o representante de Brasília que pode protocolar um documento (...) como ainda estamos caminhando para essa questão da coordenação, então a gente tem um meio de conversa pelo e-mail, pelo whatzap com os representantes de cada Estado e município e ai tem as votações, tanto daqui quanto das associações e falam entre si e joga pro Nacional, mas a gente ainda está caminhando (João).

Segundo o que foi exposto, a síntese é de que inicialmente houve um “inimigo” comum que, a parte da comunidade que ficou em Trindade, resistiu e combateu garantindo que um resort de luxo não fosse instalado e que parte das terras que foram apropriadas por esse inimigo comum, a Companhia TDT, fossem devolvidas aos trindadeiros.

Após anos de luta mobiliza-se uma primeira instituição formal, com diretoria apenas de mulheres, mas aberta a todos os moradores e também amigos de Trindade, a AMAT. Após alguns anos compreendeu-se que era necessário formar um grupo com unidade mais homogênea e a associação de moradores passou a ser restrita aos nativos e

²⁰ Laudo emitido pelo ministério público que atesta a presença de uma comunidade tradicional em Trindade. Não foi possível obter acesso ao documento em si.

originários de Trindade, ou seja, era um grupo que se diferenciava do restante da sociedade pela sua identidade cultural, o ser caiçara. Mas em determinado momento, essa característica principal do mobilizador político comunitário passou a excluir quase 40% da comunidade e viu-se a necessidade de nova abertura para associados caiçaras ou não, trindadeiros ou não, todos que morassem em Trindade poderiam participar.

1989 -] AMAT [legenda:] - [instituição aberta
1993 - [AMOT]	[-] instituição fechada
2006 -] AMOT [

Enquanto a AMOT vivia a sua dinâmica própria, ora de fortalecimento, ora de desmobilização, outras instituições estavam aparecendo no território, e uma delas está ligada diretamente a dinâmica da associação de moradores.

A ABAT vem como uma instituição de classe que visa organizar a pesca e o passeio de barco em Trindade e defender os direitos de seus associados no que tange o exercício de suas funções. É uma das instituições que consegue um diálogo mais flexível com as demais instituições e tem se mostrado atuante.

Acredita-se que esse êxito se dá por ser uma instituição que não se sobrepõe ao projeto-comum de nenhuma outra instituição de Trindade e soma no projeto-comum dos *trindadeiros* se apresentando como uma instituição de gestão local do território e garantindo a apresentação da existência de pescadores tradicionais e da cultura caiçara.

A Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras foi um meio de trazer força política em âmbito federal a essa população tradicional, que por vezes, recebe menor atenção de políticas públicas quando comparada a populações tradicionais que já possuíam órgãos atuantes nessa esfera, como a FUNAI e a CONAQ, haja vista o próprio decreto 6040/2007 que cita, nominalmente, os territórios de indígenas e quilombolas, e as populações caiçaras ficam ocultas na massa das demais populações tradicionais.

A atuação dessa instituição ainda tem se dado mais na etapa do fortalecimento. O quadro de participação popular no atual governo federal é precário, as agendas

culturais e ambientais também não ocupam o devido espaço nas pautas de decisão e orçamentárias²¹, é o momento de garantir que nenhum direito conquistado sofra retrocesso, pelo momento, o avanço é o ato de conseguir resistir.

A Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade que teve sua criação ligada diretamente à dinâmica da AMOT, hoje, parece demonstrar ter ocupado uma possível lacuna que estivesse aberta no jogo de poder das relações sociais que se estabelecem no, e por causa do território.

A defesa da identidade cultural do grupo *trindadeiros* que parecia estar diluída nas outras instituições - por causa das demandas que as respectivas instituições abarcam, inclusive, suprindo demandas de ordem pública, mas relegadas as instituições locais - agora tem seu lugar de assento e em destaque. Após um início de pouco êxito nas tentativas de diálogo com as demais instituições, agora aparenta uma abertura de trabalho junto às demais instituições trindadeiras.

Como foi possível perceber ao longo dos trechos expostos das entrevistas, a dinâmica dos grupos sociais de Trindade não se encerra dentro da própria comunidade, mas é perpassada por diversos atores externos a ela. Atores que, por vezes, possuem o direito e o dever de gestão do território público, mas que estão pouco implicados com a comunidade. Vê-se, através desse baixo grau de interação o que Maciel (2016) chamou de aspectos negativos de um conflito, podendo passar a uma relação de opressão.

Foram expostas nesse subcapítulo as análises feitas sobre os materiais levantados objetivando identificar junto às instituições sociais locais de que forma seus participantes identificam sua relação de pertencimento com Trindade. E entendeu-se que essas relações de pertencimento estão profundamente vinculadas as relações sociais estabelecidas na comunidade, sendo inseparável uma análise de pertencimento e das relações entre si, como separado inicialmente nos objetivos. Gerando uma análise de pertencimento junto a de relações entre os *trindadeiros* e uma análise das relações com os de fora, que será abordado no próximo subcapítulo, dando conta desse segundo objetivo da caracterização das demais instituições locais e como identificam os *de fora*.

²¹ Reportagem de setembro de 2016 da revista Fórum. Acessada em <http://www.revistaforum.com.br/2016/09/06/povos-e-comunidades-tradicionais-ameacados-pelo-governo-temer/>

6.2) Os *de fora*, quem são e por que estão aqui?

Sendo a expressão *trindadeiro* cheia de significado de identidade para aqueles que pertencem a esse grupo, ela torna-se ao mesmo tempo indicadora daqueles que não pertencem a esse grupo e/ou ao território, mas aos *de fora*.

Pedro: “*eu considero os meus amigos de fora e os amigos da Trindade.*”

Quem vem para cá e se auto identifica como trindadeiro, que ele busca a vivenciar isso na pele como um trindadeiro, que ele abraça essa causa, que ele, literalmente, se identifica com aquilo, tanto nos benefícios quanto nos malefícios, essa pessoa para mim é trindadeiro, que luta e está junto! A pessoa que, de certa forma, veio da cidade ou veio de outro lugar, mas não se identifica, está simplesmente morando ou passando não é trindadeiro é um passageiro (João).

Meu pai não é de Trindade, a minha mãe é nativa daqui e o meu pai é caçara, mas não é nativo daqui de Trindade, então por si só já tem essa coisa dos de fora. E você pega Trindade hoje, eu não diria metade da comunidade, mas a juventude que está vindo agora é muito baseada nisso (...) mulheres e homens de Trindade, nativos, que casaram com pessoas de fora. Essa nova geração tem muita gente boa. Essa mistura é cada vez mais realidade (José).

Pedro: “*eu tenho um filho casado com uma pernambucana, que que ela é da minha família agora? Ela é de fora. Eu tenho duas filhas casadas com paulistas, então a família vem vindo assim.*”

Percebem-se dois usos para a expressão ser *de fora* de Trindade, mas como exposto acima, ser *trindadeiro* ou *de fora* vai além de ter nascido em Trindade ou em outro lugar. As entrevistas indicam que a principal diferença estaria no auto reconhecimento e identificação com o grupo *trindadeiros*, e essas duas características implicariam diretamente na forma de lidar com a comunidade.

Os trindadeiros estabelecem relações efêmeras com os *de fora*, que são turistas. Mantendo uma relação superficial através dos serviços prestados. Mas também se contradiz, à medida que buscam tratar bem os turistas para que voltem e tragam outros turistas, mesmo boa parte dos problemas expressos na comunidade sendo atrelados à incapacidade de receberem o altíssimo número de turistas que a vila vem recebendo.

Estabelecem relações permanentes com os *de fora*, o Estado, por causa do território, mas distanciadas pela ausência do mesmo na gestão que deveria/poderia ser

compartilhada. Por esta ser fixa, abre margem a um debate mais aprofundado sobre os conflitos existentes entre esses atores de fora com os trindadeiros.

Em ambas, os *de fora* demonstram uma relação que vise, unicamente, os próprios benefícios.

Do mesmo jeito que tem outro tipo de pessoas, que tem outro tipo de visão e que vem para cá para curtir certo tipo de natureza, mas não consegue relacionar o homem com a natureza, que nasceu aqui né, o indivíduo que é daqui, que pertence a esse meio e ele acha que “não, isso aqui tem que preservar, essas pessoas não tem que estar aqui, tem que estar fora daqui”, essas eu, infelizmente, acho que são perdidas, para mim não tem relação com a natureza, entendeu? Acho que essa é a distinção (João).

O turista não é de Trindade, ele vem passeia um dia e vai embora, não deixa sua marca.(...)

Mas tem pessoas que vem, mas só para o tempo de bonança que é a temporada e vão embora sem deixar nada de bom para a comunidade (Antônio).

Eu tenho um olhar muito cauteloso quanto a isso. Eu acabei de falar para você exatamente isso, a gente trabalha em tudo quase que em dois polos. Então, da mesma forma que você tem pessoas que não vão agregar nada para a comunidade, você está cercado de pessoas boas. E nessa trilha a gente está indo buscar essas pessoas, do tipo “venha ser um trindadeiro também, já que você está aqui vem ajudar a comunidade”. (...) você também tem aquele que aqui só visa o dinheiro e depois vai embora (José).

Seguindo esse raciocínio de que os *de fora* são identificados pela falta de vínculo com a comunidade algumas instituições governamentais em Trindade podem ser entendidas como pertencentes a esse grupo. O Estado, via Prefeitura Municipal de Paraty, ou via ICMBio demonstra uma política de afastamento da comunidade, dificultando a gestão do território, e gerando a constante sensação de abandono, que repercute não só materialmente, na qualidade de vida, mas psicologicamente.

Essa ausência crônica, não é aceita passivamente. Enquanto a comunidade se mobiliza para suprir essas demandas materiais, ha cobrança de que essas instituições se façam presentes e como. Por vezes, o discurso pode parecer tomar um tom mais hostil, mas é necessário ter clareza da distinção entre a luta do oprimido e da violência do opressor.

Eu acho que a principal palavra é ausência! É uma ausência gigantesca do Estado de forma geral em Trindade. Para você ter ideia, a gente está em plena temporada e a gente não tem um guarda de trânsito, não tem nada. Não tem o ICMBio cuidando do que deveria cuidar, porque fala que é

parque, e depois de tudo o que fez, você não tem isso; não tem a prefeitura cuidando de nada, fazendo planejamento, gestão de nada, e daí sobrecarrega as instituições que estão aqui, as associações, as ONGS, porque fica tudo na nossa mão. A gente é que tem que ter poder de polícia, a gente é que tem que organizar o trânsito, a gente é que tem que ver caminhão de fossa, aqui tudo a gente tem que resolver. E mesmo que a gente se esforce, não conseguimos resolver sozinhos todos os problemas da comunidade (José).

Eu acho que a prefeitura é um pouco omissa nas suas atitudes aqui. Nesse momento, estamos aqui recebendo muito turistas e não temos um guarda de trânsito e nós necessitamos porque está um caos, nesse momento a gente está recebendo muito visitantes e a gente não tem um tratamento de esgoto, que a comunidade começou por conta própria... e uma coisa que a gente está entendendo é que não é simplesmente questão de grana é de executar mesmo! As pessoas não querem as coisas da forma certa. A gente tem cobrado o ministério público federal, tem cobrado o ICMBio “ ah mas vocês não estão deixando...” não, a gente está deixando a prefeitura é que não está fazendo o papel direito. Então a gente vê uma falta de respeito com a comunidade. Não queremos ser tratados diferentes de forma nenhuma de outras comunidades, mas temos, infelizmente, um boon de pessoas que necessita sim um tratamento diferenciado. O ICMBio, o INEA são os órgãos que poderiam e que podem fazer muitas coisas boas para nos ajudar. (...) mas eles não entendem você como um indivíduo que faz parte da natureza e aí essa divisão de que você tem que estar do lado de fora e essa parte intocável, é isso que eu não consigo compactuar, entender essa forma diferente de pensar (João).

Então você vem desde 300, 400, 500 anos que a Trindade existe praticando uma pesca artesanal, que meu pai me levou lá na piscina... cara, eu era um moleque, de canoa... e vem o parque e olha diferente da comunidade... tem que ver diferente, tem que pensar na cultura, que o Brasil também vive de cultura, né (Antônio).

A antiga geração não fala diretamente sobre o assunto, mas em suas narrativas, um demonstra respeito pelas autoridades, principalmente as militares. Outro entrevistado, a interpretação que se pode fazer de suas histórias sobre o ativismo da associação de moradores em determinada época confirma a ausência do poder público na gestão do que lhe competiria. E suas colocações a respeito do órgão ambiental indicam que este seria mais um ator interessado apenas nos benefícios que a unidade de conservação pode trazer ao próprio órgão.

Nessas relações entre *trindadeiros* e os *de fora*, pode-se estabelecer uma comparação com os “estabelecidos” e os “outsiders” de Elias e Scotsson (2000) a partir da coesão do grupo *trindadeiros* pela identidade cultural. Sendo este o fator de resistência que permite fazer frente ao poder estabelecido do Estado.

Partindo das análises das relações sociais foca-se nas relações em disputa, para dar seguimento a pesquisa. O próximo assunto abordado será sobre a compreensão e relacionamento com os chamado *conflitos socioambientais* existentes no local.

6.3) As instituições que atuam no território *trindadeiro* e as relações em conflito.

A visão da antiga geração sobre as relações de pertencimento a Trindade estão atreladas aos conflitos pelo território, na medida em que, atores externos a comunidade interferiram e interferem nessas relações. Uma característica explícita em suas entrevistas é a atribuição de que o interesse econômico é o que motiva qualquer um desses atores a estarem na disputa pelo território, os exemplos mais marcantes são as altas taxas de impostos com as quais a prefeitura se faz presente, e os recursos financeiros que visam ser captados pelo ICMBio por meio da cobrança de entrada no Parque Nacional da Serra da Bocaina, e a indústria do turismo. Outra característica é que a partir das entrevistas não se apresentam disputas entre os trindadeiros, exceto, quando associados a um ator externo.

Nada de conflito é bom. Todos nós somos cristãos, todos nós somos carne e osso. Todos nós temos que viver no mundo, mas não podemos viver impensado, sabe, querendo ser dono de tudo, ai não pode (...) O mundo, se os homens considerassem esse presente que Deus deu não tinha confusão no mundo. O pobre, hoje em dia, quanto mais pobre é, mais pobre fica porque tem muito imoral. Não sei se você se lembra da época da briga que teve aqui, empresa Brascan, Cobrasinco, Canadá, tirou o povo daqui, comprou Trindade, era dela e tinha que sair (Pedro).

E na década de 70 ocorreu aqui uma grande violência com uma multinacional, queriam transformar Trindade num condomínio igual o de Laranjeiras, porque era a mesma empresa. Hoje, os caras mais ricos desse país, a segunda casa deles esta ai e eles queriam transformar aqui, a mesma coisa que estavam fazendo lá, queriam um condomínio maior. E isso ocorreu na década de 70 para cá, e eu lembro que foi em março, em 73,74 para cá, mas isso começou em 66,67 e 70 foi quando engrossou e em 73, 74 ai o negocio ficou forte e maior parte da comunidade teve que ir embora, e os que resistiram estão aqui ainda. Hoje, eu posso dizer isso para você, e você pode me perguntar por que eu falo isso, e o único torresmo do litoral entre Rio e São Paulo, aonde você encontra ai, vamos dizer 60% ainda comunidade nativa caiçara, que você não encontra no litoral em lugar nenhum, o único torresmo que sobrou do litoral que você encontra comunidade nativa ainda é aqui. (...) A praia do meio era cheia de bar, cheia não, tinha 8 ou 9 bares de pessoas da comunidade e trabalhador, a praia era limpa, era bonita, mas tinha esses bares. E a praia do meio não está dentro do Parque Nacional, ela está fora do parque nacional, só que

quando ele²² chegou, ele viu que o filé mignon é a praia do meio, para você chegar ao Caixa d'áço você passa pelo meio e é a praia do meio que é o coração. (...) Que que ele fez ? Quando ele chegou, ele mudou um pouquinho a linha, depois ele mudou mais um pouco e depois botou a linha na rua (Roberto).

Porque é uma comunidade de tranquilidade, uma comunidade em que nós vivemos em paz, até que apareceu essa companhia que nós brigamos 10 anos, e o ICMBio que agora está tentando desde que chegou em Trindade estão nos perturbando, mas até aí nós vivíamos em paz (Maria e Alice).

Observa-se que o primeiro grande conflito vivido pelos trindadeiros foi contra o poder imobiliário a serviço dos interesses privados de uma elite financeira nacional e internacional que contavam com o apoio de políticas desenvolvimentistas do governo federal.

O conflito mais recente, associado à chegada do órgão ambiental para a consolidação do Parque Nacional da Serra da Bocaina, também vem acompanhado de interesses econômicos aos olhos desses entrevistados, assim como para as novas lideranças.

Aí eu sou um pouco radical em dizer que tem interesses maiores. Hoje, nós temos aqui do lado um condomínio e que para ele é legal não ter o pescador “sujo” a comunidade cheia de turista, entendeu? Ele quer chegar numa piscina natural, em uma praia do meio, onde é intocável e o turismo não é controlado, mas não tem aquele povinho. Então eu vejo essa diferença e que tem algumas pessoas por trás disso (João).

Então a gente tem essa coisa da Trindade que já é um lugar com muita politicagem, já é um lugar que tamanha beleza faz a especulação imobiliária estar ligada, não só aqui, mas Paraty de um modo geral. Então sofremos muita pressão tanto das instituições ambientais, dos órgãos ambientais que estão aqui, quanto dessas multinacionais que cada vez mais vêm para esse lado de Paraty-Angra dos Reis, esse vale verde que existe aqui e que todos estão de olho querendo lucrar de alguma forma (José).

As lideranças atuais possuem uma vinculação direta sobre esse tema, pois representam a participação local no território, confrontando a característica de gestão verticalizada *top-down*, por meio da qual o Estado se faz presente por imposições do que (Ihe) é favorável nessa gestão; ou se ausenta de atuação e busca de uma construção de gestão compartilhada do território.

²² Chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina que vem buscando consolidar a unidade de conservação desde o ano de 2008.

Isso se demonstra na medida em que as entrevistas apresentam muito mais reivindicações de atuação e presença dos atores *de fora*, principalmente o Estado, junto à comunidade, do que momentos de oposição drástica e afastamento entre os atores.

Eu acho que a principal palavra é ausência! É uma ausência gigantesca do Estado de forma geral em Trindade. (...) E mesmo que a gente se esforce, não conseguimos resolver sozinhos todos os problemas da comunidade. (...) Hoje a gente está tentando um entendimento com esses atores, não só com o parque, como também com a prefeitura, por que não adianta, se não a gente vai ficar batendo de frente nessa vida... a gente não abre mão de muitas coisas, do direito e do acesso ao território, por exemplo. A gente quer discutir, queremos participar. Não precisa nem ser o nosso caminho, o caminho do meio já está bom (José).

As instituições *de fora* apresentadas foram: a prefeitura; a Companhia TDT e seus similares; o ICMBio em suas ações na APA Cairuçu e no PNSB; o INEA; o condomínio Laranjeiras; a especulação imobiliária; e os turistas. As mais citadas são a Prefeitura de Paraty e o Parque Nacional da Serra da Bocaina - PNSB. Sobre a primeira, os entrevistados relatam a ausência crônica do Estado, mas demandando que se faça presente, pois sua ausência implica na deficiência dos serviços urbanos e turísticos, e sobrecarregando as instituições locais com demandas além de suas capacidades ou dever.

Eu acho que ela (a prefeitura) peca nas suas atitudes com a comunidade porque, não que a gente tenha que ter um tratamento diferenciado, mas no município de Paraty, a comunidade de Trindade é a que recebe mais turista, é a que recebe maior impacto sobre a comunidade, é o que trás mais rentabilidade para o município, é a que tem mais conflitos no município. Dessa forma, eu acho que a prefeitura é um pouco omissa nas suas atitudes aqui (João).

Da mesma forma, a prefeitura tem o ganho dela se implantar o sistema de tratamento de esgoto aqui, se olhar para Trindade de modo diferenciado, por que querendo ou não, Paraty tem na parte turística o centro histórico, mas Trindade é um dos pontos turísticos mais importantes de Paraty. Então, se existisse o mínimo de diálogo e interesse na resolução dos problemas do lugar, todo mundo sairia ganhando, inclusive a gente como comunidade (José).

E da prefeitura, minha filha, a gente só é cobrado, retorno a gente não tem da prefeitura (Roberto).

As principais demandas que apareceram nas entrevistas feitas pelas instituições locais à prefeitura são: um sistema de esgotamento sanitário adequado a uma comunidade que foi sobreposta a duas unidades de conservação ambiental devido a relevância de sua beleza natural; segurança pública, evitando outros acontecimentos

como o assassinato de um jovem caiçara no ano de 2016; segurança no mar, devido ao alto número de afogamentos; reforço da rede elétrica, tendo em vista o alto custo da energia elétrica; apoio ao ordenamento do trânsito, principalmente nos feriados.

Mas é preciso repensar o que representa a necessidade de cobrança dessas demandas? Indicam, em alguma medida, uma ausência relativa. A ausência é uma característica da prefeitura? Não, ela está lá em Paraty, suas taxas administrativas chegam em Trindade, e são altas. Quando solicitados pela AMOT a cumprirem os seus deveres inerentes, por vezes cumprem, mas será necessária essa cobrança, essa denuncia para que uma prefeitura aja? O que se percebe é uma ausência deliberada do conflito, do debate, da participação, do reconhecimento a priori dos direitos sem a necessidade de cobranças para serem atendidos. Constata-se a colocação do outro em posição inferior a do Estado, na medida em que o outro não é reconhecido na gestão, expressando uma relação de opressão.

Outro órgão do Estado que aparece nas entrevistas é o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que é responsável pela gestão da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, uma unidade de conservação de uso sustentável, e pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina, unidade de conservação de proteção integral. Essas duas visões de uso do território propostas em legislação ambiental desde o ano 2000 pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) se sobrepõe a visão de uso do território que a comunidade local vinha gerindo até o Instituto começar a consolidar sua presença no território (Figura 10).



Figura 10: sobreposição das UC's em Trindade. Limites do PNSB em laranja e limites da APA Cairuçu em amarelo.

É possível observar o que Melo (2007) relatou sobre os dois momentos de possíveis conflitos entre unidades de conservação de proteção integral e populações locais: ou em sua criação ou em sua implementação. Como a criação do PNSB ocorreu de forma administrativa, não gerou conflitos nem com os locais, nem com os incentivos a instalação do Resort de Luxo, nas já nominadas terras públicas.

Entretanto, a sua consolidação é acompanhada por diversos conflitos, explicados por Melo (2007) como consequência de um processo, que apesar de conter três ferramentas que garantem a participação local na tomada de decisões – o plano de manejo, o conselho gestor e o termo de ajustamento de conduta²³ - coloca “as populações que habitam o interior dessas áreas protegidas vivenciando cotidianamente a contradição de ali estar e ter que se submeter a regras não pactuadas” (MELO, 2007, p.33).

Sobre esses “espaços de participação democrática” (IRVING *et al*, 2006) ocupados pelo PNSB e trindadeiros: o plano de manejo pronto em 2001 e aprovado em 2002, está em revisão, segundo os analistas do parque. Nenhum dos entrevistados comentou sobre o plano de manejo.

²³ No trabalho de Melo (2007) o autor usa a expressão “Termo de compromisso”, entretanto, a ferramenta atual mais utilizada é o TAC – termo de ajustamento de conduta.

O conselho gestor foi o espaço de interação de onde as quatro instituições de Trindade foram escolhidas. A última reunião do conselho consultivo registrada no site do parque foi em novembro de 2016, mas antes da operação de ordenamento turístico em Trindade no carnaval, em fevereiro de 2017, agentes do PNSB estiveram presentes em reunião da AMOT para esclarecer dúvidas sobre a operação.

Outra forma de atuação do conselho gestor é por meio da formação de Grupos de Trabalho com temáticas específicas, inclusive sobre a gestão de uso conflitante. Entretanto, a interpretação dos entrevistados sobre o conselho é que por ser de caráter consultivo não permite a real participação na gestão do território.

Os TAC's são documentos que garantem que, enquanto a população local estiver residindo dentro do parque nacional, haverá acordos de cooperação mútua para que tanto os objetivos de preservação da natureza sejam mantidos quanto os direitos das populações tradicionais a terem “as condições e os meios necessários para a satisfação de suas necessidades materiais, sociais e culturais” (BRASIL, 2000, Art. 28).

Essa é uma ferramenta que tem sido bastante utilizada, mas é importante grifar o detalhe do “enquanto a população estiver residindo”, ou seja, no momento em que esse termo é assinado também está sendo assinado, em alguma medida a sua expropriação. “a grande ironia em torno da gestão, no caso dos parques nacionais, é que às populações locais é permitido participar do planejamento da sua própria exclusão” (MELO, 2007, p.32).

O histórico de uso e ocupação do território trindadeiro foi apresentado no capítulo 3 desta dissertação e foi levantado a partir das pesquisas bibliográficas. A partir de agora passa a ser exposto através da ótica dos *trindadeiros*, como se estabeleceram as relações sociais entre o instituto ambiental e as instituições locais, a partir das perspectivas locais.

Aqui tudo se sobrepõe né. Então você tem a APA que vai até a divisa do Estado, daí você tem o parque que vem até, exatamente, aqui no meio da vila (a nossa localização está no final da rua que, atualmente, é a indicação recente do limite do PNSB) já tem a sobreposição das duas unidades, aí tem a TDT que chegou aqui falando que essa área era dela, sendo que, sei lá, a minha bisã morreu com 110 anos e ela falava que havia 3 gerações dela aqui. É estranho como nasce um título “agora isso aqui é nosso”, então a TDT já se sobrepôs sobre o território caçara de Trindade, é nosso, é o nosso território, então é uma coisa em cima da outra. E sim, o parque todo

tempo tem problema com a gente, não é uma coisa linda e maravilhosa (José).

Há modelos dentro do ICMBio, dentro do governo, tem os socioambientais e a dos ambientalistas, essa é dos ambientalistas e que, na verdade, para mim essas pessoas não são ambientalistas, mas estão tendo uma visão futura de negócio. Um parque para ser implantado tem que gerar dinheiro, essa é a visão dos parques, hoje, no Brasil, precisa de investimento. (...) a APA, que tem certo diálogo com a gente, mas que o próprio parque influencia muito e eu vi com meus olhos o chefe que abriu diálogos com a comunidade para fazer diferente ser exonerado do cargo e vir uma pessoa que tem uma abertura muito grande com o chefe do parque (João).

Na primeira reunião que aconteceu eu falei para o chefe “Eu acredito em você, na sua pessoa, que tá chegando e vai implantar o parque que quer trabalhar em parceria com a comunidade, mas eu vou falar uma coisa para você, na instituição eu não acredito. Porque a instituição, se o Chico Mendes fosse vivo teria vergonha do nome dele estar nessa instituição. Porque o que a gente vê até agora é que ela favorece muito milionário, mas o pobre não, ele é sempre perseguido. E eu quero acreditar em você”. E a gente começou até com entusiasmo e tal, mas o que foi a primeira coisa que o cara fez? Ele embargou a estação de tratamento de esgoto e ia embargar a rede de água que o prefeito estava fazendo, que nós somos carentes na água, e aí eu rompi com o cara do ICMBio (Roberto).

Acho que o governo, o Parque deveria auxiliar estas pessoas, dar condições dessas pessoas permanecerem no seu lugar de origem, por que? Porque é um povo que não teve estudo, que não teve escola, se esse povo for para cidade grande vai viver de que? Se for ali para ilha das Cobras vai acontecer o que tem acontecido lá, tá morrendo aos montes todos os dias lá. Para onde que nós vamos? Eu acho que o trabalho do ICMBio, do Governo Federal era manter essas comunidades. Mas não, eles vêm querendo arrancar, querendo matar, querendo proibir, não pode pescar, não pode tirar lenha, não pode tirar o cipó, não pode tirar o sapê, não pode tirar o barro... Nós vamos fazer como? Vamos virar turistas? Quando vira turista eles dizem que nós não somos trindadeiros por que não vivemos mais da lavoura, por que não vivemos mais do peixe. Mas eles não querem que bote cerco, não quer que bote rede de arraste, não quer que vá pescar, como é que vai viver o caiçara? Qual a maneira que vai viver se eles querem tirar esse direito de nós? Então eu não sei como que vai viver esse povo (Maria e Alice).

A partir dessas falas é possível começar a ter um panorama de quais recursos naturais e tipos de gestão do território estão em disputa. Através da análise de conteúdo foram identificadas as seguintes categorias referentes ao conflito (Figura 11).

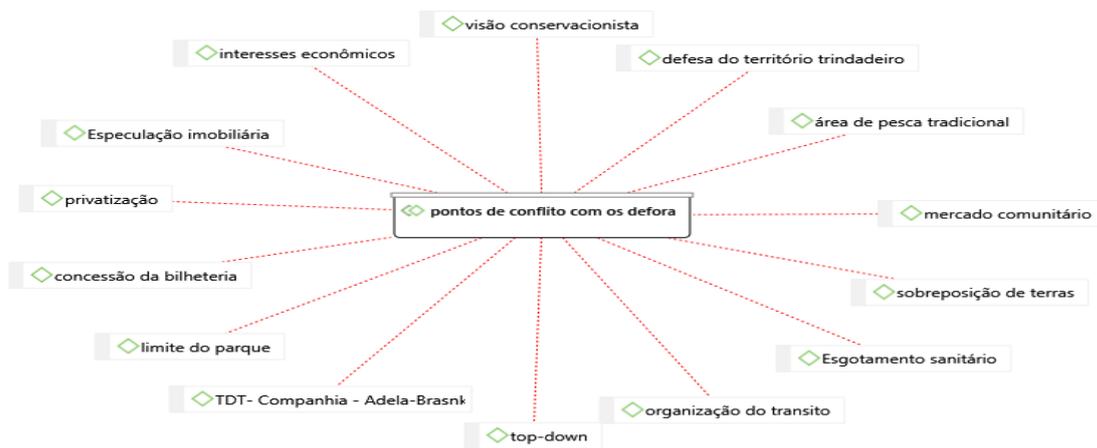


Figura 11: network pontos de conflito.

Ao fazer a análise das entrevistas o que se mostrou determinante para a compreensão de todos os *pontos de conflito* com os *de fora* converge, em alguma medida, com as visões de gestão do território proposta pela legislação ambiental. Isto é, uma disputa entre as visões conservacionista e socioambiental, onde a o parque nacional se alinha a visão conservacionista desde sua origem legislativa, por ser enquadrado no grupo de unidades de proteção integral; a APA, por origem se enquadraria no grupo de unidades de conservação de uso sustentável, alinhada a visão socioambiental, mas pouco aparece nas narrativas da comunidade demonstrando uma baixa interação socioambiental, e ainda sofre o agravo de ser influenciada pela visão conservacionista da gestão do parque, segundo os entrevistados.

Desta forma, os representantes da visão socioambiental para gestão do território, uma visão que dialoga diretamente com o que Moscovici (2007) e Morin e Kern (2003) propuseram, são as instituições locais, a comunidade que por gerações interage com a natureza, na natureza, que se considera natureza.

Eu vivo de pesca, sou pescador, vivo da natureza, dessa beleza natural que a gente vende para o turista, então, eu sou uma das pessoas que preciso preservar... para as gerações futuras, para mim, eu tenho essa consciência. Mas o ICMBio, o INEA eles não entendem você como um indivíduo que faz parte da natureza e aí essa divisão de que você tem que estar do lado de fora e essa parte intocável, é isso que eu não consigo compactuar, entender essa forma diferente de pensar (João).

É um conflito que eu acho que deveria ter um olhar mais dinâmico, mais cultural, mais amplo das coisas, por que... eu perguntei para minha mãe “ pô mãe, desde quando meu avô pescava?” E ele sempre pescou nessa área, que é essa área aqui toda (a enseada da praia do meio a cabeça do índio),

então agora o IBAMA²⁴ vem com a história que você não pode pescar? ... eu até vi o livro, esses dias que tem 50 pescadores artesanais e é mentira, pô! Porque, se moradores tem 1.000, eu creio que 1.000 são pescadores artesanais, porque tem a época da lula em que nós levamos nossas mulheres, nossos pais, as pessoas mais idosas, as crianças. Então, eu acho que a parte do conflito é essa, principalmente, com o ICMBio né (Antônio).

Essas diferentes visões manifestam interesses distintos no território, apesar de ambas possuírem o objetivo de preservação da natureza – isso, se não considerarmos as teorias de áreas de reserva de capital²⁵ usada por alguns críticos ao sistema de unidades de conservação. A esse respeito, um dos entrevistados não ousa afirmar se o real interesse do parque nacional é o de preservação ambiental, tendo em vista o impasse que perdura por anos entre a prefeitura de Paraty e o ICMBio sobre a conclusão das obras da estação de tratamento de esgoto de Trindade. Outro entrevistado afirma que quase oitenta por cento da ETE já está pronta, mas foi embargada pelo ICMBio.

Eu não consigo falar se o interesse real deles é por Trindade. Mas se você olha de fora, um órgão ambiental que quer implantar um parque na Trindade, na verdade efetivar um parque que foi decretado lá atrás, que diz querer cuidar da preservação, não pode deixar essa quantidade de esgoto indo para praia. Então é importante você ter um sistema de tratamento de esgoto (José).

Quando o ICMBio chegou a gente já estava com a estação de tratamento de esgoto quase pronta na fase de operar, foi a comunidade que começou mas depois o poder público entrou e aí embananou tudo e ficou e depois o poder público pegou e para eu te dizer, uns 70, quase 80 por cento da rede coletora está toda pronta debaixo das ruas aí, as bombas era um sistema quase igual ao de Laranjeiras e iria sair dali, tratando o esgoto e iria subir aquele morro e jogar do outro lado onde o mar bate, o mesmo sistema de Laranjeiras (Roberto).

O que acontece é que para a instalação da ETE é necessário um estudo de impacto ambiental (EIA), conforme o artigo 46 da lei 9.985/2000. O EIA apresentado pela prefeitura de Paraty se mostrou inadequado aos parâmetros exigidos pelo órgão competente. Enquanto os trâmites governamentais são adequados à realidade, o esgoto continua sendo despejado em fossas facilitando a contaminação do solo e do lençol freático ou direto no rio sem tratamento.

²⁴ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, de onde nasceu o ICMBio para administrar as unidades de conservação.

²⁵ “Mesmo no caso das áreas “virgens”, sob certos aspectos, representam para a sociedade, em geral, e para o capitalismo, em particular, ou reservas territoriais (com todos os recursos ali contidos) estratégicas para valorização futura, ou reservas naturais sob a tutela do Estado, que procura preservar-lhes o seu aspecto natural primitivo” (VALLEJO, 2009, p. 13).

O problema da instalação da ETE aparece algumas vezes associado ao limite do parque. Segundo algumas entrevistas, após a expansão da unidade de conservação em direção à vila alguns espaços usados pela comunidade se tornaram irregulares e foram embargados.

A rede de tratamento de esgoto, de água ficou dentro, algumas casas ficaram dentro, o mercado comunitário ficou dentro, então criou mais conflito (João).

Entra-se agora em outra questão que vem gerando atritos entre o ICMBio e as instituições locais que tem como foco principal a defesa do território tradicional de Trindade, os *limites do parque* (Figura 12).



Figura 12: Ilustração das variações dos limites do PNSB.

A linha do parque é coisa mais falada entre a comunidade e o parque nacional. Têm vários papéis correndo na justiça sobre a linha do parque, tem “N” linhas, o parque lá no seu site e a comunidade acreditam que a linha do parque passa aqui em cima da praia do meio aqui na areia branca, está lá no site do parque (linha preta). O parque quando chegou em 2008

lançou outra linha que passa no meio do cemitério e parte do território que a gente já usava (linha roxa), mas essa linha foi falado que não era aqui, e aí o Sérgio Abranche veio, fez um estudo e colocou a linha do parque lá na rua seguindo o desenho da rua (linha vermelha). Um desenho que reto do marco, como fala lá quando foi construído, do marco uma linha reta e tal e um desenho que não tem cabimento, e aí, novo conflito com a comunidade (...) (João).

Então, essa parte eu acho um pouco insensata né! Porque vendo as histórias dos meus avós, meu avô por parte de mãe já morava ali perto do pé de manga já, então... você proibir a pesca no lugar em que as pessoas viveram por muito tempo da pesca eu acho que é errado (Antônio).

Eu tenho várias plantas e eu sei onde que estão os marcos, os marcos estão todos aí e estão nas plantas, e ele sabe disso. O que ele fez? Quando ele chegou, ele mudou um pouquinho a linha, depois ele mudou mais um pouco e depois botou a linha na rua, e se você pegar o decreto - ouve bem o que eu vou te falar para depois você ver esse decreto, o decreto é de 1971, quando foi criado o parque nacional, quem criou o parque foi o governo federal, no período da ditadura ainda - está lá no decreto, o que divide a Trindade da enseada do Caixa d' aço é o divisor de água, tá lá o divisor de água, onde estava (as placas?) e os marcos é onde está o divisor de águas. Ele passou já o primeiro divisor, o segundo, o terceiro e já está no quarto, inclusive, a casa da D. , que é uma pessoa antiga, que acabou de morrer e morreu de tristeza, eu tenho certeza que foram duas pessoas que morreram de tristeza, o B., marido da G., lá no Caixa d' aço, e a D., por causa desse tal indivíduo aí, até a casa da D. ele botou dentro do parque. Hoje a divisa do parque é a rua. Agora eu vou te dizer uma coisa, você ouviu bem o que eu te falei né? O que divide a Trindade da enseada do Caixa d' aço é o divisor de água. O divisor de água é a montanha, água cai aqui e cai para cá e cai para cá (gestual com a mão). Sabe onde está o divisor de água hoje? É no lugar mais baixo, que é a rua! Aí tu vê, era para estar no lugar mais alto e está no lugar mais baixo, que é a rua! (Roberto).

Desde 1971 tem lá onde é o parque e nós respeitamos, nós não vamos lá cortar madeira, nós não vamos lá fazer bagunça, por que é que eles não respeitam? Tem uma comunidade aqui, quando o parque chegou já tinha uma comunidade aqui, então eles têm que respeitar esse povo, e é isso que a gente quer: que eles nos respeitem como trindadeiros (Maria e Alice).

Os conflitos manifestos através da expressão *limite do parque* trazem em si a disputa pelos espaços de vida material e simbólica. O ponto de divergência começa no

Marco M-4 da planta da Fazenda Trindade (Ponto 52); deste ponto, segue pela divisa da referida Fazenda, em direção ao Marco M-5, **até o divisor de águas entre as Enseadas da Trindade e da Caixa de Aço (Ponto 53); desce pelo divisor abaixo, até o ponto de altitude de 79 metros no pontal Rochoso que divide as águas da Praia de Fora da Trindade e Praia da Caixa de Aço (Ponto 54);** daí, segue pelo espigão em direção à Ponta Leste do citado Pontal até o mar (Ponto 55); dirige-se para o Sul englobando as águas oceânicas, a Ilha do Tesouro, e toda a Enseada da Praia da Caixa de Aço até a Ponta da Trindade (Ponto 1) (Decreto Federal 70.694/1972).

O trecho em destaque é o que envolve o pertencimento ou não da praia do Meio dentro dos limites do PNSB. E como exposto nas narrativas, trata-se de um espaço de ligação entre a vila e as praias de mar aberto que a acompanham com a parte de enseada de mar mais calmo, que é fundamental à pesca tradicional.

O avanço narrado pelos trindadeiros sobre o seu território vem acompanhado da dominação dos modos de produção comunitários, tradicionais ou não, e pode ser interpretado como uma tentativa de subordinação da comunidade frente a um Estado de ideologia soberana que não reconhece as tradições de seu povo.

A gente queria que o parque respeitasse os nossos direitos, levasse em consideração os direitos que a gente tem. Então, a associação do povo tradicional vem também para isso, para mostrar que aqui tem um povo tradicional. Dar voz ao que a gente queria continuar nossas práticas tradicionais ali (Maria e Alice).

Mas junto a essa disputa encontra-se, novamente nas entrevistas, o surgimento de um setor privado interessado em lucrar com a beleza natural de Trindade.

O nosso conflito muito grande com a pesca porque 80% da pesca de Trindade estão hoje dentro do parque nacional. Isso não é por acaso, é a parte mais abrigada para pesca, nós somos pescadores artesanais, não temos condições nem aparelhagem para pescar fora disso, não temos portos aqui. Então, isso influencia muito no nosso dia-a-dia. Um dos conflitos maiores com os pescadores é isso. Com a comunidade, a perda desse território, porque todo mundo usufrui disso: o espaço de moradia, o espaço de trabalho. O caçara daqui de Trindade vivia praticamente da pesca, da roça, do extrativismo, tirava madeira para construir casa e ao longo do tempo isso foi mudando e hoje vem muito forte com o turismo. Então a gente usa as praias para levar o turista, alimentação com os quiosques, e outras vendas e muito disso foi destruído, foi tirado e hoje a gente vê a venda desse território, que pode falar para mim que não, mas para mim é isso, essa coisa que o país e o mundo estão vivendo hoje de que o bom é quando você privatiza uma coisa que é pública (João).

Esse setor privado ao entrar nas entrevistas traz outro *ponto de conflito*, a concessão da bilheteria que está prevista para ser instalada quando as estruturas físicas do Parque Nacional da Serra da Bocaina estiverem prontas.

Concessão de serviço público: a delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade de concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado (Parágrafo II, Art 2º, Lei 9.074/1975).

Ou seja, a concessão do serviço público trata da tutela temporária de gestão do serviço prestado, dentro dos parâmetros estabelecidos pelo órgão que cedeu a gestão pelo tempo determinado. E apesar da licitação ser qualificada como pública, seu adjetivo mais se relaciona ao sentido de ser pertencente ao governo e conhecida por todos, do que aos sentidos de pertencente e acessível a todos.

Esse é um processo que vem cada vez mais forte entrando no Brasil vestido do discurso que há muitos anos a gestão de unidades de conservação é feita dessa forma pelo mundo a fora, e é fortalecido pelo velho argumento da máquina pública falida que não possui capital para investir nesse setor. Realmente, não é de hoje que o “meio ambiente” sofre com a falta de verba, a se ver, pelas restrições que o próprio PNSB apresenta para algumas atuações. O fato é que empresas como a Natura, através do Instituto Semeia, têm aparecido como protagonistas dessas relações público-privadas que podem contemplar consultorias pontuais até a gestão dos parques. A licitação mais recente (29/05/2017) é do PARNA Pau Brasil, que se somará aos outros 4 PARNAS que já estão sob esse tipo de gestão²⁶.

Duas instituições locais trindadeiras dão a sua interpretação sobre tal processo.

Quando abriu a licitação a gente poderia se inscrever, mas tem um lance de R\$ 6.000.000,00 e todo um aparato de controle que a comunidade não dá conta por que você toma conta do PN e são 104 mil hectares de terra que pega o estado de São Paulo e Rio de Janeiro e várias outras comunidades (...) Acho que, acho não, tenho certeza, que isso precisa de um controle, mas porque a gente não tem a gestão compartilhada desse ambiente, desse território, desse parque? Não, o melhor é você tirar isso da mão do local, daquela comunidade, daqueles tradicionais - ironiza. O governo tira porque ele pode tirar e ao mesmo tempo passa para outra pessoa privada que vai usufruir e vai fazer a mesma coisa ou pior que você, porque não tem relação nenhuma com o ambiente! E essa pessoa está única e exclusivamente com o interesse de ganhar dinheiro e o ganhar dinheiro passa por cima de algumas coisas. Ai vai passar por cima dos valores da natureza vai passar por cima dos valores tradicionais da comunidade, inclusive do próprio governo (João).

A gente teve uma reunião há uns meses atrás, na verdade foi uma reunião do conselho do parque em que foram chamadas as instituições aqui em baixo, e daí foi colocado para gente a questão da concessão da unidade, mas o conselho é um conselho consultivo e não deliberativo, então...- eu o incentivo a terminar a frase - O martelo já estava batido antes de qualquer coisa. - ele responde - já estava batido (José).

²⁶ <http://www.cfbio.gov.br/artigo-imprimir.php?slug=ICMBio-abre-selecao-para-contratar-consultoria-para-parques-nacionais>

Até aqui foram apresentados os pontos de afastamento entre os atores envolvidos nas relações de pertencimento a Trindade. A seguir será visto outra forma de relação inerente ao conflito, que é o ajustamento mútuo entre os atores e os consequentes pontos de aproximação.

O ICMbio, o INEA são os órgãos que poderiam e que podem fazer muitas coisas boas para nos ajudar (...) eu não acho que tenha que chegar aqui e falar “ó tradicional, você pode tudo, faz tudo, tem que ser da forma que vocês querem”, não, eu não acho que isso é botar ordem. Eu acho que a pessoa tem que chegar aqui e falar o justo, o correto e trazer coisas para contribuir e chegar a um acordo. (...) O que precisa ser feito é o papel mais difícil, é, talvez, o de educação ambiental, de você vir e “olha pessoal, a gente fazia isso, mas dessa forma não pode ser feito, vamos fazer um manejo sustentável disso, vamos controlar, vamos gerenciar esse recurso porque está acabando” (João).

Hoje a gente está tentando um entendimento com esses atores, não só com o parque, como também com a prefeitura, por que não adianta, se não a gente vai ficar batendo de frente nessa vida... a gente não abre mão de muitas coisas, do direito e do acesso ao território, por exemplo. A gente quer discutir, queremos participar. Não precisa nem ser o nosso caminho, o caminho do meio já está bom (...) É muito difícil falar de resistência e não tentar nenhum tipo de acordo, ou no mínimo está aberto para algum tipo de acordo. Por que essa política de sufocamento que os órgãos federais, estaduais, que o Estado sabe muito bem fazer, é muito complicado. É muito difícil aguentar a sua vida inteira batendo, batendo, batendo. Então tem um pouco dos dois, é resistência, resistência, resistência, mas se fizer um acordo muito bem feito “abro mão disso, mas disso não abro” então tem acordo. (José)

O presidente do parque, fala que a ABAT é parceira deles, então, a gente está com uma relação boa com o parque, por enquanto, e estamos caminhando para uma formalização. Então, parcialmente, pelas reuniões que eu fui que eu comecei a ir tem pouco tempo, eu vi que está uma relação bem encaminhada, exceto pela parte da concessão, onde a gente está começando a ter alguns conflitos (Antônio).

Se não fosse fazendeiro e plantação, nós estávamos comendo a carne um do outro, por que não tinha onda trabalhar. Eu dou razão ao IBAMA, eu dou razão ao meio ambiente, eu dou razão às matas, eu dou razão à cachoeira, por que nós temos onde trabalhar fora dessas coisas (Pedro).

Nós não somos contra o Parque Nacional não, nós queremos que o parque Nacional continue lá na Trindade, nós não queremos que ele saia de lá, mas nós não queremos que ele aumente um palmo e que seja diminuído um palmo (Roberto).

A gente não é contra o parque, a gente é a favor do parque, mas que ele fique lá no lugar dele, onde ele é (Maria e Alice).

A partir das narrativas e da dinâmica das relações no território é possível observar que a ABAT – Associação de barqueiros e pescadores tradicionais de Trindade

- é uma das instituições de Trindade que melhor estabelece diálogo com o Parque Nacional. A associação mantém um rancho na Praia do Meio e faz o transporte a barco para diversos pontos turísticos, incluindo a piscina natural do Caixa d'áço. A reabertura do mercado comunitário também está em negociação entre as instituições.

Nós estamos numa mesa de negociação de ABAT, MPF e ICMBio para questão do mercado comunitário e para formalização do passeio de barco, então, provavelmente nós teremos aqui, não uma licitação, mas uma permissão em que a gente tem o contrato de, tipo, um ano e que no final a gente pode renovar caso tudo esteja sendo feito como foi combinado, e a gente está caminhando para isso, talvez um avanço da ABAT (João).

Com relação à pesca artesanal, o ICMBio apesar de deixar claro quais são as práticas permitidas pela legislação ambiental na unidade de conservação, ainda não atua nesse sentido, por reconhecer a possibilidade de haver um aspecto de tradicionalidade nessa prática e necessitar de respaldo jurídico do Ministério Público Federal para executar as medidas cabíveis, segundo os regimentos legais da unidade de conservação.

A AMOT – Associação de Moradores de Trindade – passou por um momento de grande alinhamento com a gestão do Parque Nacional, a ponto de gerar uma crise de representatividade dentro da instituição local. A diretoria que promoveu tal aproximação compartilhava de uma visão empreendedora quanto à unidade de conservação e visava a possibilidade de envolvimento da comunidade com o Parque através de serviços turísticos.

Com o início da atual diretoria, o que as narrativas, através de uma interpretação geral, permitem entender é que existem tentativas de diálogo, mas sem a ilusão do termo parceria, que implica na ideia de pares, de iguais. Existe a compreensão do objetivo da unidade de conservação, há o reconhecimento da importância desse objetivo, mas sem abrir mão do que a própria comunidade tem por objetivo para o seu território.

A Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras e a Associação de Defesa do Povo Tradicional de Trindade possuem a mesma visão de defesa do território e modo de vida caiçara em Trindade e poderiam trabalhar juntas se fortalecendo na esfera local e nacional e abrirem um diálogo com o Parque Nacional da Serra da Bocaina. Mas nenhuma dessas instituições apresentou em suas entrevistas algum ponto de aproximação com o PNSB, apesar de integrarem o conselho gestor.

É difícil pensar em uma aproximação entre a visão conservacionista e a visão socioambiental para gestão do território, representadas pelas instituições comentadas acima, tendo em vista a divisão dentro dos próprios mecanismos de gestão do Estado. Um ator externo que pode fazer esse “diálogo” é o Ministério Público, vindo a julgar as demandas apresentadas em favor do que seja interpretado como patrimônio nacional e do interesse social e individual.

Neste último subcapítulo foram discutidos os diferentes modos como os *trindadeiros* compreendem e se relacionam com os chamados *conflitos socioambientais* existentes em Trindade. Grifa-se que se trata de uma análise da interpretação de apenas um lado envolvido, por intencionar a reflexão do próprio grupo participante sobre suas compreensões, tornando os pontos de conflito e de aproximação mais visíveis facilitando a tomada de decisão pela mudança pelo próprio grupo, estando isso em seu alcance. E não estando, mostrar ou corroborar de quem deve ser cobrada a mudança.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo de usar as contribuições da psicossociologia para avaliar a situação de conflito socioambiental foi de registrar como o(s) grupo(s) social(is) estudado(s) se representa(m) nesse processo, de modo a possibilitar reflexões sobre a sua própria atuação, corrigindo falhas, afirmando acertos, renovando ideias, sem perder o seu projeto-comum, ou também transformando-o, na medida em que compreenderem adequado.

A psicossociologia de comunidades trouxe um referencial teórico fundamental à compreensão dessa escala de atuação mais específica, facilitando o aprofundamento de questões para a comunidade de Trindade, como as características ora de aproximação ora de hostilidade entre os atores sociais locais e os de fora.

Por meio das entrevistas foi possível identificar como as instituições trindadeiras definem suas relações de pertencimento, e conseqüente não pertencimento, caracterizando um grupo de fora; como esses grupos se fazem presentes no território de Trindade e como apresentam uma visão de gestão dele; e como essas relações sociais estão intimamente ligadas à questão ambiental.

Para dar conta dessa relação sociedade/comunidade – natureza foi usado um referencial teórico, entendido como subversivo, por questionar o padrão vigente de afastamento dessas relações. Existem diversas críticas feitas a esse descolamento entre a sociedade e o meio que habitam, que pode ser observado também, na legislação ambiental. O Sistema Nacional de Conservação (Lei Federal 9.985/2000) reafirma esse padrão através da criação de unidades de conservação de proteção integral.

A criação dessas unidades de conservação torna-se problemática no momento em que passam a sobrepor terras tradicionalmente ocupadas por populações caiçaras, como o caso de Trindade. Vale mais o direito da sociedade em geral disfrutar daqueles espaços de “natureza selvagem” (MEDEIROS, 2006) apoiado sobre o Art 225, Paragrafo único, da constituição Federal de 1988²⁷ ou o direito das comunidades

²⁷ “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

tradicionais continuarem a manifestar os seus modos de vida em seus territórios, apoiados sobre o Decreto Federal 6040, ano 2007?

Esta é uma senda arduo, da qual o judiciário tem cada vez mais tido que julgar entre tradicionais, posseiros, latifundiários, órgãos ambientais. Mas essa dissertação não propõe uma reflexão direta sobre esse aspecto, apesar de reconhecer e intencionar agregar valor a esses processos. As reflexões aqui propostas trabalham com a mudança de paradigma; com a possibilidade de emancipação de atores sociais constantemente colocados em posição inferior nas relações de poder; é mostrar que da opressão pode nascer transformação.

A primeira superação deve ser a falsa ideia de que aquilo que irá favorecer a sociedade tem mais valor e é contrário ao que interessa a comunidade local. A sociedade deveria passar a existir a partir de uma perspectiva de comunidade planetária, mas que não perdesse de vista a importância das identidades locais. Enquanto esse novo paradigma não transforma as relações humanas, caminha-se entendendo que sociedade e comunidade não são opostos, mas são organizações sociais de diferentes interações que podem ocorrer dentro de um mesmo grupo.

A comunidade de Trindade faz parte da sociedade brasileira e deve participar dos processos de gestão do seu território. Se, grosso modo, for estabelecida uma comparação entre um estudo de impacto ambiental (EIA) que é aplicado no processo de licenciamento ambiental com um EIA pensado para implantação de unidades de conservação dever-se-ia considerar os impactos negativos e positivos dos aspectos do meio físico, biológico, ecossistêmico, e socioeconômico em escala local – comunitária e extra local – sociedade, compondo o seguinte quadro (Figura 13). O quadro exposto deve ser trabalhado tanto por especialistas sobre os meios impactados quanto pelas comunidades impactadas através de metodologias participativas.

Escala de impacto/meios impactados	meios			Característica do impacto
	físico	biológico e ecossistêmico	socioeconômico	
Comunidade - impacto direto				positivo
				negativo
Sociedade - impacto indireto				positivo
				negativo

Figura 13: Quadro esquemático para visualização de impactos da Unidade de Conservação.

Elaborado pela autora.

A partir do preenchimento desse quadro, com os impactos positivos e negativos nos três meios propostos em escala de impacto direto e indireto da implementação do PNSB e da APA Caiuru poder-se-ia apreciar de forma ampla e participativa quais os benefícios e malefícios sobre quem e o que uma unidade de conservação pode gerar.

A necessidade de participação das comunidades tradicionais nesses processos de gestão é defendida por causa da característica de formação de identidades locais que são territorializadas e vinculam não só os grupos, mas os seus indivíduos ao território, em uma geração cíclica de características de pertencimento dos indivíduos a grupos, lugares, modos de vida, culturas.

Esses vínculos possuem marcação espacial e temporal, na medida em que as gerações mais antigas vão passando essa identidade construída as novas gerações, através do processo identificado como tradição cultural. Em Trindade, a identidade local de caiaras vincula-se, principalmente, ao uso do território e de seus recursos naturais, seja de forma direta, com a pesca, seja de forma indireta com os serviços ambientais que atraem turistas.

A pesca de Trindade é realizada de modo artesanal, sendo apoiada fundamentalmente pelos cercos flutuantes, técnica de baixo impacto ao ambiente marinho (MONGE, 2008) e de alto impacto social, sendo uma prática de agregação comunitária. A tradição cultural não é um processo homogêneo ou linear ou simples. Os modos de produção econômicos, como é característica dos modos de vida das

populações tradicionais, se agregam em diferentes sistemas de produção, sendo a pesca mais um deles.

Outro modo de produção da economia local é o turismo e, apesar da característica de um turismo de massa e sazonal, observado em diversos lugares turísticos, ele expressa um vínculo direto da comunidade ao território, expressando uma adaptação econômica no tempo, mas uma permanência da tradição de viver dos recursos existentes em seus territórios tradicionais, que hoje são a paisagem e os benefícios de lazer proporcionados pela praia e pela mata.

Pela ausência de planejamento turístico, Trindade vive a cada temporada picos de turismo predatório, que trazem bons ventos as finanças, mas tormenta aos valores sociais locais e a natureza. Os interesses econômicos passaram a valorar e mediar as relações sociais, alguns vínculos comunitários foram alterados pelos interesses privados associados ao turismo. A transformação desse turismo não planejado, predatório, em um turismo de valorização da cultura local, como o de base comunitária, pode contribuir com uma nova transformação desses vínculos.

As relações de vínculo grupal também caracterizam a identidade local. Grupos que conseguem estabelecer relações sociais com poucas diferenças para seus indivíduos, quanto a seus direitos e deveres, não só como tais, mas com o grupo, caracterizam o sentido de comunidade a partir de aspectos políticos.

Mas seria demasiado ingênuo acreditar que tal “igualdade” se dá de forma harmônica e altruísta. Ela se dá a partir da capacidade de enfrentamento dos diversos atores sociais atuantes em Trindade em um mesmo plano situacional. Ou seja, em uma situação de conflito socioambiental, existe a divergência de interesse sobre o controle dos recursos naturais, sobre os impactos das ações humanas na natureza, e sobre o modo de vida de populações tradicionais, e quando os atores envolvidos nesses conflitos estão em posições sociais em que um possui mais capacidade de exercer poder sobre as diretrizes do conflito, ou mesmo sobre o outro ator, está-se diante de uma relação desigual e que possui características negativas do conflito.

O conflito em si, não é uma característica negativa das relações humanas, mas é inerente ao processo de socialização, e é a partir dele que vínculos grupais são fortalecidos. A característica negativa do conflito é negar o direito do outro de

participar da disputa, é naturalizar o conflito e invisibilizar o outro. Os trindadeiros convivem há quase 50 anos em situação de conflito, mas isso deve ser olhado sobre aspecto da resistência e da luta dessa comunidade pelos seus direitos, se não fosse assim, o conflito já teria cessado, Trindade já não seria mais dos trindadeiros.

Falar de relações de poder e de conflitos de longo prazo traz uma direção, geralmente, de reafirmação do lugar da opressão sem contribuir para uma visão diferente do conflito e dos atores envolvidos. Incorre-se muitas vezes no risco de, ainda que em tom de denúncia, o pesquisador reafirme as relações de poder, sem mudar a perspectiva sobre os grupos que se encontram em situação de vulnerabilizadas.

Logo, antes de passar a falar sobre os conflitos, precisa-se evidenciar que é, justamente, porque os trindadeiros não se conformam com os estigmas de um grupo em situação de vulnerabilidade, que o conflito dura tantos anos. Eles lutam para se manterem na luta por seu território e cultura. Resistem aos conflitos entre seu atores internos para fazerem frente aos conflitos com os atores externos. Relatam que, já foram mais unidos, mas entendem que estão vivendo um momento muito favorável a união das instituições locais, onde cada uma, através das entrevistas, demonstraram estarem trabalhando pelo projeto-comum da comunidade.

De maneira ampla, a disputa que coloca os atores locais em situação de conflito socioambiental são as duas visões de gestão para o território, uma conservacionista com implantação top-down, e outra socioambientalista que trabalha com o direito das comunidades locais participarem da gestão de seus territórios, muito mais, quando seus territórios tradicionais se encontram, hoje, sobrepostos por duas unidades de conservação, tendo em vista a contribuição que tiveram na conservação do local a ponto de ser considerada área de notável beleza cênica mesmo na ausência das instituições estatais.

A primeira visão é a que o Estado tem exercido em Trindade, tanto pela Prefeitura quanto pelo ICMBio, entretanto, esse exercício se manifesta com a ausência, na maioria do tempo, salpicado de presenças pontuais. Nessas atuações esporádicas observa-se uma gestão omissa, mas também imperativa sobre o território e sua população, gerando uma situação de conflito ora negativo, ora positivo.

O conflito com a Prefeitura não é visível no território, mas é apreendido através da análise de conteúdo das entrevistas feitas para essa pesquisa e os documentos enviados por parte da AMOT a Prefeitura de Paraty e ao Ministério Público fazendo denúncias e requerimentos de atuação do órgão em Trindade.

O conflito com o ICMBio, no lado da APA Cairuçu quase não apareceu nas entrevistas, mas ha uma busca da AMOT em efetivar a ZUCCEL - Zona de Uso Comunitário de Cultura, Esporte e Lazer, definida tanto no plano de manejo da unidade de conservação quanto por lei municipal, mas nunca teve nenhuma atuação dos órgãos competentes na direção de seus objetivos. A área hoje é usada como estacionamento da associação de moradores e possui a praça do Dão, em homenagem a Jaison Caique Sampaio.

O conflito com o ICMBio, no lado do PNSB pode ser observado no território pelas ações de demolição dos quiosques da Praia do Meio, apoiada em parte pela população; com a permanência de fechamento do mercado de peixe; o embargo da Estação de Tratamento de Esgoto; pressões apoiadas na legislação ambiental de remoção dos moradores irregulares, que construíram suas moradias depois de 1971; e sobre a manutenção da pesca tradicional na enseada do Caixa d'Aço.

Esses atos são interpretados pelos trindadeiros como autoritários e ostensivos, dificultando a real participação comunitária nos espaços democráticos de gestão compartilhada não só por esses atores, como os compartilhados entre os próprios trindadeiros. Entretanto, é possível observar que em meio a essas divisões tem surgido o fortalecimento dos grupos locais e do projeto-comum de defesa do território e cultura caiçara, trazendo característica positiva ao conflito socioambiental.

Nessas relações entre os atores locais, Estado e trindadeiros, por causa do uso e ocupação tradicional do território o grupo de estabelecidos são os trindadeiros, a sua coesão em função do projeto-comum garante alguma manutenção de poder e resistência frente aos outsiders, que são todos os atores que apareceram sem desenvolver vínculos com a comunidade.

Mas a partir das relações de poder, o Estado possui maior coesão e capacidade de realizar a sua visão de gestão, saindo do lugar de outsider e colocando os culturalmente estabelecidos como outsiders em seus territórios tradicionalmente

ocupados. Seria demais, então falar que a partir da atual configuração das relações de poder vivenciadas por esse grupo, há uma dinâmica ativa onde ora o Estado é colocado como um outsider a comunidade, ora é colocado como estabelecido pela legislação ambiental conservacionista? Nessa mesma dinâmica, de forma dialética, os comunitários também poderiam ser ora estabelecidos por sua agregação social ora outsider por sua desagregação?

Parece que não, pois as relações de poder não são relações predeterminadas a priori. Mas tomam as suas características peculiares a partir da própria configuração que os grupos em análise dão encaminhamento. Isto é, as relações sociais, perpassadas por conflitos e antagonismos, logo, leia-se, as relações de poder, são dinâmicas e podem ser alteradas, seja pela entrada de outros atores, como as empresas privadas (a multinacional no passado e agora com as concessões) ou pelo consequente reposicionamento e estratégia dos grupos que já estão implicados nestas relações.

Por fim, entende-se que a produção desses espaços de conservação alteram as relações sociais locais com o ambiente e com os outros indivíduos, além de alterar também o modo que o ambiente é vivenciado e percebido, sendo demanda premente a alteração das formas de gestão do território e do paradigma do pensamento que permanece a alienar a vida do Planeta das vidas que o habitam.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCÂNTARA, J. O. Georg Simmel e o conflito social. **Caderno Pós Ciências Sociais** - São Luís, v. 2, n. 3, jan./jun. 2005, p. 7 – 15.
- ADAMS, C. As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar. **Revista de antropologia**, São Paulo, USP, 2000, V. 43 nº 1. p. 146 – 182.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação na instituição educativa**. Rio de Janeiro, Ed. Zahar. 1977, 280p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011, 279p.
- BEGOSSI, A. O cerco flutuante e os caiçaras do litoral norte de São Paulo, com ênfase à pesca de trindade, RJ. **Interciência**. nov 2011, vol. 36 nº 11. p. 803 – 807.
- BIS DOS SANTOS, L. O conflito social como ferramenta teórica para interpretação histórica e sociológica. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, maio-ago. 2014, v. 9, n. 2, p. 541-553.
- BOMFIM, E.M. **Psicologia social no Brasil**. Belo Horizonte: Edições do campo social, 2003.
- BONNAL, P; CAZELLA, A. A; DELGADO, N. G. Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro. Biblio 3W. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 30 de noviembre de 2012, Vol. XVII, nº 1002. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1002.htm>. Acesso em: 29/01/14.
- BONI,V.;QUARESMA,S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**.Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRASIL, Constituição Federal. Capítulo VI. **Art. 225**. Parágrafo único, 1988.
- BRASIL. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**. Lei nº 9.985, de julho de 2000. Brasília: MMA, 2000.
- BRASIL. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Brasília, 2007.
- _____. Lei 9.074, de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
- _____. Ministério do Meio Ambiente/IBAMA/DIREC. **Plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina**. Brasília: FEC/UNICAMP, 2002.

- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo da Área de Preservação Ambiental do Cairucu**, 2004. 742f. Disponível em < www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades.../apa_cairucur.pdf >. Acesso em 03 de fevereiro de 2016.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório da monitoria do plano de manejo da Área de Proteção Ambiental Cairucu. 2011.** 23f. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/conselho_consultivo/downloads/Relat%C3%B3rio_Monitoria_APA_Cairu%C3%A7u_.pdf. Acessado em 15 de novembro de 2016.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Relatório de gestão da Área de Proteção Ambiental Cairucu em 2011.** 52f 2012. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cairucu/images/stories/o_que_fazemos/RELAT%C3%93RIO%20DE%20GEST%C3%83O%202010-2011.pdf Acessado em 15 de novembro de 2016.
- CALLAI, H. C. O estudo do lugar como possibilidade de construção da identidade e do pertencimento. A questão social no novo milênio. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais.** Coimbra, 2004.
- CAMPOS, R.H.F. Introdução: a psicologia social comunitária. In: **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.**/Regina Helena de Freitas Campos (Org). 20 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 9 - 16.
- _____. Psicologia comunitária, cultu e consciência. In: **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.**/Regina Helena de Freitas Campos (Org). 20 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 164 – 176.
- CARRETEIRO, T. C. Psicossociologia em exame. In: MACHADO, M. et al. (Orgs.). **Psicossociologia: análise social e intervenção.** Belo Horizonte: Autêntica, 1994.
- CARVALHO, V. S. **Raízes da ecologia social: o percurso interdisciplinar de uma ciência em construção.** 2005./Wilson Sérgio de Carvalho. Rio de Janeiro: EICOS/ IP/UFRJ, 2005.
- CASADORE, M.M. Psicossociologia e intervenção psicossociológica: alguns aspectos da pesquisa e da prática. 2013. In: EMIDIO, T.; HASHIMOTO, F. **Psicologia e seus campos de atuação: demandas contemporâneas.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.
- CASTOR, D. C. C. **Xinã bena, dinâmicas de um novo tempo: desenvolvimento e cultura entre os Kaxinawa do rio Jordão.** Déborah Cristina Cavalcanti Castor. – Rio de Janeiro: EICOS UFRJ, 2012. 155f.: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de

Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

- CONTI, B.R. **Proteção da Natureza e Qualidade de Vida em Trindade(Paraty - RJ):** para entender o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina / Bruna Ranção Conti, 2011. 207f.Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ,Programa EICOS, Instituto de Psicologia, 2009
- CONTI, B. R. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, jul./dez. 2012. p. 213 - 223.
- D´AVILA NETO, M. I. A Porta, a Ponte e a Rede. **Série Documenta** (UFRJ), v. VIII, n.12-13, p. 13-26, 2003
- DOISE, W. **L'Explication en psychologie sociale**. Paris: Presses Universitaires de France. 1982.
- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.133-168.
- ELIAS, N; SCOTSON J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,2000, 224p.
- FLEURY, L. C; ALMEIDA, J; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 34-82
- GARCÍA BALLESTEROS, A. (Coord.). **Métodos y técnicas cualitativas en geografía social**. Barcelona, Espanha: Oikos-tau, 1998.
- GARCIA, S. F; DEDECA, J. G. Reflexos ambientais (biodiversidade) daUrbanização do município de paraty-rj. **Revista Ciências do Ambiente On-Line** Março, 2012 Volume 8, Número 1. p. 7 – 15.
- GOMES Jr. **Primeira parte** – a história em perspectiva. 2009. p. 18-30. Extraído de: <https://raizesefrutos.files.wordpress.com/2009/09/3-gomes-junior-capc3adtulo-1.pdf>. Acessado em: 12/05/17.
- GOMES, L. J; CARMO, M. S; SANTOS, R. F. Conflitos de interesses em unidades de conservação do município de parati, estado do Rio de Janeiro. **Informações Econômicas**, SP, v.34, n.6, jun. 2004. P. 17 – 27.

- GUARESCHI, P. A. Relações comunitárias – relações de poder. In: **Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia.**/Regina Helena de Freitas Campos (Org). 20 ed – Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 81 – 99.
- GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA; GUERRA (org) **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- HACON, V. **Para além das dunas:** conflitos ambientais relacionados ao parque estadual de itaúnas (ES)/ Vanessa Hacon. – Rio de Janeiro: EICOS UFRJ, 2011. 230f.: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.
- HANNIGAN, J. A. **Sociologia ambiental:** a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Piaget, 1997.
- HENRIQUEZ, E. Vínculo grupal. In: **Psicossociologia: Análise social e intervenção.** Organizado e traduzido por Marília Novais da Mata Machado et al. Belo Horizonte: Autêntica 2001. 264p.
- IRVING, M. A; D´ÁVILA NETO, M. I; MACIEL, T; BEYSSAC, M. L. L’approche brésilienne de l’écologie sociale Propos sur la relation nature - société. In: Pierre-Antoine Chardel; Bernard Reber. (Org.). **Ecologies sociales: Le souci du commun.** 1ed.Lyon: Editions Parangon, 2014, v. 7, p. 91-110
- KATZMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. **Revista de la CEPAL,** Santiago do Chile, n.75, p.171-189. dec.2001.
- _____ (Coord.). **Activos y estructura de oportunidades.** Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.
- _____ et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay.** Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)
- KIM, U. Aftes the “crisis” in social psychology: the development of the transactional model of science. **Asian Journal of Social Psychology.**1999, 2: 1-19.
- LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. In: **Psicologia social: o homem em movimento.** Org. Lane, S. T. M; Codo, W. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. **Olhar de professor,** Ponta Grossa, 14(2): 309-335, 2011.
- LEVY, A. A Mudança: esse obscuro objeto do desejo. In: MACHADO, M. et al. (Orgs.). **Psicossociologia: análise social e intervenção.** Belo Horizonte: Autêntica, 1994.

- LHOTTE, C. **Trindade para os trindadeiros**. / Crithina Lhotte. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. Campinas: SP. 1982, 299 p.
- LINO, C. F.; ALBUQUERQUE, J. L. (orgs). Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar. Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, São Paulo. **Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Série 1 Conservação e Áreas Protegidas; 32. 2007.
- LITTLE, P.E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. 2002. Série **Antropologia**, 322, 2002. Disponível em <http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>, acesso em 5 de julho/ 2013.
- LÓPEZ, M. M. Hacia una reorientacion de la psicologia social: despues de la crisis. In: **Perspectivas críticas de la psicologia social**. Org. López,M.M; Burmester, R.Z. Porto Rico. Editorial de la Universidad de Puerto Rico, 1988, p. 163-182
- MACIEL, T. M. B. F.; COSTA, S. L. Os sentidos da comunidade: a memória de bairro e suas construções intergeracionais em estudos de comunidade. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** (UFRJ. 2003), v. 1, p. 24-36, 2009.
- MACIEL, T. M. F. B.; & D'ÁVILA, M. I. . Comunidades e Participação: Desafios para a Pesquisa e Ação. O Caso do Pantanal. In: Maria Inácia D'Ávila. (Org.). **Desenvolvimento Social: Desafios e Estratégias**. Rio de Janeiro: Cátedra UNESCO de Desenvolvimento Durável - UFRJ/EICOS, 1995, p. 228-243.
- MACIEL, T. M. B. F; MOREIRA, G. M. P. . Por um desenvolvimento humano durável. In: **XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais** (ANPOCS), 2004, Caxambu, MG. <http://www.anpocs.org.br/>, 2004. v. 1. p. 174-174
- MACIEL, M. A. Conflitos socioambientais: Reflexões à luz de Georg Símel. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9599&revista_caderno=5 >. Acesso em mar 2016.
- MACHADO, C. B. “**In solidum**” nostrum quotidianum - ensaios para uma Cartografia da Solidariedade./ Carly Barbosa Machado. Dissertação: Mestre em Psicossociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, Curso de Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social / Programa EICOS. 2000
- MADEIRA, C. G; OLIVEIRA, P, C. Conflitos ambientais: alternativas teóricas para a Análise no Brasil. SEURB. **II Simpósio de estudos urbanos**: a dinâmica das cidades e a produção do espaço. 19, 20, 21 de agosto de 2013.

- MAISONNEUVE, J. **Introdução à psicossociologia**. Tradução de Luiz Damasco Penna e J. B. Damasco Penna. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; EDUSP, 1977.
- MATTOS, P. C. O desafio da teoria do reconhecimento: a distinção entre as formas ideológicas e éticas de reconhecimento social. In: Maria Inácia D'Ávila Neto; Tania Maria de Freitas Barros Maciel; Regina Glória Nunes Andrade. (Org.). **Fronteiras e diversidades culturais no século XXI: desafios para o reconhecimento no Estado global**. 1ed. Rio de Janeiro: Mauad Editora LTDA, 2012, v. 1, p. 46-72.
- MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade** – Vol. IX nº. 1 jan./jun. 2006. p. 41 - 64.
- MEDEIROS, R.; PEREIRA, G. S. Evolução e implementação dos planos de manejo em parques nacionais no estado do rio de janeiro. Rev. **Árvore** vol.35 no.2 Viçosa Mar./Apr. 2011
- MELO, G. M. **A leitura da gestão dos parques nacionais sob a ótica das populações locais: os parques nacionais montanhas do tumucumaque e cabo orange.** Gustavo Mendes de Melo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, 2007.
- MERHY, E.E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO. T.B. et al. **Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho**. São Paulo: Hucitec, 2004. p.21-45
- MINAYO, M.C.S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 80 p., 1994.
- MONGE, R. P. M. **Pesca com rede de cerco flutuante na reserva ecológica da Juatiga, município de Paraty/ RJ**. Monografia – Ciências Biológicas. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999
- MORAES, L. M. A. V. (2015) – **A Educação Ambiental junto aos moradores de Trindade**, no Parque Nacional da Serra da Bocaina (RJ), como mediadora de conflitos socioambientais. – Monografia para obtenção do bacharelado em Geografia – UFRJ – Rio de Janeiro – RJ, 72 p.
- MORAES, A. E. **Encontro na Floresta...Interpretando o Ecoturismo sob a ótica local na Reserva Extrativista do Cazumbá-Iracema (Acre-Brasil).** Edilaine Albertino Moraes. – Rio de Janeiro: EICOS UFRJ, 2009. 205f.: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.
- Morin, E. **Terra-Pátria** / Edgar Morin e Anne-Brigitte Kern / traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. — Porto Alegre : Sulina, 2003. 181 p.

- MOSCOVICI, S. **Natureza:** para pensar a ecologia.[Tradução Marie Louise Trindade Conilh de Beyssac e Regina Mathieu; coordenação da edição brasileira Maria Inácia D'Ávila e Tânia Barros Maciel]. – Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia,2007
- MOUFFE, C. **El retorno del político:** comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical. Barcelona: Paidós, 1999.
- MUNIZ, M. L. ECOLOGIA POLÍTICA: o campo de estudo dos conflitos sócio-ambientais. **Revista Pós Ciências Sociais.** v. 6 n. 12 São Luis/MA, 2010. p. 1-29.
- MUSSI, S. M. **O processo de Gestão Participativa e Educação Ambiental em conselhos de Unidades de Conservação:** O caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Teresópolis, RJ./ Sultane M Mussi. – Rio de Janeiro: EICOS UFRJ,2007. 199f.: Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- NASCIUTTI, J. C. R. Reflexões sobre o espaço da Psicossociologia. **Revista Documenta,** Rio de Janeiro, ano 4, n. 7, p. 51-58, 1996
- _____. **Participação comunitária para uma melhor qualidade de vida.** Prepared for delivery at the 2000 meeting of the Latin American Studies Association, Hyatt Regency Miami, March 16-18, 2000, p. 2 – 22.
- NETO, C. O. O trabalho de campo como descoberto e criação. In: MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: Minayo, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994, p. 51-66.
- OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planejamento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. **Caderno Virtual de Turismo.** ISSN: 1677-6976 Vol. 4, N° 4, 2004, p. 31 - 43.
- OLIVEIRA, A. C. Turismo em áreas “menos desenvolvidas”: caracterização, desenvolvimento e planejamento turístico da vila de Trindade, município de Paraty/Rio de Janeiro – Brasil. Pasos - **Revista de Turismo y Patrimônio Cultural.** Tenerife, v. 3, n. 1, 2005, p. 149-169.
- PARATY. Lei 1750, 30 de agosto de 2010. Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos na localidade de Trindade, no município de Paraty.
- _____. Lei 1352, de 30 de dezembro de 2002. Institui o **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Paraty.** Prefeitura municipal de Paraty, Rio de Janeiro, p. 1 - 42.
- _____. Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty – **PDDT,** 2003.

- RIBEIRO, R. Apresentação. In: ZAOUAL, H. **Nova Economia das Iniciativas Locais**: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Gerald a França: COPPE/UFRJ, 2006.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável** / organização: Paula Yone Stroh. – Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 95p.
- SAWAIA, B. B. Comunidade: a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: CAMPOS, R. H. F. (Org.). **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 35-53.
- SANTOS, J.V.T. A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. 2015, 183-190p.
- SANTOS, L. B. **Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas, percepção ambiental e potencialidades para o turismo de base comunitária**: um estudo na Vila de Trindade (Paraty – RJ). Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2016. 141f.
- SATRIANI, L.M. L. **Antropologia Cultural e Análise da Cultura Subalterna**, São Paulo, Hucitec, 1986.
- SIMMEL, G. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983
- SOUZA, L. C. G. **O ensino da psicologia social e suas representações: o saber em formação e a formação do saber** / Lígia Claudia Gomes de Souza. Rio de Janeiro: EICOS UFRJ, 2014. 164f. : Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.
- SOUZA, R. **Parque paleontológico de São José de Itaboraí**: contextualizando a dinâmica da participação social./Renata de Souza – Rio de Janeiro: EICOS UFRJ, 2014. 187f. : Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.
- TAVARES, F. “Sustentabilidade líquida”: o consumo da natureza e a dimensão do capitalismo rizomático nos platôs da sociedade de controle. **Sinais Sociais**. Rio de Janeiro. . set.- dez. 2014, v.9 n. 26. p. 1-160.
- TAVARES, F; IRVING. M. **Natureza S/A**: o consumo verde na lógica do Ecopoder. São Paulo: Rima, 2009.
- TÖNNIES, F. (1887). **Community and society**: Gemeinschaft und Gesellschaft. Michigan: The Michigan State University Press, 1957.

- TURATTI, M.C.M., SCHMIDT, A; CARVALHO, M.C.P. Atualizações “A Atualização do conceito de quilombo – identidade e território nas definições teóricas”. **Ambiente & Sociedade**. Ano V, nº10, Campinas, UNICAMP, 2002.
- UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Community-based resource management and food security in coastal Brazil. Modos de vida no município de Paraty – Trindade**. Resultados gerais – Dezembro 2010. 14f.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação e Pesquisa de Engenharia – COPPE. Programa de Engenharia de Produção. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social. **Análise de iniciativas turísticas com base comunitária: os casos de Trindade (Paraty – RJ) e Conceição de Ibitipoca (Lima Duarte - MG)**. Relatório. 2006. 78f.
- UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. Programa de pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade. **Conflitos e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório final. 2015. 956f.
- VALLEJO, L.R. Unidades de conservação: uma discussão teórica à luz dos conceitos de território e de políticas públicas. **Universidade Federal Fluminense**. 2009. 22p.
- VASCONCELOS, E. M. Os conceitos e tipos de práticas interdisciplinares e interparadigmáticas. in: **Complexidade e pesquisa Interdisciplinar: epistemologia e metodologia Operativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 2007, p. 102-128.
- VELHO, J. Cultura enquanto heterogeneidade: biografia e experiência social. In: **Subjetividade e sociedade, uma experiência de geração/** Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1986
- ZAOUAL, H. Nova Economia das Iniciativas Locais: uma introdução ao pensamento pós-global. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Gerald a França: COPPE/UFRJ, 2006.

9. ANEXOS

Anexo 1 – TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informações aos participantes

1 – Título do protocolo do estudo:

Contribuições da psicossociologia para a compreensão de conflito socioambiental em Trindade, Paraty, RJ.

2 – Convite:

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Contribuições da psicossociologia para a compreensão de conflito socioambiental em Trindade, Paraty, RJ”. Antes de decidir se participará, é importante que você entenda porque o estudo está sendo feito e o que ele envolverá. Reserve um tempo para ler cuidadosamente as informações a seguir e faça perguntas se algo não estiver claro ou se quiser mais informações. Não tenha pressa de decidir se deseja ou não participar desta pesquisa.

3 – O que é o projeto?

O projeto consiste em uma pesquisa em nível de mestrado, ligada a pós-graduação Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS, pertencente a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, sob orientação da Professora Titular Tania Maria de Freitas Barros Maciel, e tem por objeto de estudo as características de pertencimento comunitário e suas relações com o conflito socioambiental.

4 – Qual é o objetivo do estudo?

O projeto visa registrar e analisar como as pessoas que vivem em Trindade definem seu pertencimento local e analisar as diferentes formas de interação destes grupos sociais com os de fora e com os chamados conflitos socioambientais locais. O estudo identificará junto aos movimentos e organizações sociais locais de que forma seus participantes identificam sua relação de pertencimento com Trindade; e a caracterização das relações entre si, com as demais instituições locais (prefeitura, Parque etc) e como definem os ‘de fora’. Além de mapear e discutir os diferentes modos como compreendem e se relacionam com os chamados conflitos socioambientais existentes no local.

5 – Por que você foi escolhido(a)?

As atividades serão oferecidas para os atuais representantes de quatro grupos sociais atuantes em Trindade, mas a participação é voluntária, conforme desejo e autorização dos interessados. Também serão convidados a colaborar com o estudo alguns membros da comunidade que sejam idosos e tenham vivido a disputa de terras em Trindade na década de 1970.

6 – Eu tenho que participar?

Não. Você é quem decide se gostaria de participar ou não deste estudo/pesquisa. Se decidir contribuir com a pesquisa, você receberá esta folha de informações para guardar e deverá assinar um termo de consentimento. Mesmo se você decidir participar, você ainda tem a liberdade de se retirar das atividades a qualquer momento e sem dar justificativas. Isso não afetará em nada sua participação em demais atividades das instituições aos quais você participa.

7 – O que acontecerá comigo se eu participar? O que eu tenho que fazer?

Você apenas terá que escolher um bom momento para conversarmos, em torno de 30 minutos, que é o tempo estimado para responder as seis perguntas a respeito dos temas “comunidade”, “pertencimento” e “conflito socioambiental”. E mediante a sua autorização a entrevista terá o áudio gravado. O melhor dia e local para a entrevista você escolherá.

8 – O que é exigido de mim nesse estudo?

Apenas a sua participação na pesquisa, onde será realizada uma entrevista semiestruturada. Se o(a) senhor(a) tiver o desejo de participar e contribuir neste estudo, precisa estar disponível para conversar sobre alguns temas do local onde vive e sobre sua opinião sobre algumas instituições que atuam aqui em Trindade, como a AMOT – Associação de Moradores de Trindade, a ABAT – Associação de Barqueiros e pescadores artesanais de Trindade, a Associação de Defesa do Povo Tradicional, a Coordenação Nacional de Comunidades Caiçaras, a Prefeitura de Paraty, o PNSB - Parque Nacional da Serra da Bocaina, a Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, etc.

9 – Quais são os possíveis riscos ao participar do estudo?

Esclarecemos que a coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, uma “conversa”. É para este procedimento que o(a) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar. Desta forma, a participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

O que costuma ocorrer é um desconforto que as pessoas naturalmente podem sentir em uma situação formal de entrevista ou quando temas delicados demandam alguma resposta constrangedora, por exemplo. Conflitos relativos às diferentes opiniões sobre o uso da terra podem emergir durante as entrevistas.

10 – Quais são os possíveis benefícios de participar?

Seguindo a compreensão de que o conflito em si não seria o principal problema de uma sociedade, mas justamente o seu ocultamento, entende-se que a partir do conflito inicial aparente é possível o fortalecimento de laços sociais através de acordos de comum interesse. Além da mudança da carga negativa da palavra conflito. Entende-se que é a partir dele que os homens se socializam ao abrir mão de seus interesses particulares em favor do benefício comum.

Além disso, você poderá contribuir para o entendimento dos fenômenos que estão sendo investigados nesta pesquisa.

11 – E se eu me sentir desconfortável depois da entrevista?

Trabalharemos junto aos participantes buscando sanar os possíveis medos ou dúvidas que possam surgir depois da entrevista. Faremos todo o possível para que o(a) senhor(a) se sinta a vontade durante a entrevista. Se o(a) senhor(a) sentir qualquer desconforto após o procedimento, fique à vontade para entrar em contato conosco a qualquer momento. Voltaremos a conversar para que qualquer eventual dúvida seja esclarecida. Ou que qualquer desconforto advindo de sua participação venha a surgir. Por nossa experiência anterior em pesquisas deste tipo, nunca houve qualquer problema relatado pelos participantes.

12 – O que acontece quando o estudo termina?

A equipe de pesquisa fará uma devolutiva no campo sobre os resultados. Além disso, os resultados vão compor o ACERVO de pesquisas do Programa de pós-graduação EICOS - UFRJ ficando disponível para consulta.

13 – Minha participação neste estudo será mantida em sigilo?

Sim. Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

14 – Contato para informações adicionais

Se você precisar de informações adicionais sobre a participação na pesquisa:

Dados do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Av Pasteur, 250-Praia Vermelha, prédio CFCH, 3º andar, sala 30, Urca, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.290-240. Telefone: (21)39385167. E-mail: cep.cfch@gmail.com

Dados da Instituição Proponente:

EICOS – UFRJ, Av. Pasteur, 250, Instituto de Psicologia da UFRJ / Pavilhão Nilton Campos. Praia Vermelha - Rio de Janeiro – RJ. CEP 22290-240. Secretaria EICOS: telefone: +55 21 3938-5348 e e-mail: secretariaeicos@psicologia.ufrj.br

Pesquisadora Responsável:

Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes

Contatos: luanaristeu@live.com cel: +55 21 975396914

15 – Remunerações financeiras

Nenhum incentivo ou recompensa financeira está previsto pela sua participação nesta pesquisa.

Obrigado por ler estas informações. Se desejar participar deste estudo, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em anexo e devolva-o ao pesquisador. Você deve guardar uma via destas informações e do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para seu próprio registro.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do Local: Vila de Trindade

Título do projeto: Contribuições da psicossociologia para a compreensão de conflito socioambiental em

Trindade, Paraty, RJ.

Nome do investigador: Luana Maria de Aristeu Vilarim Moraes.

Assinatura do investigador: _____

Data: ____/____/____

1 – Confirmo que li e entendi a folha de informações para o estudo acima e que tive a oportunidade de fazer perguntas.

2 – Entendo que minha participação, é voluntária e que sou livre para retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar dar explicações, e sem que meus direitos legais sejam afetados.

3 – Concordo em participar da pesquisa acima.

Nome do participante:

Assinatura do participante: _____

Data: ____/____/____

OBS: Duas vias devem ser feitas, uma para o usuário e outra para o pesquisador.

Anexo 2 – Roteiro de entrevista semiestruturada

Roteiro de entrevista semiestruturada:

1. Você se considera uma pessoa “de Trindade”?
2. Quem/como você caracterizaria como pessoas “de Trindade”? Que relação tem com elas?
3. Como você vê as pessoas que não são de Trindade? Que relação tem com elas?
4. Como você vê as instituições, aqui em Trindade (prefeitura, Parque, ONGs, associações, agências de turismo)? Que relação tem com elas?
5. Como você vê o problema do conflito socioambiental aqui em Trindade? Que relação tem com ele?
6. Gostaria de dizer algo mais?